

Introdução

O presente relatório apresenta uma análise qualitativa a partir dos dados etnográficos subsidiados pelas informações contidas no material da primeira fase, publicado no site oficial do projeto¹. Enquanto o objetivo principal do relatório da primeira fase foi fazer uma varredura do patrimônio cultural existente nos dezessete municípios, que compõem o “Território do Sertão do Apodi – Nas pegadas de Lampião”, os resultados obtidos neste relatório são resultados de uma pesquisa etnográfica, baseada nos depoimentos e entrevistas realizadas com os moradores dos oito municípios contemplados.

Parafraseando com o antropólogo americano Clifford Geertz (1997), procurou-se durante as pesquisas de campo “dar voz ao nativo”, sobretudo porque os colaboradores relataram o saber fazer das práticas culturais por eles elaboradas. Tal procedimento permite que o pesquisador tenha maior possibilidade de compreensão da realidade investigada. Na obra “Interpretação das Culturas”, Geertz (1989) chama a atenção dos pesquisadores enfatizando que o que se realiza em campo é uma interpretação da interpretação. Ou seja, o pesquisador tentar compreender e decifrar os códigos reproduzidos pelos nativos.

Vale ressaltar que a pesquisa exploratória, além de permitir que pesquisador tenha um conhecimento geral sobre o objeto de estudo a ser levantado em profundidade, possibilitou a realização das escolhas necessárias acerca do campo de estudo.

A pesquisa qualitativa foi inspirada na metodologia do Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC) utilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Nela, as práticas culturais são classificadas em quatro categorias: Ofícios e Modos de Fazer, Celebrações, Expressões e Lugares.

A importância desse relatório está na análise qualitativa dos dados coletados em campo, que descreve em minúcias as peculiaridades dos bens culturais, seus modos de fazer, as relações sociais estabelecidas pelos moradores, as possíveis mudanças ocorridas, entre outros fatores socioculturais existentes.

¹ www.naspegadasdelampiao.com.br

Os municípios escolhidos para serem mapeados durante a segunda fase do trabalho foram: Apodi, Campo Grande, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Paraú, Patu, Rodolfo Fernandes e Umarizal, localizados nas regiões do Alto e Médio Oeste Potiguar. Antes de proferir sobre os fatores que nortearam tais escolhas, gostaria de salientar que nos estudos do patrimônio cultural, sempre ou, na maioria das vezes, o pesquisador terá que se deparar com escolhas cruciais. De acordo Fonseca (2000), as escolhas são necessárias para que se possa operacionalizar as ações. As pesquisas de campo ocorreram no período de fevereiro a maio de 2009.

Nesse caso, os fatores levados em consideração nas escolhas das cidades foram a quantidade de práticas culturais apresentadas na primeira fase da pesquisa e a existência de narrativas e lugares, que remontaram ao contexto do cangaço, durante os ataques de Lampião pela região. Nem todos os municípios contemplados foram atacados pelo seu bando, como é o caso de Paraú, que foi aterrorizado oito anos depois, pelo bando de Manoel Porpino. No entanto, apresentou um número significativo de mestres de cerca de pedras, o que contribuiu para ser um dos municípios escolhidos.

A estrutura do relatório está dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta de forma detalhada, os bens culturais encontrados nos oito municípios selecionados, seguindo a classificação utilizada pelo IPHAN. No segundo capítulo estão presentes as narrativas, os personagens e os lugares de memória construídos em torno do cangaço.

CAPÍTULO I: OS MUNICÍPIOS E OS BENS CULTURAIS MAPEADOS

1 1 Apodi



Carnaubal na entrada da cidade de Apodi/RN. Fonte: Max Pierre, 2009

A primeira sesmaria que deu origem ao município de Apodi data de 19 de abril de 1680 e foi concedida pelo Capitão-Mor Geraldo de Suny aos irmãos Manoel Nogueira Ferreira e João Nogueira, cujo objetivo era colonizar a ribeira do Apodi.

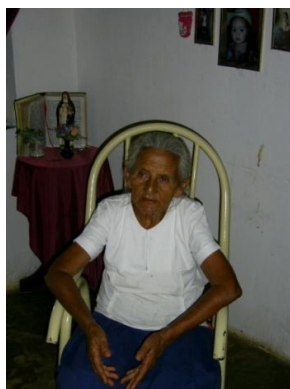
O rio e a região que hoje é o município de Apodi eram conhecidos pelo nome de Podi, em referência ao índio Potiguassu e, na decisão jurídica a respeito da posse das referidas terras, a palavra Podi passou a ser Apodi, por questão de pronúncia.

No ano de 1766 foi criado o distrito de Apodi. Sua freguesia foi instalada por Dom Francisco Xavier Aranha, do bispado de Olinda e Recife, em 3 de Fevereiro do mesmo ano. É elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Apodi, pela lei provincial nº 988, de cinco de março de 1887.

Na cidade de Apodi/RN, entre os bens mapeados por Santos (2009), conforme foram previstos no planejamento da pesquisa em questão, escolheu-se para uma análise mais aprofundada aqueles que se aproximavam das categorias patrimoniais sistematizadas pela metodologia do INRC – Inventário Nacional de

Referências Culturais do IPHAN². Tais categorias são: Celebrações, Formas de expressões, Ofícios e modos de fazer e Lugares.

No que diz respeito aos ofícios, o bem cultural contemplado nessa localidade foi o artesanato, mais especificamente o processo de feitura da cerâmica na comunidade do Lajedo de Soledade e a pintura das figuras rupestres em fragmentos de rochas calcárias e em cerâmica. No âmbito das celebrações, elegeu-se o carnaval como um bem de valor cultural para detalhar a sua dinâmica. Por último, compondo a categoria Formas de Expressão, têm-se as narrativas do cangaço como norteadoras da pesquisa. A intenção é registrar através da oralidade alguns elementos simbólicos ou materiais que ainda são reproduzidos pela população local, que remetem aos ataques e à passagem do bando de Lampião pela região³. Outros bens foram pesquisados, porém de forma menos aprofundadas, como foi o caso do ofício da reza, arte em reciclagem e prática do tear.



Dona Valdinira – rezadeira do Lajedo de Soledade – Apodi/RN.
Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Sob o viés antropológico, abordar as “referências culturais” significa, nos termos de Fonseca (2000, p. 14), “dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças, hábitos etc”. Do ponto de vista etnográfico, trata-se de repertórios e saberes materiais e simbólicos que as comunidades e os grupos assumem como suas referências, ou

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

³ FERNANDES, 1982.

seja, como práticas culturais que imprimem significados na vida de seus adeptos, sendo impregnadas de valores.

1.1.1 Ofícios e Modos de Fazer: A cerâmica do Lajedo de Soledade

No final da década de 1987, a Petrobras, a partir de estudos geológicos iniciou suas primeiras ações na região da Chapada do Apodi/RN, especificamente na comunidade do Lajedo de Soledade. Em 1991 foi criada a

Associação Amigos do Lajedo de Soledade (AALS) que posteriormente passou a ser Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS). Em 1992 a Petrobras aprovou um projeto com recursos para a construção do Museu-Biblioteca, a delimitação e o cercamento das áreas com pinturas rupestres. Dentre as diversas atividades implementadas pela empresa, Dodora (2009) citou que:

A partir do apoio da Petrobras, a FALS ajudou a mudar a realidade da comunidade, através da atividade turística. São os guias que sobrevivem da atividade turística e os artesãos que produzem em palha, cerâmica, madeiras e pedras. Destacaram-se na atividade os artistas plásticos Pedro Holanda, Egnaldo e Claudionor Sena, que já alcançaram excelentes resultados pelo trabalho que mostram. A Petrobras perfurou um poço profundo com água de qualidade, reformou o Museu, construiu o CAL (Centro de Atividades do Lajedo), e continua apoiando o trabalho da FALS, que procura corresponder com o esforço e organização necessários.

O intuito do projeto foi proporcionar cidadania, qualidade de vida e renda para as famílias que residiam na comunidade, tendo como suporte a cultura local, qual seja, os vestígios arqueológicos existentes no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade. Na verdade, integrou a diversidade cultural do patrimônio local ao artesanato.

O Centro de Atividades Artesanais – CAL, é um espaço cultural que integra várias atividades. É um prédio revestido de casquilho com portões de varas, com estrutura para abrigar uma loginha de artesanato, atelier de pintura e moldagem das peças e uma sala onde localiza-se o forno a gás para a queima das peças. Ainda no seu interior, existe uma pequena lanchonete onde são comercializados produtos

como doces caseiros, refrigerantes, balas e água para os poucos turistas que visitam o local.

O artesanato em cerâmica e as reproduções das pinturas rupestres em rochas são desenvolvidos pelos moradores da comunidade do Lajedo de Soledade, que utilizam o prédio do CAL para produzirem e venderem as peças artesanais. As técnicas da produção em cerâmica e dos trabalhos em palha de carnaúba foram repassadas aos moradores da comunidade através de oficinas. Paralelo a essas ações, a Petrobras também introduziu o ofício do tear manual.



Tear manual – Lajedo de Soledade, Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Observou-se em conversas com algumas artesãs da região, a existência de um contexto de abandono dos equipamentos culturais da comunidade. Enfatizaram ainda que a produção de artesanato em palha e cerâmica está em decadência pelo fato de não haver demandas de visitantes ao local. Contudo, embora não haja a produção de outrora, a Petrobras é a maior compradora das peças artesanais que são produzidas pelos artesãos.

A utilização do artesanato como instrumento de promoção do patrimônio cultural local vai ao encontro do que afirmaram Tedesco e Rossetto (2007), o artesão vivifica identidade, é um testemunho material da cultura através do uso, conhecimento, significado, utilidade, aprendizado. E mais, enfatizaram Tedesco e Rossetto (2007, p. 131) que

Os ditos saberes da mão ou objetos feitos à mão, são produtos e produtores de uma relação dinâmica entre o espaço cultural dos

sujeitos, com a sua dimensão ecológica com o ambiente o qual imprimiu e imprimiu-se de história, em geral, no âmbito coletivo da família e estendida às redes de reciprocidade e parentesco.

No caso específico do artesanato produzido na comunidade do Lajedo, percebeu-se a existência de elementos que remetem à tradição, pois são reproduzidos nas peças artesanais (peças em cerâmica e pinturas em pedras) signos que remetem à tradição e aos costumes dos nossos antepassados que se estabeleceram na região. Por outro lado, “acoplam-se ao sistema produtivo, renovam valores e dinâmicas de mercado, reconstituem saberes e bens materiais e imateriais do local, expressão, muitas vezes, de culturas regionais” (TEDESCO; ROSSETTO, p. 130).



Reprodução das pinturas rupestres em fragmentos de rochas e em cerâmica à venda na lojinha do CAL. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo com as informações coletadas pelos colaboradores, os principais produtos da atividade do artesanato são peças de decoração, como telhas para pendurar na parede, vasos, porta lápis, cinzeiro, porta guardanapos, pratos decorativos, bichinhos como a tartaruga. Além disso, as peças recebem uma pintura específica retratando as figuras rupestres existente no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade. A cerâmica é produzida por encomenda, sendo o principal comprador a Petrobrás, bem como visitantes, e alunos de diversas instituições de ensino do Nordeste brasileiro, que vão conhecer o local.

O processo de produção da cerâmica é realizado em quatro etapas e executado por duas pessoas: Na primeira colhe-se a argila do córrego (sítio localizado no Lajedo), leva-se à sede do Centro de Atividades do Lajedo - CAL, onde está localizado o ateliê.



Seqüência do preparo da massa para produção da cerâmica – torrões de argila bruta, trituração e peneiramento. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Após o processo de trituração e peneiramento, acrescenta-se à argila o caulim, o talco, a areia e a água. Em seguida, homogeneiza-se a mistura e acrescenta-se água à massa até que chegue à consistência ideal.



Preparo da massa para produção da cerâmica – pesagem, homogeneização dos ingredientes secos. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Feito isso, coloca-se a massa em um tabuleiro de gesso para escoar o excesso de água. Na segunda fase a massa é dividida, parte é utilizada para a produção do dia (porta-guardanapo) e a outra parte é armazenada em sacos plásticos pretos e baldes com tampas, para outras modelagens. Se seguidos esses cuidados, a massa tem uma validade de até três meses.



Porção de massa sobre o tabuleiro de gesso para retirada do excesso de água e a acomodação em saco plástico preto. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A terceira etapa do processo de confecção da cerâmica é caracterizada pelo que a artesã denomina de “abrir a massa” com um rolo de madeira. Em seguida, ela alisa-a com auxílio de uma espátula e corta a massa com os moldes. Feito isso, dá-se início ao acabamento com lixas e pentes e a colocação das peças para secar à sombra, por um período de oito dias.



Abertura da massa com auxílio de rolo de madeira e alisamento com a espátula para moldar. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Por fim, realiza-se a quarta etapa que é o processo de queima e da pintura. Para isso, utiliza-se o forno gás que se encontra no interior do Ateliê. Esse equipamento é confeccionado a partir de uma estrutura de alvenaria, com uma tampa suspensa por correntes que o vedam durante a queima das peças. O processo da queima acontece num período de oito horas. Como observa-se na imagem abaixo, o forno é uma estrutura que possui uma tampa de tijolos e ferro, com correntes que servem para baixar no momento de queima e que suspende após seu término.



Forno utilizado para queima das peças. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Após esse período, realiza-se o processo de pintura das peças, reproduzindo nelas as figuras rupestres encontradas no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade. A figura da arara, escolhida para representar o lugar, é reproduzida com mais freqüência. Para obter pigmentos semelhantes aos existentes nas figuras encontradas no sítio, as artesãs misturam várias cores até se aproximarem das nuances que são encontradas no Lajedo.



Utensílios usados para acabamento das peças: tintas, pinceis, moldes, lixas. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A matéria-prima é adquirida no próprio município. A argila é retirada nos sítios vizinhos à comunidade do Lajedo e os demais ingredientes como o caulim e o talco são comprados na cidade de Parelhas, no Seridó Potiguar.

Os instrumentos de trabalho utilizados na confecção da cerâmica são de fácil acesso e a maioria pode ser encontrada nas cozinhas domésticas. Trata-se de peneiras para peneirar a argila, a areia e o caulim; bacias para homogeneizar a mistura, balança para pesar os ingredientes da cerâmica; sacos de lixo pra guardar a argila já preparada (massa); baldes para armazenar a massa pronta; rolo de madeira para abrir a massa; os moldes de gesso e de metal para confeccionar as peças; canos de PVC pra moldar os porta-lápis e copos; o jornal usado para a massa não grudar no cano; os pincéis pra pintar as peças com os desenhos característicos do Lajedo; lixas pra dar o acabamento; facas para talhar os moldes; placas de gesso para secar a massa e tirar o excesso de água; espátula para auxiliar na moldagem e o pente para decorar as ranhuras na peça.



Utensílios utilizados na produção da cerâmica do Lajedo: peneira e cones de PVC. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Utensílios utilizados na produção da cerâmica do Lajedo: balde e moldes de porta guardanapo. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

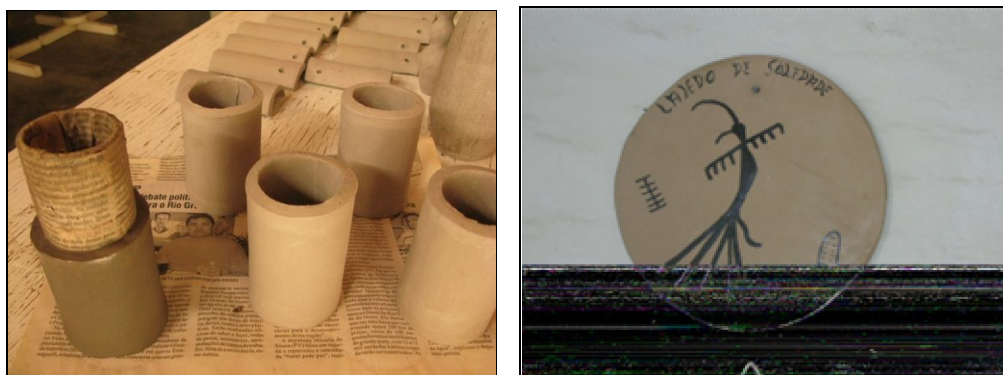


Instrumentos utilizados na produção da cerâmica do Lajedo: mão de pilão e bacias. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Com relação ao processo de aprendizado do ofício da cerâmica, as artesãs da região do Lajedo informaram que há nove anos a Petrobrás promoveu cursos de capacitação na comunidade, dando ênfase nas atividades artesanais e culturais. Nesse sentido, um dos principais cursos foi a cerâmica decorativa, que teve a duração de duas semanas e contou com a participação de quarenta mulheres. Infelizmente, segundo elas, apenas duas artesãs continuam desenvolvendo tal ofício. De acordo com as informações locais, muitas mulheres engajadas na associação deixaram de produzir a cerâmica por não existir um retorno econômico.

Será que, pelo fato de se tratar de um ofício que não fazia parte do histórico cultural ou da tradição daquela localidade, ou seja, não ser uma atividade que foi transmitida de geração a geração, e sim, introduzida por agências, isso não contribuiu para o declínio da atividade? No caso das paneleiras de Goiabeira, no Espírito Santo, cujo pedido de registro como patrimônio cultural dos brasileiros, aprovado no ano de 2002, estudos arqueológicos mostraram que “seu processo de produção remonta à pré-história brasileira, apropriado posteriormente pelos colonos e descendentes de escravos africanos” (ABREU, 2008, p. 15).

A atividade do artesanato em cerâmica ainda que produza minimamente, as artesãs afirmaram ter havido mudança tanto no campo profissional e social, pois antes dos projetos implantados na comunidade, os únicos trabalhos destinados às mulheres eram a atividade agrícola e os trabalhos de casa. Atualmente a principal fonte de renda das artesãs ceramistas do Lajedo é a produção de cerâmica decorativa.



Peças em cerâmica decorativa e figura rupestre da arara, símbolo do Lajedo. Lajedo de Soledade – Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

As artesãs do Lajedo consideram o produto do seu trabalho diferente dos outros tipos de cerâmicas, como as chamadas “utilitárias”, produzidas pelas louceiras⁴ e a cerâmica que é fabricada em escala industrial (telhas e tijolos), encontradas no Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com a artesã Maria Juraci, a cerâmica do Lajedo se distingue das demais por apresentar diferenciais como a reprodução das figuras rupestres nas peças depois de queimadas, reforçando através do artesanato a identidade cultural local. Acrescenta ainda que “na região fazem essa cerâmica que não é essa cerâmica da gente. Fazem telha, pote, panela, essa cerâmica é diferente. A nossa cerâmica é única”.(Maria Juraci, Lajedo do Soledade – Apodi/RN).

1.1.2 Ofícios e Modos de Fazer: Artesanato com as pinturas rupestres do Lajedo

O artesanato relacionado à pintura rupestre na comunidade do Lajedo do Soledade/RN constitui um conjunto de atividades artesanais, a partir das quais são produzidos artesanatos decorativos (enfeites para estante, troféus, centros de mesa etc.) e souvenirs (chaveiros e pesos de papel). As principais características desses produtos são as reproduções manuais das figuras pelo artista plástico Cláudio Sena,

⁴Ofício, geralmente transmitido de geração a geração, que produz utensílios destinados às necessidades do dia a dia das famílias que residem nas zonas rurais e urbanas. Por exemplo, potes, panelas, jarros, algridares, muringas, etc.

que pinta nas pequenas peças de rocha calcária, os desenhos e formas geométricas encontradas no sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, no município do Apodi/RN.

A matéria-prima do trabalho realizado por esse artesão é a rocha calcária, associada ao pigmento óxido de ferro, que é a tinta utilizada para fazer a pintura de todas as peças que produz. A pintura também é feita em chaveiros de cabaças e chocalhos, esse último em menor escala.



Pinturas em chaveiro de cabaça e rocha calcária. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

As ferramentas e materiais utilizados para o processo de lapidação e pintura das rochas calcárias são as seguintes: pedaços de rochas calcárias, pincéis, água, porções de tinta (óxido de ferro), marreta pequena de meio quilo, banca com disco de corte para rochas, furadeira elétrica, picareta pequena, pá, enxada, cola branca, lixas, baldes e bacias.

O processo de aprendizagem das técnicas de produção de artigos decorativos ou utilitários se deu por intervenção das ações da Petrobrás na região do Lajedo de Soledade, no início de 2001, através de cursos de capacitação, resgatando assim, o potencial turístico e arqueológico presente nos fósseis e figuras rupestres encontradas no sítio arqueológico.

Aqui não existia nenhuma expressão. A comunidade não tinha nenhuma vocação artesanal. Em outras partes do município de Apodi já se produzia o artesanato com palha de carnaúbas. Melancias que é uma comunidade de Apodi já produziam palha; em Santa Rosa, já se produzia cerâmica, mas em Soledade, especificamente, eu não tenho conhecimento de alguém que produzisse artesanato. É tanto

que, inicialmente, não foi fácil pra gente (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

Inicialmente, o processo de aprendizagem das reproduções das figuras rupestres ocorreu desenhando-se em cadernos e foram utilizadas como réplicas das imagens das peças. Só posteriormente, com o domínio da técnica de produção, é que as figuras começaram a ser pintadas nas peças. Dentre os desenhos encontrados nos rochedos do sítio arqueológico, destacam-se a arara, o lagarto, o sol e formas geométricas abstratas. Com o sucesso da atividade, escolheu-se o ícone da “arara”, como o símbolo de todo o artesanato de Lajedo de Soledade.

São muitos desenhos que eu faço hoje, o principal é a arara, todas as peças praticamente você é obrigado a colocar a arara. Como é o símbolo do projeto, se a peça não tem a arara, dificilmente eu vou conseguir vender essa peça. Porque o cara [cliente] diz: cadê a arara? Então, por obrigação, ela tem que tá em todas as peças. Aí, depois, vem o lagarto e o sol, são os desenhos que os turistas gostam mais. (Cláudio Sena - Lajedo do Soledade, Apodi/RN. Grifo meu).



Inscrição rupestre representando a *arara*. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Max Pierre, 2009

No início das atividades, o modo de produzir as peças era rústico e, ao longo do tempo, através da exigência dos consumidores, decidiu-se mudar a forma de fazer com o objetivo de tornar mais atrativa e diversificada a produção. As peças fabricadas inicialmente eram muito pesadas e de difícil manuseio, desta forma foi diminuído o tamanho das peças. As modificações foram realizadas sem descaracterizar a arte, e nem perder a identidade, que é simbolizada pela figura da arara.

Com relação à pintura também ocorreram mudanças no modo de fazer, como por exemplo, o uso de pigmentos que se aproximassem ao máximo das cores presentes nas figuras rupestres existentes no sítio arqueológico do Lajedo de Soledade.

Inicialmente, a gente usava apenas o pigmento vermelho. Só que a gente começou a observar que os desenhos têm outras cores no Lajedo. A maioria das pinturas é em vermelho, mas tem pintura em preto e tem pintura em amarelo. O quê a gente fazia? A pintura que era em preto a gente pintava com vermelho, e a gente começou a notar que os clientes começaram a dizer: 'Porque que lá no Lajedo está preto e vocês pintaram de vermelho?' Daí, a gente começou a utilizar o pigmento preto e o pigmento amarelo. A gente incrementou outras cores para que o cliente não questionasse. Se a pintura está preta lá, a gente pinta ela de preto nas nossas peças (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

As principais atividades do trabalho de pintura podem ser percebidas nas seguintes etapas: coleta e seleção de rochas calcárias em pedreiras do município; lavagem das rochas com água; secagem das rochas ao ar livre; corte das rochas em peças menores; lapidação e acabamento das peças; pintura de réplicas de inscrições rupestres nas peças lapidadas; secagem da pintura e acabamento em verniz.



Peças à venda na lojinha do CAL. Lajedo de Soledade - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

As rochas recolhidas estão dispostas em pedreiras no Lajedo de Soledade, em uma área legalmente regularizada e que não propicia risco de degradação ao meio ambiente, não existindo para isso, um período específico destinado à extração da matéria-prima. O artesão de pintura utiliza alguns critérios para a seleção das rochas em estado bruto, para isso ele observa: espessura, tamanho e formato.

No ofício do artesanato em pintura a produção não é sazonal, ou seja, não há uma época específica, mas existem períodos em que há uma maior produção. Por exemplo, os meses de janeiro e fevereiro, que correspondem ao período de maior produção para garantir a demanda de estudantes e/ou excursões escolares que acontecem no sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, no período escolar, geralmente, a partir do mês de março.

Podemos dizer que nós estamos na entressafra. Enquanto em algumas partes do país está tendo muita visitação, nós estamos tendo pouca, porque o nosso turismo é pedagógico, e neste momento as universidades, as escolas, estão paradas. [Essa pesquisa foi realizada no mês de fevereiro de 2009]. Então, nesse período que tem um fluxo de visitação pequeno, eu aproveito pra estocar material, porque quando o turista começa a vir eu não vou ter tanto tempo assim pra produzir, até porque eu trabalho lá no museu e sou guia (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009. Grifo meu).

O entrevistado Cláudio Sena é funcionário público municipal e a sua atividade de artesanato complementa com cinquenta por cento a renda familiar. A produção é focada no fluxo do turismo pedagógico, quando a comunidade do Lajedo recebe visitas de estudantes do Rio Grande do Norte e de outros estados. Isso ocorre com mais frequência entre meses de março a agosto. Cláudio também trabalha com encomendas esporádicas feitas por pessoa física e instituições, principalmente a Petrobrás.

Os artesãos da comunidade que trabalham com pinturas de réplicas em rochas são Cláudio Sena, Claudionor Sena e Pedro Olanda, esse último, considerado um dos precursores da pintura em rocha calcária na comunidade.

Conheço Pedro Olanda, que foi um dos primeiros a trabalhar com a pintura em rocha. Aqui, o primeiro a trabalhar pra comercializar foi ele. Depois eu comecei também a trabalhar, e um outro, que é o meu irmão, que chama Claudionor Sena. São os três que trabalham especificamente com réplicas em rocha calcária. Hoje quem está mais atuante sou eu. Pedro Olanda sai muito, trabalha muito em Natal (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

O espaço de trabalho, utilizado pelo entrevistado Cláudio Sena é um “ateliê”, assim denominado por ele, com as seguintes características: uma área de aproximadamente 12m², anexa ao lado direito de sua residência, coberta por telhas e sustentada pela parede da casa. Toda a cobertura vai de encontro à porta da cozinha, nos fundos da casa. É nesse local que ele armazena toda a matéria-prima coletada nas pedreiras, acondicionando tudo em caixas de papelão, juntamente com os instrumentos de trabalho, tais como bacias, baldes, enxadas, pás e picaretas.

As instalações são próprias e simples, constituídas apenas de uma área coberta onde ele acondiciona toda a matéria-prima e organiza a distribuição das ferramentas durante as etapas do trabalho. O local também é utilizado para secagem de roupas pela esposa, em varais, e possui também duas redes de dormir, utilizadas pela família durante momentos de descanso diurno. “Inicialmente, eu trabalhava dentro de casa, depois vi a necessidade de ampliar o espaço. Fiz essa parte aqui, que é espaçosa, tranqüila e calma” (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

O modo como esse artesão se relaciona com seus instrumentos de trabalho e seu artesanato constitui uma relação de muito zelo e comprometimento. Tudo parece ser tratado com muito cuidado, organizado em caixas de papelão na área externa a qual ele denomina “ateliê”. Cláudio organiza todas as rochas por tamanho (pequenas, médias, grandes), pela especificidade (com ou sem cristais), e pelo tipo (lascadas, arredondadas, retangulares) e as armazena em caixas de papelão.

Eu coloco as rochas aqui mesmo, vou trazendo aos poucos e colocando aqui, em caixas, e elas vão ficando aí. À medida que eu vou precisando, eu vou retirando e trabalhando. Assim eu sempre tenho matéria-prima em abundância (Cláudio Sena- Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

Outro aspecto interessante é como ele acondiciona suas ferramentas, guardando todas em seu quarto de dormir, o que demonstra uma forma intensa de apego com o seu ofício e com os seus instrumentos de trabalho.

Parece até uma brincadeira, mas ficam dentro do meu quarto. Eu não quero que ninguém pegue, eu tenho o maior ciúme! Pra cada tipo de pintura que eu vou fazer eu tenho um pincel específico; e pra mim chegar ao ponto que eu quero, dá muito trabalho, então eu tenho o maior ciúme, ninguém mexe neles! Eles ficam guardados dentro de uma espécie de estante que eu tenho (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

Transparecendo uma relação entre artesão e o ofício que ultrapassa os limites da relação estritamente comercial, aproximando-se de um estado quase que matrimonial entre o artesão e atividade. O informante alegou que todas as ferramentas, principalmente os pincéis, ficam guardadas sobre uma estante existente em seu quarto de dormir, não permitindo que outras pessoas as utilizem.

Eu faço parte da associação dos artesãos. Nós produzimos as nossas peças, colocamos as nossas peças pra vender e do que se vende tem uma porcentagem para a associação. É uma espécie de cooperativa. Por exemplo, a Petrobrás quando ela quer uma encomenda ela faz à Associação, e a presidente da Associação entra em contato comigo e faz a negociação. Então, quando se faz essa encomenda e quando se recebe este dinheiro, já fica a parte da Associação. Quando são encomendas, principalmente da Petrobras, então a presidente é quem está a par dessa negociação; eu não participo da negociação, eu faço as peças e mando pra lá (Cláudio Sena - Lajedo Soledade, Apodi/RN, 2009).

O artesão Cláudio Sena é membro da Associação dos Artesãos de Lajedo de Soledade, instituição local que administra o Centro de Atividades de Lajedo – CAL. Também é membro da diretoria da Fundação Amigos do Lajedo de Soledade – FALS, órgão que administra o museu local e o sítio arqueológico da região.

A importância desses bens culturais para a comunidade local se dá principalmente pelo fato de eles contribuírem para a construção da memória coletiva e o pertencimento dos moradores ao lugar. E ainda, por se tratar de um laboratório a

céu aberto que favorece o desenvolvimento do estado através de pesquisas e intercâmbios.



Museu do Lajedo de Soledade – Apodi/RN. Fonte: Max Pierre, 2009

1.1.3 Ofícios e Modos de Fazer: Artesanato de materiais recicláveis

No município de Apodi/RN, mapeou-se o artesanato feito com material reciclado, artes plásticas e pinturas na Oficina de Arte e Cultura Vitória, que desenvolve um projeto com crianças carentes de Apodi/RN.

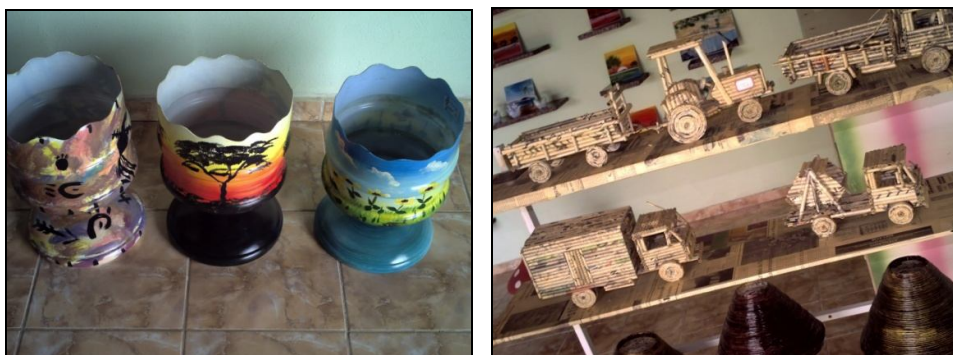


Oficina de Arte e Cultura Vitória – Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

O responsável pelas atividades educativas é o artista plástico Marco Leite. Nas oficinas são produzidos vasos de plantas, lixeiras, luminárias a partir de

garrações de água mineral quebrados que se transformam em objetos de uso utilitário (cestos de roupas, lixeiras etc.) e de decoração (luminárias, jarros, abajurs etc.). As pinturas que as novas peças recebem são inspiradas na flora local (matas, rios, lagos, etc) e no por do sol. Produzem também quadros em azulejos, artesanato em madeira como, por exemplo, móveis em miniaturas, carrinhos de brinquedos, “joãos teimosos”, “cofrinhos” e outros trabalhos em jornais e argila. O entrevistado acrescentou que,

O ensino é direcionado para crianças carentes, na faixa etária de dez a quatorze anos de idade. As aulas acontecem de segunda a sexta-feira, nos dois turnos e têm duração de três horas/aulas. Hoje no projeto, são trinta e duas crianças de Apodi/RN” (Marco Leite – Apodi/RN, 2009).



Artesanato reciclado: garrações de água mineral transformados em jarros, carrinhos de brinquedos e abajurs confeccionados a partir de jornais - Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os artesanatos produzidos na cede da instituição são comercializados em alguns pontos da cidade, como no Hotel Lajedo, na lojinha da Oficina de Arte e Cultura Vitória e em feiras de artesanatos promovidas pela SEBRAE-RN. O material vendido é revertido em novos insumos para elaboração de novas peças, e quando o aluno já está treinado a produção dele já serve para ajudar na sua renda familiar. Os compradores das peças são pessoas que apreciam o artesanato, geralmente pessoas que visitam a cidade ou freqüentam as feiras de artesanato.



Artesanato em madeira: brinquedos. Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Para a produção das peças artesanais, os alunos utilizam pincéis de vários tamanhos. Os garrafões, jornais, pedaços de canos em PVC servem de base para cestos, lixeiras, abajurs e luminárias. Nas telas e azulejos são feitas pinturas artísticas, utilizando tintas laváveis, tintas a óleo e verniz. Variam de acordo com o produto a ser produzido. Ainda utilizam cerras e lixas, tesouras, moldes para modelar e dar acabamento nas peças. Da madeira são produzidos os móveis em miniatura, que levam em suas montagens cola para unir as partes; a argila serve para unir ou dar acabamento em alguma peça.

No interior do prédio, onde são confeccionadas as peças, há bancadas de madeira que servem para cortar, dar forma e secagem dos produtos.

Com alguns materiais que foram encontrados na reciclagem, a oficina criou um museu de peças antigas. São ferros de passar roupas, telefones, moinho, chaves, bule de café, máquina de datilografia, prensa, entre outros.



Museu de sucata. Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O entrevistado Marco Leite informou que aprendeu seu trabalho sem que tivesse alguém para ensinar as técnicas. Desde criança gostava de desenhar. Aos vinte anos de idade começou a desenvolver a atividade profissionalmente. Ele trabalha na “Oficina de Arte, Cultura Vitória” ministrando oficinas para crianças da cidade de Apodi/RN. O projeto é uma parceria de Braúlio Ribeiro, um dos sócios da empresa de água mineral Cristalina, com o artesanato.

De acordo com o entrevistado, não há um período específico para a prática do artesanato em material reciclável. Ela ocorre diariamente, uma vez que é uma prática artístico-cultural e comercial, não tendo por característica a sazonalidade. Essa matéria-prima não se assemelha, por exemplo, à palha de carnaúba que tem um período de coleta e corte. A reciclagem é realizada a partir dos restos de produtos (garrafas pets, jornais e garrafões de água mineral), elaborados em escala industrial.

Relatou ainda que seu trabalho com as artes plásticas é a sua principal fonte de renda e, para as crianças assistidas pelo projeto, essa iniciativa é de grande importância por se caracterizar como um complemento na renda familiar. Também contribui para educação dos mesmos, por trazer novas perspectivas de vida.

A matéria-prima é adquirida em Apodi/RN, no depósito de material reciclado, que localiza-se ao lado da sede “Oficina de Arte, Cultura Vitória”, de propriedade do sócio Braúlio Ribeiro. Adquire em Mossoró, pincéis, tintas e outros utensílios. Não falou sobre os custos, apenas mencionou que não conta com o apoio do governamental.



Reciclagem Vitória e material armazenado para reciclagem. Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Embora se trate de um programa social com objetivos de fomentar cidadania através da arte e do artesanato, o entrevistado sinalizou que não há por parte do poder público local, políticas estruturais focadas na coleta seletiva, conseqüentemente, não há ações nesse sentido que contemplem o meio ambiente.

Quanto a sua participação em associação ou cooperativa ligada às artes plásticas e ao artesanato ou algo do gênero, ele nos informou que não participava desse tipo instituição. Por outro lado, relatou que havia tentado formar uma associação nesse ramo, mas as pessoas não se empenharam e ele acabou desistindo de continuar com a idéia. Outro fato alegado por ele diz respeito à burocracia para legalização desse tipo de entidade, o que acabou por contribuir para o desinteresse.

1.1.4 Celebrações: O carnaval em Apodi

Dentre as várias celebrações existentes no município, o carnaval foi a única que se conseguiu mapear durante o seu acontecimento. Para Da Matta (1997, p. 156):

No Brasil, o carnaval é uma festa especial e também uma atrapalhada, um momento em que as regras, rotinas, e procedimentos são modificados, reinando a livre expressão dos sentimentos e das emoções quando todos se podem manifestar individualmente.

É talvez partindo dessa idéia que se ouve dos *foliões* algo da ordem *no carnaval tudo pode*. Assim, observa-se que durante esse período, homens se vestem de mulher e vice-versa, numa grande brincadeira. Pois, no carnaval, “invertemos as posições” (DA MATTA, 1997, P. 142).

Ainda sobre o carnaval, Da Matta (1997, p. 163) o entende como:

Um momento especial, onde tudo pode ocorrer; ou seja, sociologicamente, um período em que o mundo social fica pleno de possibilidade e deixa de ser focalizado por meio de seus mediadores sociais ordinários (como profissão, bairro, riqueza, poder etc).

No carnaval o mundo é *brincado* e *cantado* por todos. Trata-se de brincadeiras sérias, pois dentre outras coisas, o que se estabelece são relações com pessoas ou grupos que cotidianamente não se costuma realizar. Relacionar-se com o mundo através de brincadeiras, segundo esse autor significa que “estamos todos numa mesma sociedade, no mesmo mundo” (DA MATTA, 1997, p. 143).

O “carnaval de rua”, como é o caso do que acontece na cidade de Apodi/RN, é socializado como *uma festa de todos*, sem distinção de raça ou classe social, conseqüentemente, uma festa não hierarquizada. Assim, os gestos e as músicas embaladas pelo som do trio elétrico contribuem com o papel de congregar diversos grupos locais, de cidades vizinhas e de outras regiões para celebrar. No carnaval, embora se crie a ilusão da inexistência de hierarquias, o que prevalece é que estamos todos numa mesma sociedade, num mesmo mundo, enfatiza o autor.

Essa festa popular em Apodi/RN é promovida pela Prefeitura Municipal com o apoio da iniciativa privada local. A abertura do evento na cidade ocorre uma semana antes do período estipulado pelo calendário, que no ano de 2009 correspondeu ao período de 20 a 25 de fevereiro. A folia iniciou-se com o concurso para escolha do Rei Momo e da Rainha do Carnaval, que ocorreu na sede da Associação Cultural-desportiva Apodiense – ACDA.



Portal de entrada para o corredor da folia do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009

Em anos anteriores, o carnaval era festejado na praça central da cidade, com blocos caricatos e bandas de frevo, mas essa manifestação foi substituída, ao longo

dos anos, pelo carnaval típico de *micaretas* ou *carnaval fora de época*, com carros de som, trios elétricos e camarotes.

O carnaval ocorre, atualmente, num espaço específico denominado *circuito da folia*, localizado na saída da cidade em direção a Mossoró, em um trecho da BR-405. Nesse local são montados os camarotes, o palco principal e a praça de alimentação, com barraquinhas e banheiros químicos para os cinco dias de festa. No interior desse circuito, transitam os foliões, ora acompanhando os trios elétricos, ora assistindo aos shows de bandas de axé e forró-elétrico que se apresentam no palco principal.



O circuito da folia do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os festejos em Apodi/RN são organizados em blocos de rua e camarotes, distribuídos ao longo dos cinco quilômetros do circuito da folia, onde ocorre a festa na cidade. Os blocos de rua são organizados por pessoas da comunidade durante os dois meses que antecedem o carnaval, de modo que cada membro contribui com uma quantia em dinheiro (em média, R\$ 200,00 por pessoa), que poderá ser pago integralmente ou em duas parcelas.

Esse valor será usado para a confecção de camisetas, aluguel das sedes oficiais dos blocos de rua, alimentação e distribuição gratuita de bebidas aos foliões associados durante todo o período. Os blocos são alocados em casas, galpões e barracas, onde são instalados aparelhagem sonora, refrigeradores para bebidas e churrasqueiras. Nas sedes dos blocos de rua, o trânsito dos componentes é livre e o acesso a bebidas e alimentos é irrestrito aos foliões associados.



Bloco de rua e camarotes do Carnaval de Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A inserção de um componente nos blocos de rua é realizada através de uma assembléia com os associados do bloco. A sua aceitação dependerá de aprovação, que deve ser de 50% + 01 do total de associados veteranos. “Não se aceita qualquer um nos blocos. A gente considera a relação que a pessoa tem com os associados antes dele entrar pro bloco”, explicou Francisco Sobrinho, membro do bloco Papangu e um dos coordenadores do carnaval oficial da cidade. Ocorre também a possibilidade de uma pessoa ser incorporada ao bloco por convite direto da diretoria, o que não descarta a aprovação dos outros membros do bloco.

Embora o coordenador de um dos blocos justifique que essa espécie de censura é para evitar que pessoas estranhas adentrem ao grupo, o que talvez esteja por trás dessa atitude seja a manutenção dos vínculos afetivos entre os “grupos fechados”, ou seja, não permitir que outras pessoas de classes sociais inferiores possam participar da festa privada.

Os camarotes são locais privados com serviços de buffets e garçons, localizados em torno do corredor da folia, com vista privilegiada da festa. Trata-se de estruturas de metal, cobertas e divididas em baias, com capacidade média para vinte pessoas cada um. Eles são montados à esquerda e à direita do circuito da folia, formando um corredor com cerca de trezentos metros de comprimento ao longo da estrada BR-405, no trecho onde ocorre o carnaval na cidade de Apodi/RN.

As ruas da cidade ganham decoração especial com fitinhas, máscaras e muitas cores. Cria-se uma atmosfera de alegria e cores para a cidade, o que acaba contagiando aqueles que apreciam a festa do rei momo. No circuito, o asfalto que antes dava passagem aos veículos, nos dias de carnavais dá lugar a um gigantesco espaço destinado à diversão.



Estrutura dos camarotes em metal e baias do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Foi observado que a permanência de jovens solteiros nos camarotes é baixa, pois esse público prefere ficar no meio da multidão, ou na “pipoca”, local onde o trânsito de pessoas é livre e pode-se acompanhar o trio elétrico ao longo do circuito da folia.

Atualmente, o carnaval em Apodi/RN concentra uma média de 60 mil pessoas por noite, durante os cinco principais dias de festa. A cidade recebe pessoas de toda a região do Vale do Apodi, Mossoró, Natal e da região do Seridó Potiguar. De acordo com os organizadores e foliões, nos cinco dias de festa não foram verificados quadros de violência no circuito da folia, e o grau de hospitalidade dos moradores para com os visitantes é significativo.



Vista panorâmica do corredor da folia: aproximadamente 60 mil pessoas - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Durante o carnaval em Apodi/RN, as músicas tocadas são dos gêneros axé e forró-elétrico. O axé corresponde a um gênero musical surgido no estado da Bahia na década de 1980, durante as manifestações populares do carnaval de Salvador/BA, e mistura diversos ritmos como o frevo pernambucano, o forró, o maracatu, o reggae e o calipso.

O forró-elétrico seria uma versão do forró tradicional apropriada para micaretas ou carnavais fora de época. As danças também são semelhantes ao axé baiano, com passos e coreografias específicas para cada música.

No caso do forró-elétrico dança-se “solto”, ou individualmente, e não em pares, como ocorre no forró tradicional. Enquanto neste, os instrumentos musicais se limitam à sanfona, ao zabumba e ao triângulo; no forró-elétrico se percebe a introdução de instrumentos como a guitarra, teclados, instrumentos de sopros e mais aqueles pertencentes típicos do forró tradicional.



Trio elétrico - carnaval de Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

No decorrer do dia, acontecem disputas entre carros de som, em que pessoas da comunidade ou de cidades vizinhas disputam entre si qual o veículo possui o equipamento de sonorização mais potente. Grupos específicos se dividem em aglomerados, em torno dos seus veículos, e reúnem à sua volta amigos ou pessoas que apreciam o estilo musical que está sendo reproduzido no equipamento de som. A auto-exposição e aceitação popular, assim como exaltação de status e/ou classe social parecem estar diretamente relacionados a essa prática. Geralmente, os carros com melhores equipamentos pertencem a pessoas com maior poder aquisitivo, ligadas à administração política local ou às famílias abastadas do município, como comerciantes e fazendeiros.

Durante os cinco dias de festa, ao cair da tarde, acontecem os “arrastões”, em que grupos de foliões, pertencentes ou não a blocos específicos, percorrem o circuito da folia até o centro da cidade, fazendo brincadeiras e atirando farinha de trigo, polvilho, ovos, lama, e sacos plásticos com água uns aos outros, numa espécie de ritual denominado “mela-mela”.



Brincadeira do “mela-mela” - carnaval de Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, fevereiro/2009

A barragem de Santa Cruz, maior reservatório artificial da região, localizada a quinze quilômetros do centro de Apodi/RN é também um atrativo para os foliões nesta época do ano, com área para banhistas e barracas com comidas típicas, como o baião-de-dois e peixes da região. O fluxo de pessoas nesse local durante o carnaval é intenso, chegando a cerca de cinco mil pessoas por dia, o que acarreta engarrafamentos constantes no percurso.





Barragem de Santa Cruz nos dias de carnaval em Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Cabe ainda citar o *bloco dos Kangaceiros*, atração diurna do carnaval de Apodi/RN. O bloco desenvolve uma performance particular na cidade, durante o domingo de carnaval, em que seus membros, montados sobre um carro velho, desfilam pelas ruas da cidade fazendo brincadeiras com os pedestres, dançando, gritando e jogando farinha de trigo nas pessoas. O desfile desse grupo tem um percurso médio de três quilômetros, de modo que ao fim, ocorre a depredação do carro em praça pública. Todo o evento ocorre a olhos nus e não há intervenção de autoridades locais ou repressões por parte da comunidade, de modo que o grupo segue livremente seu percurso pela cidade.



Bloco dos Kangaceiros - carnaval de Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O carnaval em Apodi/RN possui uma estrutura institucionalizada, acompanhando um padrão de organização com subdivisões de grupos por blocos sinalizados com camisetas. Entre as mulheres percebe-se que são feitas algumas adequações nas camisetas, o que se costuma chamar de “customizar ou

remodelar”. Com essas remodelagens, os corpos femininos ficam mais expostos, em linha direta como os códigos da “rua”, em oposição aos códigos da “casa” (DA MATTA, 1997, p. 142). Tais códigos fazem referências, respectivamente, às categorias “privado” e “público”.



Camisetas que diferenciam os componentes de cada bloco de rua - Apodi/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009

Toda a estrutura física do carnaval em Apodi/RN requer esforços do poder público municipal e o apoio do comércio local, para a montagem e organização dos camarotes, trio elétrico com bandas de música, recursos de sonorização e iluminação profissionais, praça de alimentação e banheiros químicos.



Patrocinadores do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009



Praça de alimentação do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

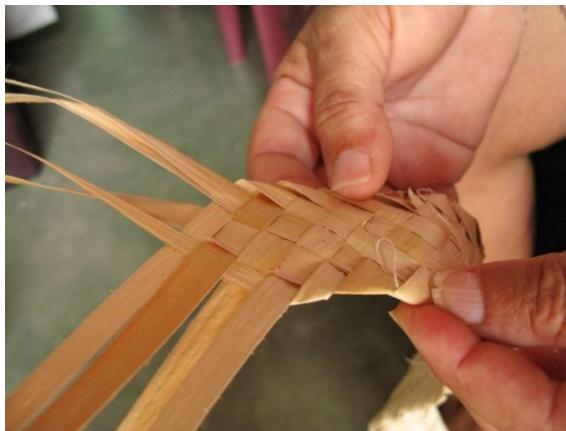


Barracas de alimentação da praça de alimentação do carnaval de Apodi/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Infra-estrutura urbana a serviço dos foliões: banheiros químicos - Apodi/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

1.2 Campo Grande



Mãos que trançam: artesanato em palha de carnaúba. Campo Grande/RN.
Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os primeiros habitantes da região foram índios pêgas que viviam em aldeias na Serra Cipilhada (atual serra de João Vale), cuja data de terras foi adquirida, por volta de 1761, pelo Sargento-Mor João do Vale Bezerra, a um português chamado Gondim, que havia lançado os primeiros fundamentos de uma fazenda de criação de gado.

A capela em homenagem à Santana e as casas construídas para a descendência de João do Vale formaram a povoação de Campo Grande, primeiro nome dado ao município, que posteriormente também chamou-se Triunfo.

O nome de Augusto Severo originou-se de projeto apresentado pelo deputado Luiz Pereira Tito Jácome, em homenagem ao seu grande amigo – o norte-riograndense inventor do dirigível Pax.

É elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Augusto Severo, pela lei estadual nº 197, de vinte e oito de agosto de 1903. O nome Augusto Severo foi modificado para Campo Grande em 1991 após a realização de um plebiscito no qual a população local votou pelo retorno do nome de origem do município.

1.2.1 Ofícios e modo de fazer: Artesanatos com palha de carnaúba⁵

Durante a pesquisa realizada na cidade de Campo Grande/RN foi possível identificar vários tipos de ofícios, dentre eles o artesanato confeccionado da palha de carnaúba, o bordado de renascença e mestres que dominam o saber fazer de casas de taipas. Foram realizadas duas entrevistas, uma com Maria Vilma, casada e a outra com Luiza Marques Leal, setenta e três anos, viúva, também conhecida como Luiza Brejeira. Essas mulheres trabalham há alguns anos com a palha da carnaúba, produzindo artigos decorativos e utilitários, como vassouras, cestas, baús, pufes e abajurs, de modo que suas experiências serviram como base para descrevermos a prática desse ofício e como ele se perpetua na comunidade de Campo Grande/RN. Também foram entrevistados os moradores Raimundo Moura, quarenta e seis anos, casado e José Augusto, vinte anos, solteiro, que descreveram as etapas da construção de casa de taipas.

Maria Vilma informou que sua filha Eliane foi quem a iniciou no trato com a palha de carnaúba. Por sua vez, a filha dela aprendeu em um curso de artesanato que foi realizado na cidade de Assú/RN, pela Petrobras. “Eliane aprendeu em Assú. Foi com Graça que trabalha com a Petrobras. Hoje trabalhamos nós duas”, informou Maria Vilma. A entrevistada não soube informar a data ou o período específico em que a filha participou do curso e também não informou desde quando realiza a prática desse ofício.



Produtos da palha de carnaúba feitos pela artesã Maria Vilma. Campo Grande/RN.
Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

⁵ A Carnaúba (*Copernicia prunifera*) é uma árvore da família Arecaceae do semi-árido nordestino.

Eliane, além de ser reconhecida na cidade, já ministrou alguns cursos de artesanato em palha nos municípios vizinhos. “Ela já fez e também já ensinou artesanato lá em Governador Dix-Sept Rosado”, relatou Maria Vilma.

Foi possível perceber que o artesanato feito com essa fibra é realizado durante todos os meses do ano, no entanto, há períodos que falta a matéria-prima para a confecção das peças, especialmente o *olho da palha*⁶, de onde é retirada a palha para a realização desse ofício. “A gente trabalha mais por encomenda, porque não tem material. Como agora, está faltando. Mas, como está tendo uma feira na cidade, todos os meses a gente vai ficar botando”, informou ela. A falta da palha acontece porque a carnaubeira, de onde é retirada a palha, segue uma sazonalidade. A colheita da palha acontece entre os meses de agosto a outubro.

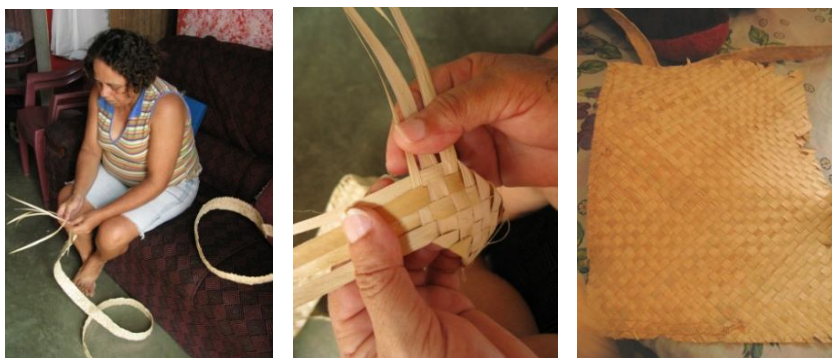


Carnaubal pronto para colheita da palha: arvores que produz a palha para o artesanato. Campo Grande/RN. Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Além da palha do *olho da carnaúba*, que é a principal matéria-prima para confeccionar as peças, são usados pelas artesãs arames, barbantes, verniz, entre outros.

Sobre as etapas do processo de trabalho com a palha, a artesã relatou que o primeiro passo é a amarração do talo com o arame. Em seguida rasga toda a palha fina para poder começar a trabalhar. As peças maiores são feitas com trança e as peças menores sem tranças. E ela explica que nem toda palha é trançada, mas que com a trança a peça fica mais firme e não rasga.

⁶ A palha em tom de verde claro, que se localiza no centro da carnaúba.



Maria Vilma trançando a palha de carnaúba para a confecção das peças. Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A artesã vende, em média, cerca de vinte peças por mês, principalmente abajurs e puffes; a média de preço dos seus produtos varia entre dez e cinquenta reais, dependendo do tamanho e da quantidade de detalhes de cada peça. Ela também confecciona outros produtos com a palha e o talo da carnaúba, como baús, cestas e urupemas (peneiras).



Baús e abajur a partir da palha de carnaúba. Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Com base nos dados empíricos constatou-se que trata-se de uma atividade predominantemente econômica e que não está ligada a nenhuma prática religiosa. Maria Vilma informou que a produção e as vendas das peças geram renda para a família, mas não especificou com precisão o grau de importância desse ofício para a renda familiar. “Não vou saber te dizer. Só com a minha filha. Ela, quando vai fazer as encomendas, anota tudo direitinho, o que paga, o que gasta”.

Por se tratar de uma atividade familiar, as etapas são definidas: a mãe confecciona as peças e a filha articula a venda e a administração do capital. Porém,

não é uma definição fixa, pois quando a encomenda é grande, as duas produzem para cumprir com o pedido. As artesãs, por falta de recursos financeiros, não dispõem de um lugar específico para produzir suas peças, então utilizam um pequeno cômodo da casa. Os produtos resultado desse ofício são vendidos em feiras na cidade de Campo Grande/RN ou entre pessoas da região que se interessam pelo seu trabalho.

O artesanato produzido com palha de carnaúba por Luíza Brejeira é predominantemente utilitário, como vassouras, cordas, pincéis e tranças para chapéus (não sabe fazer o chapéu, apenas a trança que resulta na peça). Ela vendia os seus produtos nas comunidades rurais de Caína e Cabelo do Boi, no município de campo Grande/RN. E também no sítio Oiteiro, onde morava. Atualmente, a artesão está aposentada e reside no conjunto habitacional Padre Pedro.



Luíza Brejeira e a vassoura de palha de carnaúba que ela produziu. Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O aprendizado do ofício por parte de Luíza Brejeira foi diferente do processo ocorrido com as artesãs Vilma e Eliane. Nesse caso, na fase de infância, ela aprendeu a fazer as vassouras e as outras peças, observando o trabalho de sua madrinha.

Aprendi com a minha madrinha. Uma velha que trabalhava com palha de carnaúba, fazia corda, fazia bolsa, fazia tranças. E eu sei fazer tudo isso. Agora, eu não construo os chapéus, eu só faço as tranças; mas faço vassouras, ticum, cordas e faço pincel (Luíza Brejeira - Campo Grande/RN, 2009).

Durante muitos anos a renda da família veio da produção de vassouras. Luíza Brejeira contou que trabalhou muito produzindo e vendendo as peças nos sítios e na cidade.

Eu andava com os produtos na cabeça levando nesse mundo a fora e vendendo. Sofri muito, passei em riachos cheios com essas vassouras dentro de um saco na cabeça. Vendia cada vassoura por 25 centavos. Minhas vassouras eram bem feitas, eu trabalhava bem. Hoje eu estou aposentada (Luíza Brejeira - Campo Grande/RN, 2009).

A entrevistada Luíza Brejeira descreveu o modo de produção para a confecção das vassouras, explicando que, primeiramente, é retirado o *olho da carnaúba* (ramagem que nasce entre as folhas da carnaubeira, parte que ainda não abriu em forma de leque), o qual deverá ser posto para secar ao sol. O período de secagem tem uma duração média de oito dias consecutivos, a partir do qual será feito o corte de toda a palha seca para, em seguida, iniciar o processo de amarração e acabamento das vassouras.

Ela mesma executa todas as etapas do trabalho, desde a retirada do *olho da palha* no carnaubal até a fabricação das peças. “Eu tiro o olho com um facão, e depois coloco para secar. Para retirar a palha, eu amarro um facão de corte numa vara e corto. Retiro, mais ou menos, de cinqüenta a cem olhos da palha”, relatou a Sra. Luiza Brejeira.



Luíza Brejeira e produto de palha de carnaúba. Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Explicou ainda que os meses de outubro e novembro são apropriados para colher o *olho da palha* de carnaúba. Nesse período ocorre a extração da cera da carnaúba, o que facilita a retirada do olho da palha pelos artesãos locais. A cera da carnaúba é usada para a obtenção de um álcool chamado de alifático (Triacantanol-TRIA), que influencia no crescimento e na produtividade de várias espécies de hortaliças, frutas e plantas ornamentais.

Com relação às mudanças ocorridas no modo de fazer das vassouras, Luíza Brejeira sinaliza algumas alterações que ocorreram nessa peça. Antes, ela usava a própria fibra da carnaúba para amarrar e dar o acabamento nas vassouras, porém, com o tempo, ela observou que este tipo de material arrebentava com facilidade, o que diminuía o tempo de vida útil de suas vassouras. Desse modo, surgiu a idéia de amarrar a vassoura com um tipo de fio mais resistente, substituindo a fibra da carnaúba por um tipo de barbante feito de algodão ou cetim. Isso garantiu maior resistência e durabilidade às suas peças. “Eu uso a palha da carnaúba e o fitilho pra amarrar. Não presta amarrar com a palha, ou se tora ou fica folgada logo. Eu compro o fitilho e amarro as vassouras”, informou Luíza Brejeira.

A pesquisa mostrou que a confecção das peças do artesanato da palha de carnaúba é feita de forma doméstica, de modo que a entrevistada utiliza o espaço físico de sua própria casa para a realização dessa atividade. Ainda relatou que utiliza o quintal da sua casa para fazer a secagem da palha, e o alpendre para a produção das vassouras.

1.2.2 Ofícios e modos de fazer: casa de taipa



Típica casa de taipa. Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A casa de taipa ou casa de barro é uma construção simples, comum no interior do estado e confeccionada a partir materiais presentes no dia a dia dos habitantes locais. Para esse tipo de construção é preciso: caibros, linhas, forquilhas, varas, cipós, barros, telhas e água para molhar o barro. De acordo com Borba (2006, p. 267), na Paraíba, esse tipo de edificação se inicia da seguinte forma:

Fincam-se as forquilhas, de acordo com o formato da casa, podendo ser de duas ou quatro águas. Entre as forquilhas que sustentam o teto, colocam-se os 'enxaimés', para formar as paredes, os quais são unidos entre si por varas colocadas na horizontal e atadas com cipós, para sustentar os tapumes. Em seguida, preenchem-se as brechas com porções de barro e, por último, alisa-se com a mão. A cobertura varia de acordo com o poder aquisitivo de cada um. Pode ser de telha de cerâmica, alumínio, flandre ou palha.

Ainda sobre construção da casa de taipa, Guimaraens (1985), diz que esse tipo de construção se caracteriza pelo envarado de suas paredes, no lado interno e externo, e o posterior preenchimento das empenas com barro, às vezes misturado com capim, palha, pedaços de madeira, elementos que dão liga ao barro.

Para subsidiar a pesquisa em torno do ofício da construção da casa de taipa na cidade de Campo Grande, contou-se com a colaboração do senhor Raimundo Moura de Macedo e do jovem José Augusto da Silva, que descreveram como se dá o processo de construção desse tipo de edificação.

Raimundo Moura relatou que aprendeu a fazer casa de taipa observando outras pessoas (vizinhos) a realizar o ofício. Primeiro ele ajudou a um sobrinho a construir uma casa, e depois auxiliou o seu genro em outra, depois disso construiu a primeira casa sozinho aos quarenta anos, e atualmente trabalha nesse ofício.



Raimundo Moura: mestre de casa de taipa. Campo Grande/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Enquanto isso, José Augusto da Silva aprendeu a fazer o ofício no início deste ano (2009) quando construiu a sua casa com a ajuda do amigo, o senhor Raimundo Moura.

Para *levantar* uma casa de taipa composta de dois vãos, com quarto, sala e cozinha, o que seria uma área de 15x15, seu Raimundo informou que é necessária a utilização dos seguintes materiais: dez a quinze forquilhas; quarenta “enxaimés”, para tapar os buracos que sobram entre as forquilhas; cinco pontas de linha, para dar a sustentação do teto da casa, que pode ser de carnaúba; caibros para a cobertura; e varas para fechar as parede e, por último, o barro para fechar as fretas. Ele ainda explicou que a forquilha é colocada numa distância de cinco metros uma da outra, e no espaço que sobra, é colocado o “enxaimés” de metro em metro, para depois no espaço que resta colocar o barro.



Parede de casa de taipa: detalhe do trançado de varas. Campo Grande/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009

Alguns tipos de madeira são mais indicados para esse tipo de construção. Dentre as mais utilizadas na região, foram citadas pelos informantes o angico, a aroeira e o pereiro branco. Essas espécies são mais resistentes e duram em média de vinte a trinta anos. Uma casa de taipa, se forem feitos reparos periódicos, pode chegar a uma vida útil de cinqüenta anos.

A madeira é adquirida na mata local, mas seu Raimundo relatou que só quando não consegue encontrá-la tem de comprar o madeiramento, o que acaba encarecendo a construção da casa. Por tal motivo, muitos utilizam a madeira da jurema, uma madeira mais barata e que dura em média cinco anos.

Para a madeira da cobertura, podem ser utilizadas as ripas de marmeleiro ou de pereiro, e as telhas usadas são as mesmas usadas nas casas de alvenaria, ou seja, aquelas confeccionadas de cerâmica. Se o proprietário não dispor de poder aquisitivo para comprar esse tipo de telha, pode optar por cobrir o telhado com palhas, o que não é comum na região de Campo Grande/RN. Esse tipo de telhado é mais usado no Estado do Ceará, onde é usada a palha de carnaúba ou a palha do coqueiro.

O melhor barro utilizado na construção da casa de taipa é o barro vermelho, que é comum na região. As pessoas que não possuem o produto em suas propriedades compram as *carradas*⁷ do material de terceiros. O processo de preparação do barro consiste em cavar e molhar o monte de barro com água para depois amassar com o auxílio de uma enxada. A textura do barro *não pode ser nem mole nem dura demais*, tem que ser uma massa que desgrude da mão e dê para colocar na parede. “Para amassar o barro, são usados os pés, as mãos ou então mãos de pilão, em um processo construtivo de que participa toda a família” (GUIMARAENS, 1985, p. 37).

A preferência da madeira para a confecção das portas é pela a imburana ou cumaru. Caso não disponha de nenhuma, pode-se usar qualquer pau que sirva para fazer uma porta. No entanto, frisou o mestre que não é ele quem faz as portas, geralmente ele encomenda na serraria, assim como as janelas.

Embora a casa de taipa e o modo de fazer remetam a uma herança transmitida de geração em geração, o senhor Raimundo enfatizou que, atualmente, a casa de taipa é mais procurada por pessoas que não dispõem de condições financeiras.

As pessoas que procuram esse serviço são as pessoas humildes, pobres, que não têm condições de fazer uma casa de alvenaria, porque diz que gasta menos dinheiro, mas no fim, gasta mais do que fazer uma casa de alvenaria (Raimundo Moura - Campo Grande/RN, 2009).

Ele explicou que o preço da forquilha custa em média vinte reais, e se compra também os pregos, numa quantidade de quatorze a quinze quilos; as varas e os

⁷ A *carrada* equivale a uma carroceria de uma caminhonete ou de um caminhão cheia de barro.

caibros nem sempre são encontrados na mata; as janelas e portas também são compradas, o que encarece o preço final da casa.

A diferença de custo entre a casa de taipa e a casa de alvenaria está no preço da mão-de-obra. Para construir a casa de taipa o preço é de trezentos reais, apenas para levantar e fazer toda a estrutura das paredes e o telhado. O acabamento de tapar as paredes com o barro é por conta do proprietário. Para construir uma casa de alvenaria pequena, o preço é de um mil reais. Por isso, na opinião do entrevistado o “pobre” não pode fazer casa de alvenaria, não tem como pagar o pedreiro. Ele ainda explicou que as pessoas que residem nos sítios são as que ainda fazem as casas de taipa. Na cidade é difícil a procura por esse tipo de casa.

José Augusto da Silva, o outro morador que domina esse ofício, informou que para começar a construção de uma casa de taipa cavam-se os buracos onde serão colocadas as forquilhas, que são as colunas da casa. Após o fincamento, o próximo passo é a colocação das *linhas*, que possuem a função de dar sustentação à casa e proporcionar a queda d’água no teto. Sobre as linhas são pregados os caibros e as ripas (madeiramento para o telhado). Por fim, acontece a atividade denominada por *tesourar*, ou seja, a amarração que se faz para a casa não ficar se *mexendo* quando os trabalhadores estiverem em cima da casa madeirando-a.

A etapa do madeiramento da casa de taipa foi descrita pelo informante na seguinte ordem:

Nós tesouramos ela de uma forquilha pra outra usando caibros e pregos para fixar os caibros nas forquilhas. A gente arma, emadeira, entelha, depois envara todas as parede para poder encher com o barro. Quando enche as paredes, a gente vai sentar as portas.

Ambos os colaboradores informaram que há um período específico para a construção da casa de taipa que é no início do inverno. Explicaram que o motivo é a abundância de água, extremamente necessária para esse tipo de construção, principalmente durante a extração e o preparo do barro. Eles ainda disseram que no verão, período de outubro a dezembro, é a melhor época para erguer a estrutura de madeira, porque é nessa época que o angico, a madeira própria para esse ofício não tem rama (folhagens), o que facilita a sua coleta. Para extração do barro, a época ideal é no inverno, por ele se encontrar úmido.

Os principais instrumentos de trabalho para a construção de uma casa de taipa são a enxada, para bater no barro; o machado e a foice, para cortar a madeira; o serrote, durante o madeiramento; o martelo, para pregar os pregos; a alavanca, para cavar os buracos e enterrar as forquilhas; uma ferramenta chamada *boca de lobo*; a faca, o facão para descascar as varas; a pua, que é uma espécie de furadeira manual e o carro de mão.

1.2.3 Ofícios e modos de fazer: bordados

Dentre o artesanato em bordado existente na cidade de Campo Grande/RN, tais como crochê e ponto-cruz, escolheu-se o bordado denominado de *renascença* como sendo o de maior representatividade. Os bordados, de um modo geral, “consistem numa trama de fios e de linhas, resultando num trabalho de valor decorativo embelezador, destinado a indumentária e peças do lar” (BORBA, 2006, p. 197).

O bordado de renascença ou renda renascença, conhecido na região, é um tipo de renda que como o próprio nome faz alusão, teria surgido no Renascimento europeu. É também conhecida como renda irlandesa ou inglesa. De acordo com Borba (2006, p. 206):

O termo irlandesa adveio de 1872, quando Margarida de Sabóia, temendo que a Revolução Industrial a extinguisse, estimulou a transmissão deste saber entre os conventos irlandeses, expandindo-se em várias partes do mundo, no pós-colonialização.

Dona Tiquinha, casada, cinqüenta e oito anos, moradora da cidade há vinte e sete anos, informou que o aprendizado desse ofício se deu por achar um trabalho bonito e observando as vizinhas realizando a atividade da renascença. Ao contrário de alguns ofícios, são transmitidos de geração a geração através de entes familiares, como mães, tias, avós etc, a renascença foi introduzida na cidade por um padre, no final da década de 1980. A intenção era possibilitar a criação de uma fonte de renda para as mulheres.

Eu comecei assim, com as vizinhas, elas trabalhavam, e eu chegava na casa delas, achava muito bonito e comecei aprender e depois produzir a renascença. Faz 22 anos que trabalho com isso. Daquele tempo para cá a gente vinha trabalhando direto eu mais um grupo com cinqüenta mulheres, mas saíram todas, só ficou eu trabalhando. Eu gosto muito de fazer a renascença, nesses anos todos nunca deixei de fazer (Dona Tiquinha - Campo Grande/RN, 2009).

O processo de confecção da renda renascença é lento e cada peça demora, em média, um mês para ser finalizada, o que obriga a rendeira a trabalhar sob encomenda. Para conseguir produzir e retirar alguma vantagem desse ofício, dona Tiquinha estabelece contato com clientes de outras cidades vizinhas. “Trabalho por encomenda, no mês passado fui para Janduís/RN. Trabalhei um mês e quatro dias por lá, fazendo umas peças. Também trabalho por intermédio do SEBRAE de Caicó/RN, que faz encomendas”.

A entrevistada Dona Tiquinha informou que utiliza como espaço físico para a confecção de suas peças a sua própria casa. Apesar de dispor de um espaço na Cooperativa Sertão Verde⁸, ela trabalha em casa, porque a atividade de artesã não é a única fonte de renda para sua família, de modo que ela ainda trabalha na agricultura, lava roupas para terceiros e realiza outros trabalhos domésticos esporádicos para complementar sua renda.

Além de ser um trabalho delicado que requer tempo para ser finalizado, outro problema foi detectado durante a entrevista: a falta de valorização da prática pelos próprios moradores. De acordo com dona Tiquinha, “as pessoas em Campo Grande não dão muito valor à renascença”. O que a faz procurar outros mercados, como as cidades vizinhas e a capital do Estado, Natal.

⁸ Nas instalações da cooperativa, se reúnem vários artesãos da cidade de Campo Grande. No espaço são produzidos e comercializados artesanatos em palha de carnaúba, renda de renascenças, entre outros.



Dona Tiquinha expando uma blusa confeccionada com a renda renascença. Campo Grande/RN.
Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Para produzir a renda renascença são necessários alguns instrumentos básicos, como almofada, tesoura, linha do tipo mercê crochê número 50 ou 60, agulha e papel de seda, carbono e cola. Para a confecção de uma blusa, Dona Tiquinha explicou que, com o modelo [desenhado no papel] pronto são conferidas as medidas da pessoa, o tamanho e a largura, e depois corta um molde feito de papel. Depois, o primeiro passo é confeccionar a frente da blusa, depois as costas e, por último, os lados. Para isso. Ela usa a almofada para poder costurar as partes e depois juntá-las. Frisou ainda que, atualmente, não trabalha com uma agulha própria para a realização do seu ofício e explicou que a ponta da agulha da renascença é bem *redondinha*, diferente da agulha comum para costura manual.

O passo a passo para a confecção de uma peça de renascença foi descrito pela bordadeira da seguinte forma: primeiro, risca-se o desenho a ser feito em papel de seda e coloca-se em papel grosso; alinhava-se no papel o *lacê* ou fitilho (uma espécie de fita de seda de meio centímetro de largura), que vai servir de base ao desenho. Fixa-se o papel com o lacê já alinhavado em almofada; usam-se agulha e linha para, com pontos diferentes, preencher os vazios e interligam-se as formas que são contornadas com o lacê. O papel é retirado ao terminar o trabalho. Este deve ser passado a ferro.

Para a realização das peças, a linha de cor branca é essencial. Ela explicou que, quando uma cliente solicita uma peça da renascença de outra cor, é comprada uma tinta própria para tingir roupas, uma vez que a linha da renascença (mercê crochê número 50 ou 60) é fabricada principalmente na cor branca. Embora as cores

mais usadas para esse tipo de atividade sejam brancas e beges, as peças podem ser feitas em qualquer cor, enfatiza Borba (2006).



Linhas do tipo mercê crochê número 60, na cor branca, utilizadas por Dona Tiquinha para confeccionar a renda renascença – Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Materiais e utensílios usados no ofício da renda renascença por Dona Tiquinha – Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A média de preços das peças bordadas varia entre setenta e cem reais, dependendo do tempo e da quantidade de material utilizado para a confecção das peças. “Vendi uma blusa a uma pessoa de São Paulo por cem reais, e mês passado, vendi uma camiseta à outra pessoa de Natal, que custou setenta reais”. O preço é estabelecido pela complexidade que cada peça requer.

Depende mesmo de quanto tempo demora para fazer, mas, em média, eu demoro mais de um mês para fazer uma blusa. Dependendo do tamanho, posso demorar dois meses para fazer. Já o paninho de bandeja demora menos tempo para fazer. Por isso,

dentro de um mês, em média, confecciono dez unidades. (Dona Tiquinha - Campo Grande/RN, 2009).



Molde com lacê ou fitilho sobre o papel de seda, novelo de linha e agulha, cola e peças de renascença confeccionadas por Dona Tiquinha - Campo Grande/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Outro bordado encontrado na cidade foi o ponto de cruz, também realizado de forma manual utilizando agulha, linha e tecido. Como o próprio nome faz referência, os pontos que se faz no tecido têm formatos de “x” ou “cruzes”. De acordo com Borba (2006, p. 198), é certamente o mais difundido em todas as regiões.

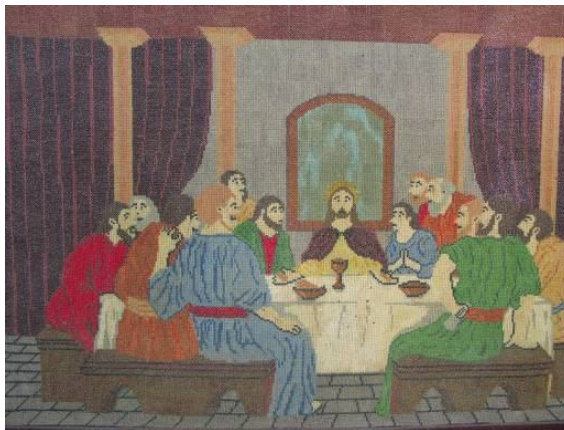
Com ele, além de confeccionar lindas peças, também marcavam-se as roupas pessoais, mais precisamente a de enxovais. Nome, número ou iniciais, tudo fazia-se em ponto de cruz, chegando a ser conhecido como *ponto de marca*.

Maria de Fátima, casada, cinqüenta e um anos de idade, aprendeu a bordar sozinha e não fez curso profissionalizante para produzir esse tipo de artesanato.

Eu via o artesanato, achava bonito e comecei a fazer. Nunca fiz curso. Com sete anos de idade eu via minha mãe fazer o ponto de cruz e comecei a observar o que ela fazia, assim fui aprendendo. Faz uns vinte anos que eu faço os bordados para vender. Comecei quando fiquei desempregada, com dois filhos para criar, e fui fazer o artesanato para ganhar dinheiro e sustentar a casa (Maria de Fátima, Campo Grande/RN, 2009).

Sobre o processo de confeccionar uma tela temática com os pontos do bordado ponto de cruz a bordadeira disse que realiza as seguintes etapas:

Primeiro, eu estico o tecido numa tela, coloco o risco [desenho], que é feito dependendo do modelo escolhido, e com a agulha vou puxando os pontos. Eu pego os modelos de acordo com os que têm nas revistas. Às vezes, vejo os modelos na televisão e faço, e também tiro da Internet, e eu mesma faço a pesquisa (Maria de Fátima - Campo Grande/RN, 2009. Grifo do pesquisador).



Tela retratando a Santa Ceia em ponto-cruz confeccionada por Dona Maria de Fátima - Campo Grande/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O imaginário, seja ele religioso ou lúdico, é motivo de inspiração e de execução das figuras a serem bordadas nas peças. Para Borda (2006), a artesã passa para o tecido, em ponto de cruz, a sua realidade, o seu mundo, a sua fantasia, e a natureza que a rodeia.

1.3 Felipe Guerra



Cidade Baixa – Felipe Guerra/RN. Fonte: Jean Lopes, 2009

O povoado situado na região de Brejo do Apodi nasceu com o topônimo de Pedra d’Abelha em virtude da grande quantidade de enxames de abelhas, localizados no interior de um enorme bloco de calcário existente nas redondezas.

Recebeu o nome de Felipe Guerra/RN numa homenagem ao bacharel em direito Felipe Neri de Brito Guerra, filho do município de Campo Grande/RN.

Felipe Guerra/RN dentre os municípios pesquisados, apresentou algumas peculiaridades, no tocante à dinâmica urbana. A cidade é marcadamente definida entre o “novo” e o “velho”, o “antigo” e “moderno”. Essas diferenças são perceptíveis na arquitetura urbana. Existe uma cidade que é denominada pelos moradores de “Cidade Baixa” ou “Cidade Velha” e a outra conhecida com “Cidade Alta” ou “Cidade Nova”. A cidade Baixa ainda mantém o conjunto arquitetônico de casario que demonstra a punjância econômica e cultural que existiu no final do século XIX e meados do século XX.

1.3.1 Lugar: Cidade Baixa

Esse espaço histórico existente na cidade se caracteriza como um lugar que contempla em seu interior elementos plurais como festas, ofícios e saberes, religiosidade, narrativas, paisagens, entre outros, que possibilitam a construção de

uma série de significados simbólicos e imaginários. Nesse sentido, é possível pensar esse lugar, cohecido por “Cidade Baixa” a partir categoria institucional “lugares”⁹. Fonseca (2000, p. 12) define a categoria Lugares da seguinte forma:

São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplos: trabalho, comércio, lazer, religião, política etc), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais.

Em se tratando da pluralidade de atividades que ainda acontecem nesse lugar, destacam-se a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ocorre no período de 14 a 28 do mês de novembro; ofícios como os de louceria e cozinheiras; as narrativas que rememoram os antigos carnavais que aconteciam no interior do Mercado Público e a passagem do bando de Lampião pela região.

De acordo com depoimentos de moradores da localidade, a cidade antes denominada de Pedra d’Abelhas, atualmente Felipe Guerra, nasceu às margens do rio Apodi/Mossoró. E como era ponto de passagem de comerciantes e tropeiros, tornou-se um dos maiores centros comerciais da região do Alto Oeste Potiguar, no início do século XX. Enfatizaram ainda que nos antigos armazéns que ainda existem no local, eram armazenados algodão, ceras de carnaubas, tecidos e rapaduras.



Cidade Baixa: na ordem crescente, a quarta casa (cor de rosa) já foi sede do governo municipal. Hoje pertence a dona Alice – Felipe Guerra/RN. Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

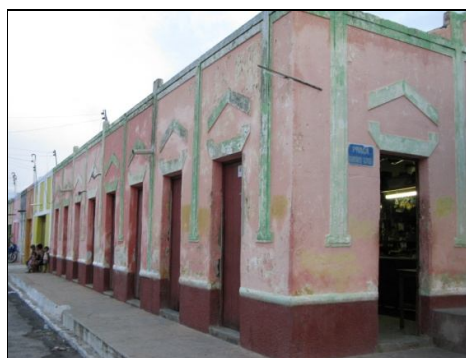
⁹ A metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – instituída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2002, a partir do Decreto nº 3.551 – IPHAN, criou quatro categorias para inventariar a cultura imaterial: Celebrações, Formas de Expressões, Ofícios e modos de fazer, Edificações e Lugares.

Dona Alice, cinquenta anos, moradora da Cidade Baixa há mais de meio século relembra de como era a vida social nesse lugar há algumas décadas.

Lembro das festas de padroeira com leilões que duravam a noite inteira. Dos bailes de carnavais animados pela banda de metais de Caraúbas, aqui no mercado público, esse prédio que está caindo... Do engenho de rapadura que tinha aqui nesse casarão do lado minha casa [ela refere-se o casarão do qual restou apenas a fachada e que pertence à família Gurgel] (Dona Alice, moradora da Cidade Baixa - Felipe Guerra/RN, 2009. Grifo meu).



Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Cidade Baixa – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Cidade Baixa: fachada restante do casarão onde funcionava um engenho de produção de rapadura e os armazéns - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Cidade Baixa: Mercado público com o teto destruído - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A Cidade Baixa mantém na sua arquitetura a memória de tempos gloriosos pelos quais o município passou. Por exemplo, os casarões da família Gurgel, quem primeiro povoadores da cidade.



Cidade Baixa: Casa construída em 07 de janeiro de 1881, por Tilon Gurgel do Amaral. É o marco inicial da cidade – Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Na localidade ainda é possível observar alguns imóveis que abrigaram instituições importantes, como a sede da prefeitura, a sede dos Correios, a casa do motor a diesel que fornecia energia para alimentar as lâmpadas dos postes, o antigo mercado público e uma série de prédios conjugados onde funcionavam armazéns e “bodegas”(mercearias que comercializavam produtos alimentícios).



Cidade Baixa: exemplar de uma bodega que existe no local - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A sensação que se tem ao caminhar pela pelas ruas da Cidade Baixa é de que houve uma estagnação no tempo. A vida cotidiana dos moradores da localidade ainda remete, em alguns aspectos, às décadas passadas, como por exemplo o costume que os poucos moradores têm de sentarem-se nas calçadas das casas para colocar as *conversas em dia*.



Cidade Baixa: olhando a vida passar - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consutoria, 2009

Embora o contexto local inspire nostalgia, a população reconhece que a cidade parou no tempo e que deixou de ser um lugar onde aconteciam eventos significativos para o município. O grande problema na opinião de alguns moradores é a falta de interesse político por parte do poder público local. Enfatizaram que os investimentos são destinados apenas à “Cidade Alta”.

Outros fatores podem ter contribuído para o esvaziamento desse lugar da cidade de Felipe Geurra/RN. Além da falta de políticas públicas focadas para o local, percebeu-se outros problemas que talvez tenham contribuído para esse fenômeno. Pelo menos duas hipóteses podem ser elencadas. A primeira e mais antiga, são as enchentes do Rio Apodi/Mossoró que inundam as áreas da Cidade Baixa, deixando diversas famílias desabrigadas. O que pode ser caracterizado como uma questão ambiental.



Região do Brejo: marcas do nível da água ocasionada pelas frequentes enchentes do Rio Apodi/Mossoró - Felipe Guerra/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

A segunda hipótese trata da expansão imobiliária que encontrou terreno fértil na parte alta da cidade. Nas áreas localizadas próximas à entrada da cidade de Felipe Guerra/RN, percebe-se que há grandes construções, inclusive em forma de condomínio fechado.

1.3.2 Ofícios e modo de fazer: Louceira



Potes, panelas, vasos, jarros, muringas e outros utensílios de barro – Felipe Guerra/RN.
Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

No município de Felipe Guerra foi identificada a cerâmica artesanal como uma das expressões do artesanato tradicional local. O ofício de louceira exercido por Dona Zélia, quarenta e três anos de idade, moradora da Cidade Baixa, consiste na produção de louça de barro, que definimos como “cerâmica utilitária”. A sua produção é composta por objetos como panelas, potes, fogões a carvão, jarros, moringas, além do que ela denomina de “peças decorativas” como bules, xícaras e pratos “Todo tipo de loiça eu faço”, declarou a entrevistada. Com relação às peças decorativas, a entrevistada falou que resolveu fabricá-las depois que as viu decorando o jardim da casa do Secretário de Cultura do Município. A partir desse momento começou a reproduzi-las e os clientes passaram a comprá-las: “eu vi em um canto, passei e chamei uma amiga, tentamos fazer e consegui! As pessoas gostaram e comecei a fazer pro povo” (Dona Zélia, Felipe Guerra/RN, 2009).



Dona Zélia ao lado as peças que produz – Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Na confecção dos utensílios, a louceira utiliza os espaços da residência para desenvolver o ofício que aprendeu com a sua mãe. Na cozinha, são moldadas as peças e colocadas umas sobre as outras para a secagem. No forno, localizado no final do *terreiro*, são queimadas as peças. Após esse processo, as peças são estocadas na sala e em um dos quartos existentes na casa e ficam à espera dos compradores.

A clientela que consome os produtos resultados desse ofício é bem diversificada. Algumas pessoas da comunidade compram as peças de Dona Zélia e, às vezes, surgem encomendas de terceiros. Em conversas com Dona Zélia percebeu-se que há pessoas da própria cidade, das cidades vizinhas e de comunidades rurais que compram os suas peças.

Várias pessoas compram minhas peças, pessoas da Cidade Alta encomendam e vêm buscar. Tem também de Apodi, Mossoró, nem sei quem são... Não vendo na feira, as pessoas vêm e compram aqui. As pessoas da zona rural compram potes. As panelas são mais para os ricos (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009).

A produção artesanal de louças em cerâmica é a principal renda da família. Muitas vezes é a única renda de que a família depende para sobreviver, uma vez que o marido trabalha de “biscateiro”, portanto há períodos, que consegue trabalhos, outros não. “Não se ganha muito, de vez em quando aparece uma encomenda grande. Há pouco tempo pediram três fogões e duas panelas” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009).



O barreiro: lugar onde Dona Zélia extrai o barro – Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009.

O local onde dona Zélia extrai a matéria-prima do seu ofício é denominado *barreiro* (lugar onde se extrai o barro para a fabricação das peças), e constitui uma área de terras úmidas, próximas a um riacho, na propriedade do senhor Cristino, zona rural de Felipe Guerra. Ela explicou que o acesso ao local é livre e gratuito para a retirada do barro.

Dona Zélia colhe o barro e transporta-o com a ajuda de seu filho até o local de trabalho, que é a própria casa. A respeito da escolha do barro ideal para a confecção das peças e o processo de produção, a entrevistada declarou: “O barro tem que ser preto e ligado, pois não tem areia, quanto mais areia, mais fraca é a argila” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009). Atentar para a tonalidade escura é um dos sinais que aponta para a qualidade do barro. O material é transportado até a sua casa e fica guardado em um pequeno quarto, local onde as peças serão produzidas.

Para o preparo da massa, Dona Zélia explicou que coloca três porções de barro e uma medida de areia, que seria mais ou menos meio quilo. Feito isso, amassa com auxílio dos pés. “A areia nem é fina nem grossa e precisa ser peneirada por conta das pedras”, relatou Dona Zélia. Com essa quantidade de matéria-prima, é possível produzir, por fornalha, seis potes, três fogões e dois jarros ou dez potes, dois fogões. Os principais materiais utilizados para a produção das peças em cerâmica são: argila, areia, água e lenha.



Argila utilizada na produção da louça – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

É interessante perceber, que o barro ainda no *barreiro* deve ser o mais isento possível de areia, no entanto, ela entra na composição para *dar a liga*, ou seja, a consistência necessária para iniciar a moldagem das peças. “Eu amasso em casa com uma mão chata de plástico, depois a gente amassa um bocado, aí o ponto é quando fica bem maciozinho”, acrescentou Dona Zélia demonstrando com a massa que ela já havia preparado.



Dona Zélia, demonstrando o ponto ideal da massa – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Após o processo de mistura do barro, coloca-se a massa para *descansar* e retoma o trabalho no dia seguinte. Após esse período, molda as peças e inicia-se o processo de secagem e queima, que dura, em média, oito dias. Depois de moldadas, as peças ficam secando na sombra por uma semana, para em seguida

serem queimadas. “No verão, coloco dentro de casa para a peça descansar (secar) e depois de oito dias se queima” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009).



Peças *descansando* antes de queima – Felipe Guerra/RN. Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O processo de queima das peças se dá em forno movido a lenha. Trata-se de equipamento simples, construído de tijolo, em formato circular que lembra um poço artesiano tubular. No seu interior existe uma estrutura que serve para apoiar as peças durante a queima.



Forno a lenha: estrutura que serve de apoio das peças durante da queima - Felipe Guerra/RN. Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Para efetuar a queima da louça, primeiro coloca-se a lenha na parte inferior do forno, em seguida arruma-se as peças no seu interior e cobre-se com os cacos (restos de loucas quebrados) para que a temperatura atinja as peças uniformemente.

Vou esquentando devagar, coloco uma camada de lenha e coloco as louças em cima, coloco a palha e quando ela pega fogo cubro com os cacos que revestem as peças. Se gasta três rolos de lenha para queimar na fornalha. No mesmo dia está pronta (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009).

A lenha utilizada para a queima da louça provém dos troncos das carnaubeiras, árvore típica de região, existente no leito do rio Apodi/Mossoró.



Lenha usada na queima das peças - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O aprendizado do ofício se deu a partir da transmissão via oralidade, por intermédio da sua mãe que era louceira. Dona Zélia declarou que tinha cerca de nove anos de idade quando começou a produzir pequenas peças de forma lúdica. “Minha mãe mandava eu sentar e me ensinava fazer panelinhas, que iam para as minhas bonecas, daí eu aprendi” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009). Por volta dos quatorze anos de idade ela começou a produzir panelas para uso doméstico e também para vender. Numa determinada fase da sua vida, Dona Zélia foi morar em Natal/RN e parou de realizar o ofício. Quando retornou para Felipe Guerra, continuou com a produção das peças como fonte de renda e até hoje vive da atividade. “Mudei ainda para Natal e depois que arranjei esse horror de filho, voltei a fazer as loiças”, recordou Dona Zélia.

Com relação ao repasse do ofício aos filhos, a entrevistada ressaltou que a sua filha não tem interesse em aprender o ofício de louceira. “Ela não quer saber, não posso fazer nada”, declarou Dona Zélia. Ela ainda informou que há certas atividades relacionadas ao ofício de louceira que devem ser desempenhadas por

mulheres, o que demonstra uma forma local de distribuição de atividades por gênero. “Eu acho feio homem fazer, essa atividade é feita pra mulher! Já outros serviços eles podem fazer” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009).

Dona Zélia ainda desempenha a atividade mantendo as mesmas técnicas que aprendeu com a mãe. É ela própria quem escolhe a lenha e o barro para produzir as peças, enquanto o marido e os filhos auxiliam no carregamento do material até a residência. Durante a maceração do barro, ela trabalha de forma manual, no chão de sua própria casa, modelando as peças com utensílios simples como facas, pentes e pedras polidas.



Interior da casa de Dona Zélia: espaço físico onde é fabricada a louça - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A entrevistada domina todas as etapas do processo do ofício de louceira, embora tenha o auxílio do seu filho Tales e, às vezes, do marido, para levar o barro até um pequeno cômodo localizado dentro da própria casa, local onde são feitas as peças. Enfatizou que a confecção das peças é uma atividade para mulher. Embora o filho a ajude em determinadas atividades do ofício, o processo de moldagem é exclusivamente ela quem detém.

Para a produção das louças, Dona Zélia informou que não há um período específico. No entanto, a fabricação dos utensílios é mais intensa durante o verão, pois a secagem das peças ocorre mais rapidamente, o que acelera a produção das peças. “No verão, precisa deixar o barro de molho, pra ficar molhadinho, e a gente trabalha mais no verão”, enfatizou Dona Zélia.

O ofício é desempenhado de forma artesanal e não há uso de torno mecânico para modelar as peças, de modo que a louceira faz tudo manualmente. “Sento no chão e faço os bolões, daí uso a faca para tirar a parte grosseira” (Dona Zélia - Felipe Guerra/RN, 2009). Ela também informou que utiliza duas facas, uma de tamanho normal, usada para cortar e moldar as peças, e outra menor, que é utilizada para acertar os detalhes. As pontas das facas são utilizadas para decorar as peças com desenhos e ilustrações, como luas e estrelas. “As ponta de faca é para cortar as *rebaba*, fazer o formato das figura”, explicou Dona Zélia. No geral, os principais instrumentos utilizados durante a atividade são: bacias, baldes e facas.

Outros objetos utilizados por Dona Zélia são: pedaço de chinelo de borracha, pente, sabugo de milho e *culha* - pedra utilizada para dar acabamento nas peças. “O solado de chinelo serve para crescer a vasilha e dar o acabamento, para alisar por dentro, dar forma à peça; o pente e o sabugo servem para arranhar, para diferenciar os potes; a *culha* é para alisar”, descreveu dona Zélia.



Pedaços de chinelos e facas usados para dar o acabamento nas peças – Felipe Guerra/RN. Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Pedra e pentes usados para dar o acabamento nas peças – Felipe Guerra/RN. Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

O processo de fabricação requer alguns cuidados. No verão, qualquer vento forte pode quebrar a peça de barro já moldada, assim ela fica secando em um local

fechado. “Coloco dentro de casa, pois se levar qualquer vento já trinca, daí com uns oito dias eu queimo as peças”, explicou dona Zélia.

Além de fabricar louças, a entrevistada realiza outras atividades, como faxinas e trabalhos esporádicos com o marido. Apesar de produzir as peças em argila, Dona Zélia declarou que não utiliza este tipo de utensílio em suas atividades domésticas. “Eu faço, mas não gosto das peças de barro, nem uso”, informou Dona Zélia.

1.3.3 Ofícios e modo de fazer: Galinha com pirão de banana verde

Ainda no município de Felipe Guerra/RN foram mapeados o modo de fazer de galinha caipira com pirão de banana verde, prato tradicional da cidade e a garrafada de ervas naturais. Durante a pesquisa de campo, entrevistou-se três cozinheiras e uma auxiliar de cozinha. A primeira foi a cozinheira dona Maria Zilenice Moraes e Silva, conhecida por Dona Zila, proprietária de um restaurante na cidade, e sua auxiliar de cozinha, Rosineide das Chagas. A segunda informante foi a senhora Aparecida de Badin, conhecida por Cida de Badin, que descreveu o processo de elaboração de um prato típico da localidade, a galinha caipira com o pirão de banana verde. E por último, a senhora Rita de Badin, que contou em detalhes o processo de feitura da garrafada.

Dona Zila, quarenta e nove anos de idade, casada, é proprietária de um restaurante e fornece refeições e marmitas para várias famílias da cidade. Os principais pratos que ela prepara são aqueles servidos na região, como costela de gado, vaca atolada (costela de gado cozida com macaxeira), galinha caipira com pirão de banana verde, carne de carneiro, carne de gado assada, entre outros. Além dessas comidas, a cozinheira informou ainda que é comum na região o uso da folha da macaxeira como ingrediente para a produção de uma “multimistura”¹⁰, que é servida como complemento alimentar às famílias do município. “A gente pega a folha da macaxeira, deixa secar e depois passa no liquidificador para triturar. Junta com a casca do ovo, lavada, seca e triturada, coloca casca de banana seca e triturada também, isso tudo é pra fazer a multimistura” (Dona Zila - Felipe Guerra, 2009).

¹⁰ Esse tipo de alimentação é muito utilizado pelas equipes que realizam trabalhos voluntários no projeto Pastoral da Criança, que dentre outras ações visa combater a desnutrição infantil.

O seu restaurante está localizado no terceiro andar do Hotel Pedra de Abelha, localizado na entrada da cidade de Felipe de Guerra/RN. Atualmente, o empreendimento atende tanto aos hóspedes, quanto aos clientes externos. De acordo com ela, o período de maior procura por pratos regionais, como carne de carneiro, baião de dois, buchada etc., é durante o final de ano. Seus principais clientes são os funcionários da Petrobras que se hospedam no hotel, turistas, representantes comerciais e moradores da zona urbana do município de Felipe Guerra.

Os principais fornecedores de produtos ao restaurante de Dona Zila são comerciantes varejistas do município de Mossoró e agricultores da zona rural de Felipe Guerra. Alimentos como verduras, frutas, legumes, derivados de leite e alguns tipos de carnes são adquiridos em propriedades agrícolas existentes no município, como os sítios São Lourenço e o Brejo. O restaurante de dona Zila é amplamente freqüentando por cidadãos locais e pessoas de outras comunidades, atraídos pela variedade de pratos, pelo sabor da comida caseira e pelo preço dos pratos, que é acessível. O estabelecimento funciona todos os dias da semana, inclusive aos sábados e domingos, durante os turnos da manhã, tarde e noite.

A cozinheira Cida de Badin, quarenta e cinco anos de idade, casada, é moradora da “Cidade Alta” e proprietária de uma área de lazer com banho de piscina, no sítio Brejo.



Sítio Brejo às margens do Rio Apodi/Mossoró e a área de lazer – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009



Casa da Fazenda Brejo pertencente aos familiares de Antonio Gurgel – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Olho d'água no sítio Brejo – Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Dentre as comidas que são comercializadas no seu estabelecimento, a mais solicitada é a galinha caipira com pirão de banana. A clientela que aprecia a iguaria é proveniente da cidade de Felipe Guerra e cidades vizinhas, como Apodi, Governador Dix Sept Rosado e Mossoró. Dona Cida de Badin enfatizou que o prato só é elaborado mediante a solicitação do cliente, e enquanto ele espera para degustar, usufrui de um banho de piscina na área de lazer. Geralmente, nos feriados e fins de semana são os períodos de maior procura.



Dona Cida preparando o pirão de galinha caipira com banana verde - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Durante o processo de preparo da galinha caipira com pirão de banana verde, Dona Cida de Badin informou que em épocas atrás, este prato fazia parte da dieta de “mulher de resguardo”. O resguardo era um período em que a mulher, após parir ficava sob cuidados específicos de mulheres experientes (mãe, tias e avós) tanto no cuidado com o recém nascido como na atenção com a parturiente. Nesse cuidado estavam inclusos as proibições a certos tipos de alimentos ditos *carregados ou reimosos*, como carne de porco, algumas espécies de peixe, entre outros.

Por se tratar de um período em que a mãe está amamentando, era necessário que ela fosse bem alimentada para garantir o crescimento saudável da criança e dela própria. Por isso, era oferecido uma dieta reforçada que incluía alimentos hipercalóricos ou de *sustância*, como se costuma falar na região. Com intuito de definir no tempo a origem desse bem e as nuances que assume atualmente, Dona Cida fez a seguinte afirmação:

Esse prato surgiu há muito tempo. Quando as mulheres grávidas ganhavam bebê, elas passavam seu resguardo, ou seja, quarenta dias após o parto, comendo este prato, para dar sustância. Nesse tempo não colocavam farinha no pirão e sim banana verde juá. Com o tempo o prato deixou de ser servido para as mulheres grávidas e passou a ser servido como um prato típico da região, principalmente em ocasiões especiais e visitantes. Hoje, se acrescenta a farinha de mandioca no pirão, junto com a banana verde (Dona Cida - Felipe Guerra/RN, 2009).



Banana verde Juá produzida no sítio Brejo - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os ingredientes necessários são:

- 01 galinha caipira fatiada em pequenos pedaços;
- 01 cebola cortada em fatias;
- 01 tomate cortado em cubos;
- 02 colheres de óleo de soja;
- Cheiro verde, folhinha de cebola, pimenta do reino, alho, sal, óleo, pimentão e colorau a gosto;
- 01 litro de água, aproximadamente;
- 10 bananas Juá verdes;
- 100g de farinha de mandioca;



Principais Ingredientes usados para temperar o prato - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A galinha caipira com pirão de banana verde é servida acompanhada do baião de dois, arroz da terra ao leite, vinagrete, batata-doce ou macaxeira cozida com creme de leite e manteiga da terra.



Baião de dois: arroz da terra e feijão de corda - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Todos os produtos são adquiridos na própria comunidade do sítio do Brejo, em sítios vizinhos ou na sede do município de Felipe Guerra. Segundo Dona Cida de Badin, o modo de preparo é da seguinte forma: após o abate, limpa-se a galinha caipira e fatiam-se as partes em cortes tradicionais, depois misturam-se todos os ingredientes em uma panela grande, colocando duas colheres de óleo e, em seguida, leva-se ao fogo brando, por aproximadamente uma hora e trinta minutos.



Cozimento da galinha: a mistura dos temperos - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo com dona Cida de Badin, se a galinha for muito nova, durante o cozimento deve-se colocar a água aos poucos, até cobrir toda a galinha, tampar a panela e deixar ferver. O processo de cozimento da galinha também pode ser feito

em panela de pressão, caso se queira cozinhar a ave rapidamente. Após cozida, o caldo deverá ser depositado em outra panela para preparar o pirão, e as partes cozidas, reservadas em uma bandeja.

O caldo da galinha será utilizado para cozinhar as bananas juá verdes, sem casca. Após cozidas, as bananas são transferidas para outro recipiente, onde serão amassadas manualmente, com um gafo, em fogo brando.



Banana juá verde descascada e cozida - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Após isso, acrescenta-se, pouco a pouco, o caldo restante, no qual foram cozidas as bananas, e mexe-se até formar uma mistura homogênea. Neste momento, deverão ser adicionadas duas a três colheres de sopa de farinha de mandioca e continuar mexendo a mistura, até formar a consistência de um purê. Por último, acrescenta-se um pouco de manteiga do sertão e está pronto o pirão.



Pirão de banana verde - Felipe Guerra/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Galinha caipira com pirão de banana verde e seus acompanhamentos: arroz de leite, baião de dois e vinagrete - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

1.3.4 Ofícios e modo de fazer: Garrafada ou lambedor

A irmã de dona Cida, a senhora Rita de Badin, trinta e sete anos de idade, também é moradora da região desde que nasceu. Ela reside atualmente no sítio Brejo, e é conhecida na comunidade por preparar lambedores, garrafadas e doces.

Ela aprendeu a cozinhar e a fazer lambedores, garrafadas e doces em um curso oferecido pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER/RN, ministrado para várias mulheres do município. Declarou que apesar do curso ter sido freqüentado por muitas mulheres da região e de terem recebido, ao final do curso, uma cozinha comunitária, atualmente, apenas ela produz este tipo de artigo na comunidade. Ainda acrescentou que a falta de investimentos em novos cursos e capacitações fez com que as pessoas perdessem o estímulo, gerando saques sucessivos aos equipamentos e a perda da cozinha comunitária, que se esfacelou por completo durante a enchente do rio Apodi/Mossoró, há alguns anos.

No processo de feitura, dona Rita mostrou o passo a passo da preparação do remédio caseiro, conhecido por *garrafada de ervas naturais*, que segundo ela, serve para curar inflamações, gripes, dores de garganta e outros tipos de infecções. O processo durou cerca de uma hora e meia, do qual se acompanhou desde a coleta das ervas frescas até a finalização do produto.

Sobre sua produção, a cozinheira informou que faz a garrafada sob encomenda, para a população de Felipe Guerra e outras localidades da região.

Explicou ainda como adquire as ervas e os outros ingredientes para a produção desse remédio. “Eu colho as ervas em uma horta que tenho no meu quintal, as cascas de árvores que utilizo são o meu marido quem tira no cercado ou um conhecido traz até a minha casa” (Rita de Badin - Felipe Guerra/RN, 2009). Os ingredientes como a batata de purga e o alho são adquiridos no Brejo, porém a rapadura e o cravo da índia são comprados na cidade de Felipe Guerra/RN, há cerca de cinco quilômetros.



Dona Rita colhendo as ervas em sua horta - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Ervas usadas na garrafada: corama santa e hortelã da folha miúda – sítio Brejo – Felipe Guerra/RN, 2009

Após conseguir todos os ingredientes, primeiro Dona Rita corta a rapadura em pedaços pequenos, coloca em uma panela com água e leva ao fogo até que desmanche por completo. Em seguida, ela acrescenta as cascas e as raízes das plantas. Após cozinhar por mais ou menos uma hora, acrescenta as ervas e tampa a panela.



Cascas de plantas para cozer no mel da rapadura, o mel sem as cascas e dona Rita de Badin acrescentando as ervas à mistura – Felipe Guerra/RN. Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Para cada item que compõe a garrafada, dona Rita de Badin atribui uma qualidade. A romã, por possuir propriedades adstringentes “é boa para curar inflamação, já a hortelã serve pra curar gripes”, explicou a cozinheira.



Romã e limão – ingredientes da garrafada - Felipe Guerra/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Dona Rita de Badin conduz todo o processo de feitura sozinha e vende cada garrafa de 500 ml por oito reais. Talvez o nome *garrafada*, expressão bem difundida no nordeste brasileiro, seja pelo fato da mistura de ervas, frutos, cascas e raízes ser acondicionada em garrafas de vidros. O espaço onde se realiza essa atividade é a cozinha da sua casa. Para isso ela utiliza utensílios domésticos, como colheres, conchas, garfos, facas, panelas, bacias e garrafas de vidro durante e depois do processo.



Utensílios utilizados na produção da garrafada: panelas de alumínio, conchas de plástico, garrafas, fogão a gás e colher de pau - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Dona Rita de Badin expondo a garrafada depois de pronta - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Outra prática cultural bastante difundida na região é a vaquejada. É comum nos arredores de algumas cidades, a instalação de “parques de vaquejada”, local onde acontece a festa, composta por uma estrutura de cercados, palcos para shows, estábulos, entre outros. Em Felipe Guerra/RN, mais especificamente no sítio Brejo, reside um casal, o senhor Francisco Alves, conhecido por Chico Guanabara, que é *puxador* (quem derruba a reis) e a sua esposa, a senhora Maria Lúcia, que é *esteireira* (auxilia o puxador na condução da reis até a *faixa de derrubada*). Ambos correm em vaquejada e são considerados pelos vaqueiros das cidades vizinhas como exímios *derrubadores de gado*. Segundo eles, já ganharam vários prêmios participando de vaquejadas na região Oeste do estado e nos estados vizinhos. Vale salientar que pelo próprio contexto que originou a vaquejada, o público participante dessa festa é predominantemente o sexo masculino. No entanto, percebe-se a inserção de mulheres envolvidas na prática, como é o caso da vaqueira Maria José.



Chico Guanabara e Maria José: vaqueiros que disputam e correm em vaquejadas. Sítio Brejo – Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

1.4 Governador Dix-Sept Rosado



Antiga Estação Ferroviária - Governador Dix-Sept Rosado/RN.
Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2008

Na década de 1766, uma figura de destaque da região era o Capitão Sebastião Machado de Aguiar, proprietário da fazenda Pau do Tapuio. O capitão era devoto de São Sebastião e como queria um filho homem, prometeu ao santo dar seu nome ao povoado e mandar construir uma capela, caso lhe fosse concedida a graça desejada. Alcançada a graça, a localidade, hoje Governador Dix-Sept Rosado, ganhou o nome do santo e a capela foi construída, em 1792.

No ano de 1806, o capitão pioneiro morreu sendo sucedido por seu filho, também Sebastião Machado de Aguiar, que tinha o mesmo estilo desbravador que caracterizou o seu pai.

Em 1870, teve início nos sítios Gangorrinha e Quixaba de São Bento, uma produção de liliáceas que deu origem a grande atividade econômica voltada para o comércio do alho fazendo com que durante algum tempo, a localidade fosse chamada de capital do alho.

Pela sua localização, às margens do rio Mossoró, o povoado sofreu muito com as águas que transbordavam. Por causa das grandes enchentes do rio, a cidade São Sebastião ficou algum tempo sem sua capela, mas a população, liderada por Manuel Joaquim de Oliveira, reconstruiu a igreja com melhor estrutura, duas torres ornamentais e em 1941, passou à condição de Igreja Matriz. Em 1943, dois anos depois, o povoado passou a se chamar Sebastianópolis.

Em 1912, o farmacêutico Jerônimo Rosado, aproveitando as jazidas de gesso existentes em suas terras, deu início a uma indústria de extração de gipsita. O seu esforço teve continuidade com seus filhos Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia e Dix-Neuf Rosado Maia. Nascido em Mossoró em 1911, Jerônimo continuou a trabalhar nas jazidas de gesso do pai, avançou na atividade pública em 1948, sendo eleito prefeito de sua terra. Em 1950, foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Norte, em campanha memorável.

Após sua morte em acidente aéreo na capital sergipana, a Câmara Municipal de Mossoró determinou por meio da Lei nº 16/51, a mudança do nome de Sebastianópolis para Governador Dix-Sept Rosado, em homenagem ao líder da região Oeste. Pela Lei nº 2.878, de quatro de abril de 1963, Governador Dix-Sept Rosado desmembrou-se de Mossoró e tornou-se município do Rio Grande do Norte.

Na cidade de Governador Dix-Sept Rosado/RN, entre os bens mapeados por Santos (2009), conforme foram previstos no planejamento da pesquisa em questão, escolheu-se para uma análise mais aprofundada, na segunda fase da pesquisa, os seguintes bens culturais: o ofício de coureiro, o ofício de rezadeiras e as narrativas do cangaço.

1.4.1 Ofícios e modo de fazer: coureiro

Desde os tempos pré-históricos tem-se notícias do uso do couro animal pelo homem na atividade artesanal. No nordeste brasileiro, sobretudo com o processo de colonização e a intensificação da pecuária, o couro ganhou inúmeras utilidades. Dentre elas, a confecção de indumentárias, como chapéus de couro, gibão, chicotes, sandálias, entre outros. De acordo com Borba (2006), o couro dos animais foi e ainda é utilizado em instrumentos de percussão tais como: bombos, zabumbas, maculelês, cuícas, taróis e pandeiros, dentre outros, transmitidos às gerações por herança da miscigenação dos nossos colonizadores. É igualmente usado em objetos e utensílios de montaria. “O trabalho em couro é bastante diversificado e compõe o elenco das necessidades humanas, no que concerne à vestimenta e ao calçado” (BORBA, 2006, p. 191).

O ofício de coureiro em Governador Dix-Sept Rosado é uma atividade desenvolvida pelo artesão que trabalha com o couro. O ofício engloba todas as etapas de beneficiamento do couro, desde o curtume artesanal até o uso da matéria-prima na confecção de acessórios para animais, como arreios e selas, luvas para vaquejadas, *cias* etc. No entanto, na cidade não existe curtumes para beneficiar o couro “in natura”, ou seja, dar o tratamento necessário para que o artesão possa confeccionar suas peças.

O senhor Edmilson Xavier, de cinqüenta e nove anos, casado, desempenha os ofícios de coureiro e sapateiro de forma artesanal. Aprendeu a trabalhar com o couro aos vinte anos de idade quando paralelamente realizava a profissão de vaqueiro. A matéria-prima utilizada nessas atividades é o couro curtido que seu Edmilson adquire com dificuldade em Mossoró/RN, na Casa São José. Às vezes, ele compra o couro através de agricultores nos sítios da redondeza. Geralmente, esse couro vem com os pêlos, sendo preciso fazer a retirada.

O couro vem de dois jeitos: com cabelo e sem cabelo. O meu é sem cabelo. Ele vem cheio de peles, aí molho e empurro o facão. É negócio do mesmo dia, de manhãzinha eu ajeito ele todinho, de tarde, eu querendo já posso cortar. Pra mim o melhor curtidor que eu apanhei foi esse daí [Casa São José], porque é bom de trabalhar, é macio. A sola de Arnô [fornecedor] é pra ninguém botar defeito (Edmilson Xavier, Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).



Edmilson Xavier: couro curtido e sem pêlos comprado em Mossoró/RN - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria. Março, 2009

Nesse período também gostava de correr em vaquejadas, “trocou a vaquejada pelo casamento”, afirmou o senhor Edmilson. Sua primeira experiência no manuseio

com o couro aconteceu quando foi trabalhar na fazenda do senhor Dix-Suit, em Governador Dix-Sept Rosado. Nessa época, aprendeu a fabricação de calçados rústicos de couro, os consertos em selas e a fabricação de arreios.

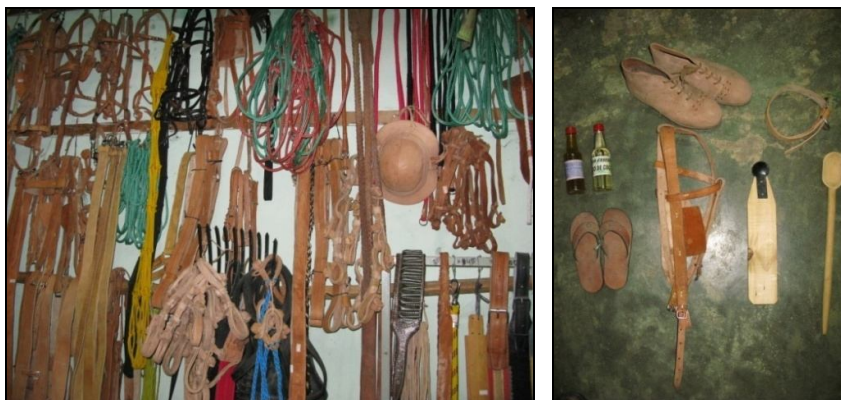
Comecei com vinte anos de idade, trouxe do casamento, já que era vaqueiro na época também. Então, troquei cavalo por mulher, né? Daí, surgiu as dificuldades, eu comecei a bater uma sola [trabalhar com couro], dessa sola comecei a fazer um calçado pra um, outro começou a encomendar... já comecei a trabalhar pras fazenda quando o Dr. Dix-Suit era fazendeiro aqui na época e eu fiquei trabaiano diretamente pra ele (Edmilson Xavier, Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).



Produtos de couro: sandálias e arreios. Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria. Março, 2009.

O senhor Edmilson possui uma oficina na sua residência, onde produz artigos em couro como sandálias e acessórios para vaqueiros e agricultores, como botas, arreios e celas. Para dar conta da demanda, não conta com ajuda de terceiros, ele detém o controle de todas as fases do processo produtivo. Antes, quando as encomendas eram grandes, o coureiro contava com a ajuda da esposa e de um sobrinho, o que competia a eles era o processo de costurar as peças. “Ela ajudava, fazia a costura manual”, adiantou o senhor Edmilson. Hoje, realiza a atividade somente por encomenda e tem como destino o comércio local. O principal comprador das peças confeccionadas pelo senhor Edmilson é o comerciante de produtos agrícolas e proprietário do Parque de Vaquejada Umari Horizonte, o senhor Francisco Kênio. No seu estabelecimento, localizado em frente ao mercado municipal, são comercializados:

Venaço, que é uma bota de couro rústico, próprio para vaqueiro e homem do campo, coleira para cachorro feita de couro, peia, cilha, marra de chocalho, cabeçadas, arreio pra animal de carroça, máscara pra boi, perneira, uma calça de couro, que o homem do campo anda no mato, essas coisas assim (Francisco Kênio - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).



Cilhas, peias, amarras de chocalhas, sandálias, botas, marras de chocalhos, arreios confeccionados pelo senhor Edmilson. Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e consultoria, 2009

Atualmente o entrevistado Edmilson só produz sob encomenda e a sua clientela são os moradores das redondezas do município de Governador Dix Sept Rosado. De acordo com as informações fornecidas pelo entrevistado, ele realizava esta atividade com mais frequência quando era mais jovem. No passado, o seu principal cliente foi Dix-Suit Rosado, fazendeiro e prefeito de Mossoró na época, além das pessoas do município de Felipe Guerra e até do estado do Amazonas.

No processo de elaboração ou conserto, cada peça requer equipamentos distintos. Na realização do conserto de uma sela é necessário a existência de um objeto denominado de *ação*, que é um pedaço de madeira curvada usado para modelar a sela. Em seguida, cobre-a com uma *sobre capa*, feita com couro fino para depois passar por cima a *capa grande*, a que desce para amarrar no animal. Após esse processo, inicia a fase de acabamento que é acrescentar o “*loro, a cia, o rabicho e o peitoral*”¹¹. O loro é o instrumento que se coloca o estribo e os pés, a cilha é a peça com uma presilha que amarra o animal para que a sela não caia, o rabicho é a peça que prende-se no rabo do animal para dar segurança na sela e, por fim, o peitoral, que se coloca na frente do animal, no peito, amarrando. Nessa peça

¹¹ A cilha é uma faixa de couro que passa por baixo da barriga do animal, para prender a sela. O peitoral é uma peça de couro, em forma de coração, colocada no peito do cavalo, para adorná-lo e protegê-lo (BORBA, 2006, p.192).

pode-se acrescentar detalhes personalizados que o cliente queira, e para dar o verniz, o polimento, o senhor Edmilson utilizava limão, que dá mais brilho a peça.



Sela de couro: objeto feito sob encomenda ao coureiro Edmilson, exposto à venda no comércio de Francisco Kênio. Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Por outro lado, na atividade de fabricação de calçados (botas e sandálias), o coureiro sempre trabalhou sozinho. Primeiro utilizava uma fôrma do calçado ou moldes de borrachas de pneus. Depois de ter escolhido o molde, ele corta a sola para o solado da peça. Feita a sola, o artesão corta a palmilha e sobre ela, é cortado e moldado o rosto do calçado. Após o processo de colagem, ele passa a cortar as correias da sandália para colar ou costurar.



Processo de elaboração das peças em couro: molde, botas e sandálias - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

As peças elaboradas por seu Edmilson possuem acabamento simples e artesanal, apropriados para o meio rural. E ele apenas confecciona as peças em

couro mediante uma encomenda prévia em virtude das dificuldades de se conseguir o couro e, por ter adquirido uma alergia a um componente químico que ele utiliza para a colagem dos produtos que confecciona.

[...] passei um tempo aqui sem trabalhar, aí voltei, e pessoas tão me procurando... só que eu peguei uma alergia e eu tô com medo de trabalhar com essa cola que dá uma alergia danada na mão. Essa coisa coça e pipoca [...] (Edmilson Xavier - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

A procura pelos seus produtos e serviços é maior no verão, entre os meses de junho a dezembro. No período de inverno, que vai do mês de janeiro a meados do mês de junho, a demanda tende a diminuir.

Quando se entra o inverno é como diz a véia de baixo da cama 'se acaba tudo' [parafraseando com o trecho da música]. As pessoas não compram, tudo fica mais difícil. Na época do verão é que é mais fácil. Agora eu não tô fabricando não, to só fazendo aqui alguma pra não perder de tempo, num to fazendo nadinha [a entrevista aconteceu no mês de março de 2009]. Aí, me sento aqui e vou fazer algum tipo de coisa. É no verão, junho em diante, até dezembro as pessoas procuram pra fazer alguma coisa (Edmilson Xavier - Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).

O desenvolvimento desse ofício não está relacionado a nenhuma prática religiosa. A atividade com o couro hoje não se constitui como sua única fonte de renda, porém a realiza com um passa tempo que complementa a renda familiar. A fabricação de calçados, arreios e consertos em selas para animais contribuiu na manutenção da família, mas também ganhou uma renda extra transportando madeira para os fornos de cal. Atualmente, a comunidade o procura para confeccionar alguns produtos de arreios pela qualidade de seu serviço, mas ele enfatizou que apenas trabalha sob encomenda, por já estar com a idade avançada e por ter alergia à cola que ele utiliza no processo de feitura dos objetos.

Antes de o entrevistado desenvolver o ofício de coureiro não havia atividade relacionada ao ofício que ele desenvolve na região. Foi ele quem inventou e desenvolveu sozinho, experimentando até chegar no resultado esperado.

Nunca vi nada antes. Primeiro como daqui até onde eu morava não existia nada disso. Foi um tipo de situação que a gente ficou e eu fiz

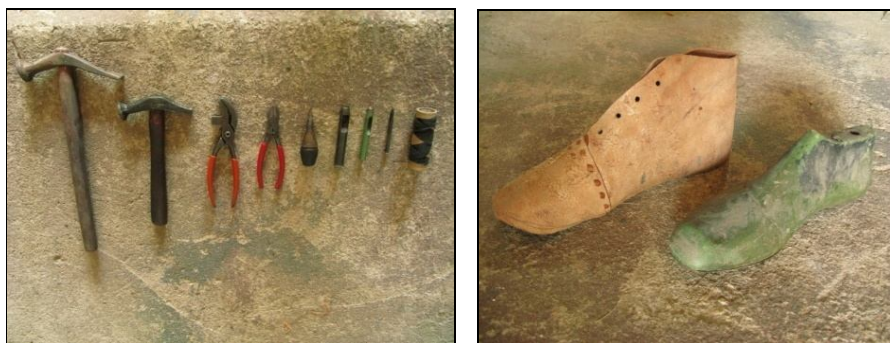
uma sandália pra mim, aí um o velho Francisquim de Freitas morava lá no Mulangu viu, aí mandou eu fazer umas. Eu fiz uma arriação [arreios] pra um cavalo meu. Aí, o velho Francisquim mandou fazer outro também, eu comecei a fazer...eu não digo que tanto assim, mas as pessoa dizem que os melhores arreios, que sempre era bem feito era por mim e tal. Trabaiei muito, muito, aí começou meu serviço...foi mais da necessidade. Você sabe aquela palavra que Deus disse né? Fazei que eu te ajudarei, né? Nunca estudei e hoje tenho orgulho, tem uma música aí que diz que 'Jesus foi médico dos médicos, advogado dos advogados, aí eu to satisfeito da vida (Edmilson Xavier - Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).

A oficina onde o senhor Edmilson realiza as atividades é de sua propriedade. Embora seja ampla e arejada, ainda está mal acabada, necessitando de reboco nas paredes e de um revestimento no piso.

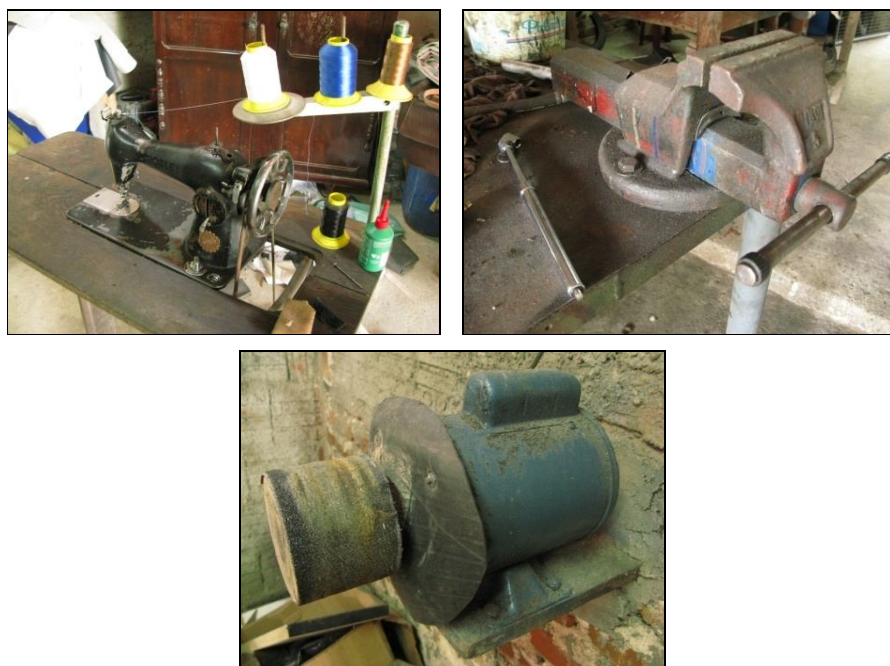


Oficina de trabalho - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Nas atividades de coureiro são usados os seguintes equipamentos e utensílios: armadura para dar forma ao material da sela, um molde para modelar, também denominado *burro*, um *cepo* de madeira para bater a sola, facas, compasso, vazador, cola, lixas, espoja ou algodão para acolchoar as selas, alicates, troques, prego, brocha, molde de ferro para construção dos sapatos.



Ferramentas de trabalho do coureiro: martelos, alicates, brochas e moldes de ferro - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Equipamentos usados no ofício de coureiro: máquina de costura manual, torno manual e esmeril - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O processo de fabricação das peças em couro requer alguns cuidados: no caso do conserto de selas e fabricação de arreios o entrevistado informou que o acabamento é a etapa mais demorada e requer mais atenção.

O acabamento é onde tá tudo. Qualquer serviço você não vê o bem feito, mas o mal feito a gente vê de longe, né? Às vezes, quando você vai terminar de tudo, a parte que a gente chama de *burnir*, que a parte que dá brilho. Tem uns que bota muito verniz, eu não gosto não, porque aqui acolá começa a descascar. Eu não costumava tratar com verniz não, uso mais o limão. Tem que ser eu mesmo e seria uma coisa que eu teria muito prazer de repassar de mim pra

outra pessoa, mas as pessoas não se dedicam (Edmilson Xavier - Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).

Segundo a opinião da população local, os artigos em couro que seu Edmilson produz são *bem feitos* e os preços são acessíveis. Alguns relataram que no período que ele deixou de fabricar, principalmente, os arreios, eles tiveram dificuldades em adquiri-los. O comerciante Francisco Kênio, embora compre parte da produção confeccionada pelo coureiro, informou que os produtos adquiridos em Mossoró saem mais baratos. Mesmo assim, compra as mercadorias na própria cidade porque são de qualidade.

1.4.2 Ofícios e modo de fazer: rezadeiras

A partir de estudos já realizados, Santos (2004; 2007) observou que a prática da reza, realizada na maioria das vezes por mulheres, daí a recorrência da denominação “rezadeiras” é encontrada, em várias partes o Brasil, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde essa prática encontrou terreno fértil que favoreceu a sua dinâmica. A religiosidade e a crença nas rezas e nos santos populares contribuíram para a configuração do ofício.

Para Loyola (1984, p. 94), a *rezadeira* é aquela mulher que, em seus rituais, usa somente as rezas e orações, ou seja, limita-se a rezar e fazer cruzeiros na cabeça do cliente. Enquanto a *curandeira* e a *feiticeira* se utilizam de trajes especiais, se revestem de gestos, usam implementos religiosos como cálices, garrafas com cobras mergulhadas em álcool, velas acesas, rosários, santos. Optou-se pelo uso do termo “rezadeira” por perceber que a comunidade local a denomina dessa forma.

A prática da reza utiliza rituais religiosos e símbolos do catolicismo popular como rezas, orações, imagens de santos, rosários, terços, entre outros. É comum ouvir das pessoas que detêm esse saber que *não é rezadeira ou rezador quem quer ser*, ou seja, não é qualquer um que pode desenvolver tal saber. Existe um elemento fundamental que é o *dom de cura*. Qualidade, muitas vezes, atribuída a um acontecimento marcante em suas vidas, como um problema de saúde que só foi resolvido após iniciar as rezas de cura nas pessoas. As narrativas elaboradas por esses “agentes” para justificar a origem do *dom* são repletas de símbolos e

significados. Vão desde o aparecimento de *anjos*, *caboclos brabos*, *vozes vindas do outro mundo*, *aparições de pessoas já falecidas*, *ter chorado ainda na barriga da mãe* e o histórico de algum problema de saúde que só foi resolvido após a iniciação nas rezas. Tentar captar da prática das rezadeiras é, sem dúvida, realizar uma viagem rumo à diversidade, pois como admite Conceição (2008, p. 01):

Trata-se de universo cultural rico em detalhes e singularidades, sobretudo por dizer respeito a um grupo social definido, mas que ao mesmo tempo não possui uma hegemonia de gestos, tradições e valores.

A diversidade, característica marcante da prática da reza, pode ser constatada a partir de duas rezadeiras, residentes na cidade de Governador Dix-Sept Rosado/RN, Antonia Maria da Silva, viúva, oitenta e dois anos de idade e Maria do Socorro Oliveira Moura, viúva, setenta anos, conhecida por Maria Gregório.

A partir das entrevistas realizadas com as rezadeiras acima apresentadas, percebe-se o quanto a prática é heterogênea, pois cada uma delas apresentou tipos de aprendizagens, rezas e rituais específicos. São adeptas de universos religiosos distintos que têm como unidade a devoção aos santos do catolicismo. São adeptas da religião católica, ou *da igreja*, como afirmaram, porém, comungam de entidades e ritos que fazem referências aos cultos religiosos de matrizes africanas.

Tal peculiaridade também foi constatada por Santos (2007), quando percebeu que havia “uma comunidade de crença ou trânsito religioso comum” entre as rezadeiras da cidade de Cruzeta/RN. Mesmo as rezadeiras que recebiam guias e caboclos (adeptas do culto da jurema), se denominavam também católicas.

Com relação ao processo de aprendizagem das rezas, dona Antonia enfatizou que não existia parentes ou pessoas próximas a ela que desenvolviam essa prática. Segundo ela, o “processo de aprendizado” se deu através de dois sonhos, quando tinha por volta dos trinta e quatro anos de idade. Desde então, se presta a rezar pela cura dos enfermos. Afirmou que, em 1961 foi agraciada por Deus com um dom, o de curar os enfermos, por meio de rezas. Desde então, segue nessa tarefa, que mesmo que lhe consuma a saúde tem que seguir. “O dom obriga, manda, é um compromisso assumido. Dota o escolhido de um poder especial” (QUINTANA, 1999, p. 86). Nas palavras da rezadeira a sua trajetória se deu da seguinte forma:

Eu aprendi com um sonho. Começo 1961, por volta das 4hs da madrugada. Ta aqui na minha cabeça gravado... Um sonho com umas crianças. Só podia ser anjo. Com uma voz fina. Aquela voz entrou no meu ouvido, chega me ardeu no céu da cabeça. Aí, eu acordei e gravei umas palavras na minha cabeça ... As palavras eram o Pai Nosso, como o santinho no meio. Aí, eu fiquei com aquelas palavras gravadas. Quando amanheceu o dia, e aquilo na minha cabeça. E eu rezando aquelas palavras. Aonde eu andava, ia rezando para não me esquecer das palavras Aí, com essas palavras eu inventei de rezar numa sobrinha minha. Cheguei, a bichinha tava doente com o sapinho na boca. Aí, a minha mãe disse: 'a menina de Rita já tá doente de sapinho'. Eu digo: 'e eu vou curar!' Eu disse aquilo para mangar [fazer pouco caso]. Eu achando graça! Era eu rezando e mangando! Mamãe dizia: 'minha filha, não ache graça não. Rezel!' Ora, eu queria dizer aqueles pés [partes da reza] para não esquecer aquelas palavras da reza, né. Aí, foi a menina ficou boa. E Deus curou de repente a menina (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Essa foi a primeira experiência de Dona Antonia com a prática da reza. O que começou com desdém e pouco caso se transformou em algo sério, após os resultados da reza se concretizarem na cura da sua sobrinha. O início do aprendizado da rezadeira é emblemático e até certo ponto semelhante ao fato descrito no texto "O feiticeiro e sua magia", por Lévi-Strauss (1996). O jovem Quesalid, com intuito de desafiar o renomado xamã da tribo, começou a realizar curas, porém com o objetivo de desmascarar os truques realizados pelo xamã. Com o passar dos tempos, foi surpreendido, pois sua fama de eficiente curador da tribo já deteriorava o renomado xamã. "Quesalid não se tornou um grande feiticeiro porque curava seus doentes, ele curava seus doentes porque se tinha tornado um grande feiticeiro" (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 208).

Após ter realizado a cura na sobrinha, Dona Antonia é surpreendida com outro sonho.

O sonho veio pra eu ter fé em Deus e não chabordar [desfazer] da reza, né? Quando eu sonhei que vi aquele negócio, que espertei. Eu disse: 'eu confio em Jesus que Antonia Maria da Silva não reza mais pra mangar!' E é em todo canto. É no caminho, é na vareda [caminho estreito], é em casa, é em qualquer canto que me chamarem que eu faço a caridade, em nome de Jesus (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).

A entrevistada também mencionou que aprendeu a rezar com os raminhos, mas que pode curar sem os mesmos:

Eu aprendi a rezar com o ramo. Deu na cabeça pra eu pegar três galhinho de ramo verde. Aí, faço o pelo sinal da cruz. E continuo a rezar, jogando aquele mau pras ondas do mar sagrado. E limpar a matéria com o Sangue de Jesus. E os milagres de frei Damião, os milagres de São Geraldo, meu bom senhor do Bonfim, senhora santa Iemanjá mãe rainha e meus companheiros de reza (Dona Antonia - Governador Dix Sept Rosado, 2009).



Raminho utilizado pela rezadeira Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Por mais que a idéia do dom seja interpretada pela rezadeira como algo que por si só explica o seu envolvimento com prática da reza, no discurso dela é possível perceber que, ao longo da vida, algumas pistas já sinalizavam para uma vida dedicada às rezas de cura.

Toda vida eu tive o meu Jesus comigo. Toda vida eu tive o dom de rezar. Se eu como, eu entrego a comida a Jesus. Se eu vou me deitar, eu me benzo. Quando eu vou me levantar, eu me benzo. Eu fazia isso. Eu já tinha essa profissão. Eu já tinha o dom já desde pequena (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Durante o contato com Dona Antonia, percebeu-se que ela utiliza três procedimentos distintos para complementar as rezas. Um que utiliza ramos verdes, ao mesmo tempo em que diz as rezas e faz movimentos em cruces, caracterizado pelo uso de ramos (para benzer), outro que usa um copo com água em cima da cabeça do enfermo (este unicamente para a cura de dor de cabeça) e, o último, é a utilização de um cordão para curar *arca caída* ou *espinhela caída*, como mostra as imagens abaixo. A reza pode ser realizada em qualquer lugar.



Dona Antonia realizando o ritual para detectar as arcas caídas: medição do braço e dos peitos - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Dona Antonia realizando o ritual para detectar as arcas caídas: a folga do cordão é sinal de as arcas do cliente estavam caídas - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Dona Antonia após o diagnóstico realiza a cura com o auxílio do ramo verde - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

O uso do cordão no ritual de cura para arca caída foi assim descrito por Dona Antonia:

O cordão eu uso porque se a pessoa tiver doente das arcas você faz isso: 'estira a mãozinha, eu meço com o cordão daqui praqui [do dedo mínimo até o cotovelo]. Aí, eu dobro o cordão no meio e

atravesso aqui [enlaça a pessoa na altura dos peitos]. Se tiver caído as ancas passa um pedaço do cordão pra colá. E se não tiver fica bem justinho (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009. Grifo meu).

Segundo dona Antonia, o procedimento inicia-se com a vinda de alguém à sua residência, pedindo que ela realize uma reza para alcançar uma cura. Em suas palavras, o contato inicial é da seguinte forma:

A pessoa chega aqui, chama. Eu tô lá dentro, saio e atendo. Ela diz: eu vim aqui pra rezar! Aí, eu digo: “o que é que você tem? Dor aqui, dor acolá, dor de cabeça, uma coisa e outra. Eu digo: Entre! Aí, eu rezo (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

A rezadeira segue uma rotina intensa. Reza todos os dias, inclusive em *dias santos*, como Sexta-feira Santa, Corpus Christi, entre outros. No entanto, quando está doente não realiza nenhum tipo de reza. Porém, reclamou que mesmo nesse estado, as pessoas a procuram:

Assim mesmo, na minha rede acentada [deitada] eu curo o camarada. Chega gente aqui de uma hora da madrugada. Eu abro a minha porta e recebo com grande prazer e o coração gargalhando. Quando é no outro dia, vem pra eu fechar a cura. Se for criança já vem achando graça. É porque Deus é poderoso, o pai da misericórdia. É Deus quem cura, não é eu. É Jesus, porque os poderes dele faz tudo. Eu rezo direto. Não tem dia marcado (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Quanto indagada sobre a cobrança pelas rezas que realiza, Dona Antonia é enfática que não *cobra* pelas rezas, mas aceita um *agrado* (presentes), desde que seja dado de boa intenção. Na realidade, existe uma contradição no discurso da rezadeira, pois ela afirma fazer a reza por ser um dom de Deus, mas reclama da falta de “reconhecimento” por parte das pessoas, que só diz *obrigado pela reza*, o que leva a crer numa falta de pagamento ou retribuição material pela sua intervenção. De acordo com Quintana (1999, p. 89) a respeito do não pagamento pelas rezas:

Se a benzedeira colocasse um preço no seu trabalho, ela o estaria desvalorizando, pois ele é algo da ordem do sagrado, e não pode ser medido na ordem material. Agindo assim, elas estariam

misturando fenômenos que correspondem a duas ordens distintas – o sagrado e o profano.

Mesmo que o “cliente” ofereça um presente em agradecimento pela reza, caso ela perceba que a intenção é para pagar pelo trabalho realizado, o recebimento é rejeitado.

Pois, não me serve. Sabe por que, Jesus era um curador que curava, casava e batizava, mas não era por dinheiro. Cura por dinheiro não serve, amigo. Agora se o camarada tiver boa intenção e quiser me agradar, eu dou glória a Deus. Mas, pra eu dizer é tanto! Nunca ninguém saiu daqui pra eu dizer é tanto (Dona Antonia - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Dona Maria de Gregório, setenta e dois anos, tem uma trajetória que a insere na prática das rezas, semelhante e ao mesmo tempo singular à de dona Antonia. Semelhante, pelo fato do processo de iniciação estar relacionado a algo sobrenatural – um estado doentio. Quando a entrevistada tinha a idade de trinta anos de idade passou a sofrer de uma doença estranha que a deixava numa cadeira de rodas. Andava normalmente e de repente sentia uma espécie de *empurrão* que a impedia de se locomover. Enviou uma carta a um benzedor, em Mossoró/RN, por nome de *Bezerrinha*. O rezador respondeu avisando que por carta não resolvia e que ela teria que ir ao seu encontro. O marido de dona Maria a levou até ele. Chegando lá, o diagnóstico dado foi o de que a entrevistada teria que se desenvolver no ofício de rezadeira. Relembra que nesse período “Era arte por cima de arte. Eu ia andando normal, quando dava fé eu levava um empurrão e com pouca demora eu caía”, afirma Dona Maria de Gregório.

Após o diagnóstico da causa do mal, o rezador fez as orações, mostrou umas luzes e mencionou algumas palavras, e por fim disse:

Olhe Dona Maria, a senhora vai sonhar com aquilo que a senhora tem de aprender. Aí, eu fui e sonhei. Quando era de noite eu sonhava com Jesus, com as pessoas de idade contando como eu devia fazer as coisas [as curas]. Aí, tudo eu resolvi por sonho. E hoje eu rezo e não tenho medo (Dona Maria de Gregório - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Paralelamente ao processo de iniciação com a ajuda do rezador Bezerrinha, o aprendizado foi completado com um *folhetinho*, que o próprio rezador lhe

presenteou. Pelo que ela descreveu, tratava-se de um livreto de astrologia, que ela associou às rezas aos signos. Maria de Gregório também informou que nesse tempo também aprendeu quiromancia [ver o destino das pessoas através das linhas das mãos].

Passou por uma espécie de estágio de um mês e dezoito oito dias em Natal/RN, rezando em hospitais, o local exato não foi mencionado (dá a entender que foi em alguma federação espírita). Desde então exerce o ofício. Assim, em seu ofício de rezadeira, dona Maria de Gregório agregou tanto os conhecimentos advindos da astrologia, do catolicismo popular e os advindos das rezas de cura. Como ela mesma confirmou, “Eu sou as duas coisas”, referindo-se ao uso das duas crenças.



Dona Maria de Gregório - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A clientela atendida por dona Maria de Gregório é diversa. São pessoas da própria cidade (homens, mulheres e crianças) e de outras cidades vizinhas como Mossoró. Quanto aos problemas que a rezadeira cura, são desde as *doenças do corpo*, como dores de cabeça, dores de dente, fraquezas; sendo mais freqüente o atendimento às famílias com filhos problemáticos, teimosos e viciados em drogas. O interessante é que Maria de Gregório afirmou ser mais uma conselheira do que benzedeira, pois ela ensina o ‘remédio’, não é ela quem executa as tarefas, ou seja, quem executa é a pessoa que a procura. O que a rezadeira afirma é o mesmo que a rezadeira Barica, cinqüenta e quatro anos, residente em Cruzeta/RN, quando disse

que a sua clientela era mais adolescente com problemas familiares. Na verdade, eles buscavam a sua ajuda para discutir assuntos que não tinham aberturas para exporem aos pais. Nesse caso, o papel da rezadeira é de uma conselheira.

Uma cliente de dona Maria de Gregório que estava presente no momento da entrevista falou que quando apresenta alguma enfermidade, realiza todas as etapas necessárias solicitadas por dona Maria, e assim fica curada.

No que tange aos rituais usados para diagnosticar os problemas nos clientes, Dona Maria de Gregório citou alguns procedimentos, como perguntar qual o signo (no qual identifica qual a reza mais adequada à pessoa), a leitura dos pés e a medida do braço direito (dependendo do problema).

Pela complexidade existente na prática das rezadeiras, não se consegue compreender de forma satisfatória os códigos que regem tal rito. Para se começar a compreender de forma mais aprofundada, seria necessária uma pesquisa mais demorada e aprofundada. Talvez assim, as incógnitas começariam a ficar mais claras. De um modo geral, sua atividade pode ser feita de duas maneiras, presencial, ou seja, as rezas se realizam na presença do cliente, e por telefone, onde a pessoa liga para a rezadeira, fala do problema que aflige e no dia seguinte ela dá o diagnóstico.

Na reza presencial, a pessoa tem de passar por três consultas (pode haver uma quarta, se necessário for). A primeira etapa consiste em identificar se o problema é causado por um *espírito ruim*. Se ela considerar que sim, envia a um especialista no assunto (curador), não especificado. Só depois de resolvido o infortúnio ele pode retornar. Caso não seja identificado nenhum espírito, cuja identificação se dá por intuição, começa a segunda etapa, que é perguntar o signo da pessoa. Com essa informação começam as rezas, de acordo com o signo, também chamado pela entrevistada de *planeta*. A rezadeira começa as orações e as bênçãos, conforme suas palavras: “eu rezo pelos planetas. Eu pergunto o seu signo. Aí, eu sei de toda peça que você tem. Que nem você sabe. Eu rezo pelo signo”, acrescenta Dona Maria de Gregório.



Dona Maria de Gregório no momento da benção - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Dois tipos de rituais desenvolvidos por dona Maria de Gregório auxiliam no diagnóstico e cura dos males, a leitura dos pés e a medida do braço. O primeiro destina-se, a saber se a pessoa é centrada, ou tem algum problema psicológico. A medida do braço destina-se à cura da *espinhela caída* (peitos) e das *arcas caídas* (quadris).



Dona Maria de Gregório: ritual para diagnosticar a espinhela caída - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A consulta por telefone tem como público principal, moradores da cidade de Mossoró/RN. O cliente liga, informa sobre os sintomas que está sentindo e, a partir daí, a rezadeira prossegue questionando o nome e o signo de seu cliente, e se desloca até o seu local preferido para rezar, a área de entrada da sua residência. Contudo, no outro dia, o paciente tem que se deslocar até a residência da rezadeira para a feitura da *medida do pé*.

Com relação se há um período do ano em que não realizava atividades de cura, dona Maria de Gregório citou o Dia de Finados, por ter medo da presença

deles. Assim, não existe uma sazonalidade, apenas um período do ano que *guarda* temendo que os espíritos dos mortos venham a incomodá-la.

As entrevistadas realizam e recebem os clientes para se rezarem nas salas das suas residências. São casas simples, como a de dona Maria de Gregório que ainda necessita de reboco nas paredes. Elas preferem realizar os atendimentos nas suas residências, no entanto, se chamarem para fazer as orações em outro lugar, elas irão. Quanto ao espaço dentro de casa, Dona Antonia gosta de fazer suas rezas na área de casa.



Dona Antonia e dona Maria de Gregório realizando os rituais de cura nas suas residências - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os elementos ritualísticos utilizados por dona Maria de Gregório são praticamente os mesmos que dona Antonia manuseia durante as rezas. Basicamente elas usam o raminho verde, o cordão e os gestos em cruzes. No entanto, para se obter a cura é necessário que o cliente tenha fé nas rezas.



Ramos de *mata pasto* utilizados pela rezadeira Maria de Gregório durante as suas rezas - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Como se percebe, o raminho é facilmente obtido no terreiro da residência: “Eu tenho minhas plantinhas aqui. Já pego e tiro tudo daqui. Só uso esse raminho. E se não tiver o ramo eu rezo com as palavras de Deus. Rezo com a minha boca. É a mesma coisa”, enfatiza dona Maria de Gregório.

Os elementos rituais usados por Dona Maria Gregório são idênticos àqueles utilizados por Dona Antonia. Talvez nesse aspecto, as duas rezadeiras sejam parecidas: os usos de ramos verdes e de cordões para auxiliar nas rezas e diagnosticar alguns males.

1.5 Paraú



Cerca de pedra – Paraú/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Em 1701, Padre Lúcio de Mendonça de Sá, Alferes Manoel da Silveira de Carvalho, Diogo de Mendonça Bernardo Vieira de Melo e o último Capitão-Mor-Governador do Rio Grande do Norte, receberam sesmarias de três léguas cada uma, no rio Paraú, no município de Campo Grande.

Luiz Justino de Oliveira, fundador de Paraú, nasceu na fazenda Cachoeira, em 1875. Aos vinte e três anos, mudou-se para a Fazenda Espírito Santo, casando-se com Maria Damásia Gomes, estabelecendo-se numa casa de taipa, com pequeno negócio de compra e venda que, prosperando, proporcionou a abertura de casas comerciais em outros municípios. Ali permaneceu, mesmo após o falecimento de sua esposa, empenhado em fazer progredir a sua terra.

Em 1911, casa-se novamente, com Maria Siqueira Cabral, iniciando-se no ano seguinte a construção de uma capela à devoção do Divino Espírito Santo, Padroeiro do município.

Tendo em vista haver, no agreste, município com idêntica denominação, ao ser instalada a Agência dos Correios e Telégrafos, teve seu nome mudado para Paraú, de PERAU-U (rio do peraú, dos buracos submersos, onde se perde o pé). Foi elevado à categoria de município com a denominação de Paraú, pelo decreto estadual nº 2781, de dez de maio de 1962, desmembrado-se de Campo Grande.

1.5.1 Ofícios e modo de fazer: cerca de pedra



Cerca de pedras – Paraú/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009.

Nos arredores da cidade de Paraú/RN, na zona rural, é possível observar uma quantidade significativa de um tipo de cerca bem comum em lugares com abundância de rochas, as chamadas *cercas de pedras*. Trata-se de um saber fazer tradicional que, ao longo dos anos, vem se perdendo no tempo. Isso porque os “mestres de cercas de pedras”, aqueles que conheciam as técnicas estão morrendo e levando consigo os conhecimentos sobre o bem.

Essa técnica é comum em diversas regiões do interior do estado do Rio Grande do Norte, como o Seridó e o Alto Oeste Potiguar. O senhor Chico Elpídio, cinquenta e cinco anos, morador do Distrito de Palma, em Caicó/RN, é considerado um “estudioso do sertão”. Dentre os vários saberes relacionados ao contexto rural, possui um vasto conhecimento sobre a origem, utilidade e importância da cerca de pedra. Em entrevista fornecida ao Jornal Diário de Natal (2005), disse que esse tipo de cercado surgiu na colonização portuguesa e ganhou espaço na ocupação das terras por grandes fazendeiros. E que usavam as cercas de pedras para demarcarem e se apossarem das terras.

Levando em consideração que a rocha, matéria-prima usada para tal fim, existe em abundância nas regiões citadas, em especial no município de Paraú/RN, tem-se um tipo de construção, que oferece um baixo impacto ao meio ambiente, ao contrário da madeira (estacas e mourões) advinda da vegetação local, já em extinção, que é usada para construir as cercas, hoje em dia. Nesse sentido, o

“estudioso do sertão” enumera algumas das vantagens de se construir cercas de pedras e, conseqüentemente preservar os saberes sobre o bem para as futuras gerações.

A cerca de pedra evita a degradação do solo. Quando chove e a água carrega a terra, nas partes baixas onde existem cercas de pedras, a terra não passa, fica na cerca. Cercas de pedras são muito duráveis e resistentes. No Nordeste elas são comuns, e muitas foram construídas pelas frentes de emergência, em convênio com os fazendeiros. A caatinga apresenta fartura de seixos que podem ser utilizados na construção de cercas (Chico Elpídio - Diário de Natal, 2005).

Ainda sobre as cercas de pedras, o entrevistado afirmou que existem aquelas que são construídas apenas com pedras colocadas umas sobre as outras e as ditas *mistas*, que recebem uma parte de pedras mais estacas e varas. Complementa explicando que a cerca mista “recebe pedras na parte inferior e arame ou varas na parte superior (Chico Elpídio, Diário de Natal, 2005). Em Paraú/RN, foi possível verificar cercas de pedras construídas pelo mestre Francisco Filho, de setenta e três anos, que apresentam as duas técnicas, como mostram as imagens a seguir.



Cercas de pedras: apenas com pedras e cerca mista (pedra, varas e arame) - Paraú/RN. Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

O informante é aposentado e afirmou que aprendeu o ofício de fazer cercas de pedras aos quinze anos de idade, com o seu pai, o senhor Francisco Peixoto. Na ocasião, ele teria ensinado todos os segredos de construção, desde a medição da distância da cerca, em léguas, o encaixe as e o corte das pedras. O seu aprendizado se deu através da oralidade e da experiência observacional.

Comecei com quinze anos de idade... aprendi com o meu pai... tirava as pedras e arrumava... Feita também com pedra, arrame e estaca.

Esse tipo de cerca surgiu quando começaram a fazer cercado para colocar gados” (Francisco Filho - Paraú/RN, 2009).

Embora atualmente não exerça mais a função, relatou as técnicas e o processo de feitura de uma cerca de pedra.

Para constuir uma cerca de pedra é preciso de duas a três pessoas. Ela é feita por metro e o pagamento é feito conforme a quantidade de metro construído. As pedras são tiradas do *serrote* e serve qualquer pedra. O encaixe é só arrumar uma em cima da outra (Francisco Filho - Paraú/RN, 2009. Grifo meu).

O tempo gasto para construir uma cerca de duzentos metros é em média seis dias. Isso com a ajuda de duas pessoas. Informou que trabalhou durante trinta anos fazendo cerca de pedra e que sustentou sua família com essa atividade. Mas parou de realizar por ter se aposentado e estar com problemas de visão.



Francisco Filho: mestre de cerca de pedra – Paraú/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Um fato interessante, também apontado pelo senhor Francisco é que as pessoas que possuíam esse saber fazer já faleceram ou não realizam mais, como é o caso dele. “Hoje não existe mais quase ninguém fazendo cerca de pedra, quase todos já morreram e o povo jovem não quer saber de trabalhar nisso (Francisco Filho - Paraú/RN, 2009).

Talvez a abundância de vegetação apropriada para construir cercas nas décadas passadas tenha favorecido o uso da construção de cercas mistas, ou seja, a utilização de pedra, madeira e arame farpado. Tal cercado, segundo o entrevistado, era utilizado para demarcar as terras dos fazendeiros e para a criação de bovinos e ovinos.

Para iniciar a construção de uma cerca de pedra, primeiramente deve-se demarcar por onde ela será construída, com a ajuda de uma bússola. Em seguida, cava-se buracos, com auxílio de uma alavanca, para fincar as estacas ou as pedras maiores que irão segurar as outras que virão. Isso é necessário porque a cerca é construída sem o uso de materiais aglutinantes como argamassa ou argila, para unir as pedras umas às outras.

O entrevistado enfatizou que, em tempos atrás, a atividade foi muito importante para demarcar as terras da região. Era a única forma de cercar as terras, usando recursos abundantes na natureza, pois o arame era difícil e caro. Lamenta o fato de, hoje em dia, não ser mais uma atividade importante e que as pessoas não dão valor e não querem aprender.

1.6 Patu



Serra do Patu – Patu/RN. Fonte: Canindé Soares, 2009

O povoamento teve início em 1718, com a concessão de uma sesmaria ao padre Francisco Pinto de Araújo, na Serra do Patu. Mais tarde, em 1742, o Capitão Leandro Saraiva de Moura destacava-se como proprietário de Patu de Fora, e, posteriormente, do Sítio Boqueirão no ano de 1755. A primeira residência da localidade foi construída pelo senhor Raimundo Basílio.

O principal destaque no início da criação de Patu foi o Coronel Antônio de Lima Abreu Pereira, Comandante do Regimento de Ordenanças da Ribeira do Apodi, na Serra do Patu, que no ano de 1758 fez doação de terras para a construção da Capela de Nossa Senhora dos Impossíveis, erguida na majestosa serra que ficou conhecida como a Serra do Lima.

Em Patu, no sítio Jatobá, encontra-se a comunidade tradicional remanescente de quilombola. A comunidade está localizada na mesorregião geográfica do Oeste Potiguar, e na Mesorregião de Umarizal (IBGE), Estado do Rio Grande do Norte, a 10 km da sede do município de Patu e a 396 km de Natal.

De acordo com os estudos antropológicos realizados por Assunção (2009), no ano de 2004, a Associação Quilombola dos Moradores do Jatobá, enviou um ofício ao INCRA-RN (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), se definindo como “comunidade remanescente de quilombos” e, conseqüentemente, requerendo dessa instituição o procedimento administrativo para abertura de processo para fins

de demarcação e titulação das terras ocupadas pelos moradores. O pedido foi aceito, dando-se início aos estudos antropológicos em parcerias com a UFRN.

O relatório elaborado pelo antropólogo Luiz Assunção foi concluído em dezembro de 2006 e no mês de abril de 2008, o INCRA-RN publicou no Diário Oficial da União o documento que validou como remanescente de quilombos o Território da Comunidade do Jatobá. No entanto, de acordo com o pesquisador, ainda não foi efetuada a titulação da propriedade das terras aos habitantes da comunidade, pois trata-se de um processo que encontra-se em tramitação nas instancias federais.

Assunção (2009) afirmou que, de acordo com as pesquisas realizadas em arquivos públicos, cartórios e igrejas da região, as terras do Jatobá foi de origem privada, através de compra efetuada por João Luiz de Aquino, filho de Joaquina e neto dos ex-escravos Manoel e Raimunda. Os primeiros negros escravos a ocuparem essas terras datam de 1865, o que significa dizer que há 144 anos os ascendentes de escravos residem na comunidade.



A dança de são Benedito - Comunidade do Jatobá – Patu/RN.
Fontes: Canindé Soares e Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A comunidade do Jatobá, em tempos atrás possuía uma tradição no processo de confecção de louças de argila. Atualmente, em visitas realizadas à comunidade, observou-se que esse ofício não contribui mais para a construção e o fortalecimento da identidade local. A produção de louças de artesanato foi paralisada diante da falta de argila. O patrimônio cultural que continua sendo preservado pelos moradores é a expressão da Dança de São Benedito, formada por doze componentes, entre homens, mulheres e crianças. A comunidade do Jatobá vive da agricultura.

Recentemente, foi construído um prédio que servirá para a realização de cursos e oficinas de capacitação para qualificar os moradores para o mercado de trabalhos.

1.6.1 Celebrações: malhação do judas e ritos da Semana Santa

A malhação do Judas é um ritual católico que se inscreve nas celebrações da Semana Santa, período que marca simbolicamente a imolação, sacrifício e ressurreição de Jesus de Nazaré para a crença cristã. Festa móvel intimamente relacionada ao Carnaval, de modo geral, é comemorada quarenta e nove dias depois do domingo de carnaval.

O Domingo de Ramos celebra, na cultura cristã, a entrada de Jesus em Jerusalém durante o tempo da Páscoa. O povo Judeu o recebeu acenando com ramos verdes e folhagens, sendo esta a origem para a bênção dos ramos no domingo que abre a Semana Santa. Para Mendes (2007), outro dia importante neste ciclo é a Sexta Feira Santa, dois dias antes da comemoração da Páscoa.

Na cidade de Patu/RN, a malhação do Judas é uma prática amplamente difundida. Na quinta-feira santa já percebia a movimentação de “brincantes” conduzindo seus bonecos pelas ruas da cidade pedindo contribuições para as brincadeiras da malhação do Judas, que acontece na virada da noite da Sexta-Feira Santa para o Sábado de Aleluia. Durante a pesquisa, era comum encontrar grupos de jovens e adultos realizando pedágios nas saídas da cidade, angariando fundos para promover a farra da malhação do Judas.



Pedágio na estrada para patrocinar a malhação do judas - Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Até o ano de 2008, a Prefeitura Municipal de Patu/RN organizava em praça pública, na Antiga Estação Ferroviária, um festival para escolha do Judas mais original. Em 2009 não houve recurso, portanto o evento não aconteceu. Sem os incentivos, a maioria dos brincantes deixou de confeccionar seus bonecos, mas ainda pode-se constatar alguns moradores dando prosseguimento à tradição de malhar o judas.

Os judas estavam por toda parte na cidade, seja sobre as motos, carrocerias de caminhonetes ou em carroças de tração animal (carroça de burro). As fontes de inspirações para caracterizar e dar nomes aos bonecos eram inúmeras. Havia judas fantasiados de torcedor de time de futebol, e parodiando o recém eleito presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.



Criatividade na confecção dos judas: boneco em homenagem ao presidente dos EUA e aos torcedores do Flamengo – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Além dos pedágios que aconteceram um dia antes da malhação do Judas, outro costume que se verificou foi o de passear com o boneco fixado numa carroça de burro, o brincante vai pedindo no comércio da cidade algumas contribuições para ajudá-lo na promoção da malhação. No caso específico do carroceiro, senhor João Vinício, trinta e quatro anos, conhecido por Galego, percebeu-se que no lastro da sua carroça havia alguns mantimentos (fubá, biscoitos, feijão etc.) provenientes das doações dos moradores.

Na verdade, ele confeccionou o boneco, colocou-o em pé sobre a carroça e saiu pela cidade. A situação em si vai chamando a atenção dos moradores que vão tratando de contribuir para a malhação do Judas com algum mantimento.



Judas em pé sobre a carroça e as doações para a celebração da malhação - Patu/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A tradição de pedir “esmolos” para malhar o Judas também foi evidenciada por Mendes (2007) em observações realizada no município de Venha Ver, na região do Oeste Potiguar. De acordo com a autora, os participantes pediam esmolos para malhar o judas e por essa razão, traziam uma cabaça para coletar o dinheiro que seria utilizado na malhação.

Na confecção do boneco do judas, Galego explicou que usava esponja de sofás velhos, roupas de trabalhos sujas, madeira para produzir os braços e as pernas e a cabeça era feita com troncos de coqueiro. Pelo que se percebeu, apenas a cabeça é reaproveitada, após a malhação, para brincar no ano seguinte. O restante do corpo é rasgado e quebrado durante a brincadeira.

Galego acrescentou que a preparação da malhação consiste em pedir *esmolos* para a aquisição de bebidas e comida para a brincadeira. As doações não são para a aquisição de material para a feitura do judas, pois como mencionado anteriormente, este é feito com materiais inservíveis de fácil acesso.



Caracterização dos judas: pescoço e cabeça de madeira, orelhas de couro, dentes de papel e barba e bigode de corda desfiada, paletó e gravata, mãos de papelão - Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Quando indagado sobre a origem dessa brincadeira, ele respondeu que “não tinha conhecimento, mas sabia que há muito tempo acontecia pelo fato de Judas ter traído Jesus Cristo”. Falou também que na cidade de Patu/RN, anos atrás, a prefeitura havia realizado concurso para premiar a melhor malhação de judas. Na opinião dele, isso era um incentivo para o povo ter vontade de participar.

Ainda compondo os ritos da semana santa em Patu/RN, outras manifestações mágico-religiosas foram observadas e registradas. Dentre elas a “procissão de Nosso Senhor Morto” pelas principais ruas da cidade, “a encenação da Paixão de Cristo” e uma tradição que ainda é mantida por algumas famílias que é o “costume de cobrir as imagens dos santos domésticos com um pano”, durante o período que vai da *quarta-feira de trevas* até Sábado de Aleluia.

A Sexta-Feira Santa em Patu/RN foi marcada por alguns ritos que estão diretamente relacionadas à paixão e à morte de Jesus Cristo. Algumas famílias costumam *guardar* esse dia realizando abstinências alimentar, de não consumir carnes vermelhas, doces e bebidas alcoólicas e abstinências sociais e morais, como evitar festejos dançantes e alegres.

Eu faço jejum. Quando era mais nova costumava fazer jejum na [a partir da] quarta-feira de cinzas. Mais hoje em dia num faço mais. Agora faço só dois dias, na quinta e sexta feira. Negócio de sangue e carne não como (Dona Dulcília, rezadeira e ex-parteira - Sítio Jatobá – Patu/RN, 2009. Grifo meu).

É um perídio em que o indivíduo católico deve se conter fazendo exames de consciência e evitando os excessos, o que os católicos costumam chamar de *pecados da carne*. A carne de peixe, por ser branca, é a mais indicada para ser apreciada nesse dia. Na verdade, tudo aquilo que coloque o católico em contato com o prazer, é dito como pecado. Indagada sobre o motivo de não comer carne e doces na sexta-feira da paixão, dona Francisca¹² (rezadeira de Patu) foi enfática em sua resposta: comer carne é o mesmo que fazer pouco caso de do sofrimento de Jesus Cristo. Quanto a não consumir alimentos de sabor doce, ela disse que não comia, pois quando Jesus pediu água para beber, os soldados deram-no fel (substância amarga e ácida).



Local onde fica exposto em um caixão o corpo de Nosso senhor Morto. Igreja de Nossa Senhora das Dores – Patu/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Um rito que teve sua origem na Idade Média e que continua ocorrendo em algumas localidades na Sexta-Feira da Paixão, como é o caso de Patu/RN, é a procissão de Nosso Senhor Morto pelas ruas da cidade. Esse rito é marcado por uma missa celebrada no final da tarde, na igreja matriz com a presença dos fiéis.

¹² No espetáculo teatral ao ar livre, O Auto de Jesuíno Brilhante, que homenageia o cangaceiro Jesuíno Brilhante, dona Francisca interpreta uma rezadeira que faz uma oração para *fechar o corpo* dele. O evento é realizado pela Prefeitura Municipal e ocorre no período dos festejos da Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores, no mês de setembro.



Missa de Nosso Senhor Morto, celebrada na Sexta-Feira da Paixão – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Em seguida, após o término da celebração, o corpo de Nosso Senhor Morto, uma imagem confeccionada de gesso, em tamanho normal, com fisionomia de sofrimento e deitado em um caixão revestido de vidro é conduzido por um grupo de senhores e autoridades da igreja local (ministros da eucaristia) pelas principais ruas e avenidas da cidade. Esse é o único ritual católico em que a imagem de Jesus Cristo é retirada do interior da igreja. Em geral, ela permanece em um lugar da igreja para adoração dos fiéis.



Procissão de Nosso Senhor Morto pelas principais ruas e avenidas da cidade – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Os fiéis acompanham o corpo demonstrando semblantes de tristeza e dor, revivendo por alguns momentos o sofrimento de Jesus Cristo. As senhoras que

fazem parte das irmandades religiosas (Coração de Jesus e Legião de Maria) acompanham o cortejo conduzindo as bandeiras das associações.



Senhora conduzindo a bandeira da irmandade do Coração de Jesus – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O cortejo acompanhou a procissão proferindo benditos (hinos, ora rezados, ora cantados de forma contida e triste) que eram *tirados* por algumas senhoras e repetidos pelo resto dos fiéis.



Cortejo acompanhando o corpo de Nosso Senhor Morto – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

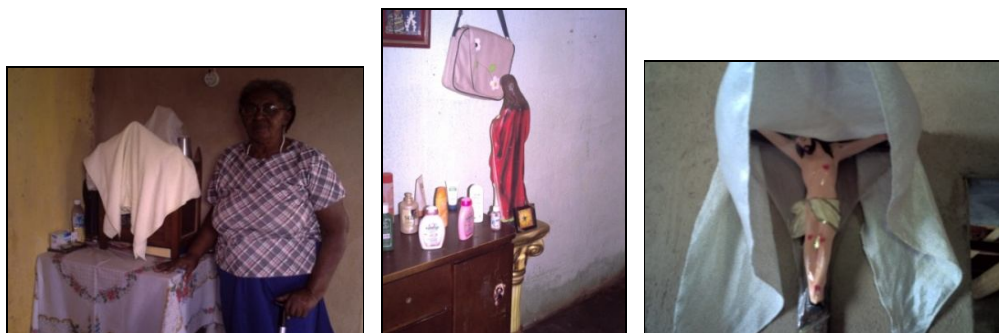
Após a procissão, o corpo é conduzido para o interior da igreja e colocado em um local para que os fiéis possam agradecer as graças alcançadas e se despeçam. As flores e os ramos verdes que ornamentavam o caixão são rapidamente levados pelos fiéis. De acordo com os relatos, os chás preparados com tais ervas são

milagrosos, podendo curar diversos males. Isso explica o motivo de os fiéis se apressarem em levar para casa um galhinho ou uma flor que estava sobre o corpo de Nosso Senhor Morto.



Último adeus: despedidas e coletas dos ramos verdes – Patu/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Por último, constatou-se que em Patu/RN algumas famílias, durante a Semana Santa, mantêm o costume de cobrir as imagens dos santos católicos com um pano ou virá-las para a parede. No sítio Jatobá, encontrou-se dona Dulcília, setenta e cinco anos, rezadeira e ex-parteira, cuja tradição de *cobrir os santos* da sua casa ainda é mantida por ela. “Eu cubro os santos do Domingo de Ramos até no Domingo de Páscoa. Aprendi com minha avó e ensinei aos filhos” (Dona Dulcília, Sítio Jatobá – Patu/RN). De acordo com a entrevistada, na Semana Santa não se pode adorar aos santos, apenas a Jesus.



Os santos de dona Dulcília cobertos com panos e virados contra a parede – Sítio Jatobá - Patu/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

1.6.2 Celebrações: romaria do Santuário do Lima

(...) É uma Santa que espalha os milagres sem se afastar da primitiva rusticidade do sertanejo fiel. Alí, há séculos, multidões oram e são consoladas. Gerações inteiras passam por este altazinho de três metros de largo, pequenino e insignificante, mas irradiador de tranqüilidade, de estímulo, de confiança e de ânimo. Aqui, velhos caçadores, vaqueiros veteranos da luta do campo, plantadores que os anos envelheceram, rezam ajoelhados, de mãos postas, hirtos e obstinados, recebendo a coragem de opor aos elementos naturais a fortaleza de uma resistência miraculosa (CASCUDO, 1984, p.35).

Onde hoje está situado a capela de Nossa Senhora dos Impossíveis, em Patu/RN ou como é conhecida também por “Santuário da Serra do Lima”, existia uma capela. De acordo com Onofre Junior (s.d) apud Assunção (2009, p. 103), há duas versões que remetem à sua construção:

Uma refere-se a uma imagem da santa encontrada por um caçador no alto da serra. Trazida para a cidade, pouco tempo depois a imagem volta misteriosamente ao seu antigo lugar, repetindo-se o evento durante outras vezes. Os moradores da cidade resolvem, então, construir a capela e colocar a santa no local. A outra versão fala da rivalidade entre dois moradores importantes da região – Coronel Antonio de Lima e Capitão Saraiva de Moura -, em meados do século XVIII. Ambos disputavam lugares para a construção de uma capela. Espalhou-se a notícia de que o Coronel Antonio de Lima escolhera o cimo da serra. “Ora, é impossível” – teria dito o capitão Saraiva de Moura, ao que o outro retrucara não haver impossíveis para ele. E, com efeito, edificou a capela no alto da serra escarpada, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Realizado, o Coronel Lima, gostava de dizer, como ironia, ao rival: “Aí está a igreja dos impossíveis”.

De acordo com o senhor Raimundo Silva, morador de Patu/RN, o seu avô João Celo, costumava contar umas histórias sobre a origem do Santuário do Lima que se assemelha àquelas descritas pelos pesquisadores acima mencionados.

Meu avô [João Celo] contava a história do Lima. O primeiro morador do Lima é Antonio Pereira Lima, que veio do Apodi, se assentou aqui... Aí, já tinha um morador do Patu, Geraldo Saraiva de Moura, que era fazendeiro. Já tinha uma capelinha e meu avô contava que surgiu uma dúvida [desavença] do Antonio Pereira Lima com o Geraldo Saraiva de Moura. Isso vinha um padre de Apodi, parece que de ano em ano, celebrar uma missa no Patu. Por conta dessa

rivalidade dos dois proprietários, o de lá [Santuário] e o daqui [Centro de Patu], então Antonio Pereira Lima disse que não ia mais à missa no Patu. Mas ia trazer uma Santa de Portugal e ia fazer uma capela e quando o padre viesse celebrar no Patu, subia e celebrava aqui [referindo-se ao Santuário]. Aí, o povo disse: - 'Ah, isso é um negócio impossível!' é daí que surgiu o nome de Nossa Senhora dos Impossíveis (Raimundo Silva - Patu/RN, 2009. Grifo meu).



Raimundo Silva: sobre a origem do santuário do Lima - Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Ainda sobre a origem da capela, Assunção (2009, p. 103) recolheu entre os moradores mais antigos uma versão que afirmava o seguinte:

Em 1758, a capela foi erguida no local onde o Coronel Antonio de Lima havia se perdido, após uma saída para caçar. Valendo-se de Nossa Senhora dos Impossíveis, encontra o caminho de volta. Em retribuição à graça alcançada, ele fizera a doação do terreno e erigira a capela à santa.

Em meados do século XX, mais especificamente no ano de 1948, chegou ao Santuário do Lima, em Patu/RN, o padre alemão Henrique Spitz, que conduziu a demolição da antiga capela e construiu um templo, cuja arquitetura remete ao estilo neoconcretismo. Trata-se de uma construção ímpar na região. De longe, no alto da serra do Lima, avista-se a cúpula brilhante do templo, revestida de alumínio, em forma de cone. Na verdade, o santuário faz parte de um complexo, cercado por uma muralha revestida com rochas graníticas extraídas das jazidas existentes nas proximidades, que abriga: a capela, a casa dos padres, um hotel, a sala dos ex votos e outros espaços destinados às lojas.



A Igreja e a imagem de Nossa Senhora dos Impossíveis – Santuário do Lima – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Santuário do Lima – Patu/RN: Detalhe da muralha revestida em pedras e entrada principal da capela. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O Santuário do Lima, além ser um lugar de devoção e pagamentos de promessas para os fiéis, também é entendido pelos representantes locais da Igreja Católica como um lugar apropriado para a meditação, retiros para os padres e eventos religiosos da Diocese de Mossoró. Tanto é, que a estrutura de hospedagem existente no espaço é destinada para tal fim. “O Santuário também é um local de encontros, de retiros, de conferência dos agentes pastorais, da Diocese, dos padres e seminaristas. A pousada serve de apoio para esses encontros (Padre Tarcísio - Santuário do Lima – Patu/RN, 2009).

Em relação às romarias constantemente realizadas no local, padre Tarcísio informou que são realizadas por pessoas de várias regiões do estado e dos estados vizinhos, que vem assistir às missas e pagar as suas promessas. Ele ainda relatou que não há horários rígidos que impeçam a visita. O santuário funciona durante todo ano, e está aberto aos devotos queiram manifestar sua devoção religiosa ou que estão à procura de conforto espiritual para suas dores e que esperam receber alguma graça.

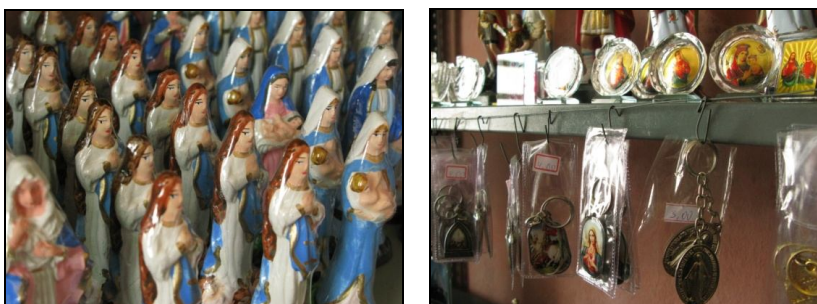


Casa dos ex votos: réplicas de várias partes do corpo humano que receberam curas – Santuário do Lima – Patu/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo o padre, os devotos que freqüentam o santuário expressam milagres e as graças recebidos através do pagamento das promessas. Em troca doam ex votos e até quantias em dinheiro destinadas ao santuário.

As pessoas vêm aqui para pagar as promessas e conversam sobre os 'milagres', as graças concebidas, sempre dizem que pediram à santa e foram atendidas. Em troca elas doam ao santuário dinheiro, e às vezes dão um animal, boi, vaca ou ovelha. As pessoas vêm e entregam fotos, peças de roupas, objetos para gente colocar lá no altar. Eles trazem a reprodução, a imagem, aquela parte do corpo que eles foram atendidos no seu pedido (Padre Tarcísio - Santuário do Lima – Patu/RN, 2009).

Nos limites do complexo do santuário do Lima há uma área destinada ao comércio de “lebrancinhas”, como imagens de santos em gesso, terços, chaveiros, réplicas da igreja etc., que são vendidas aos devotos que visitam o local.



Imagens de Nossa Senhora em gesso e chaveiros - Santuário do Lima – Patu/RN. Fonte: Ítégra Pesquisa e Consultoria, 2009

Embora o local seja constantemente visitado, o período de maior visitação ocorre no mês de novembro, quando se celebra a festa em homenagem à santa

padroeira. Padre Tarcísio, comentou sobre programação das comemorações e mostrou que há uma interação entre a igreja matriz e a capela do Santuário do Lima:

A festa da padroeira Nossa Senhora dos Impossíveis ocorre no período de doze a vinte e um de novembro de cada ano. No entanto, o novenário, que são nove dias de celebrações, ocorre lá na cidade e em algumas comunidades do município. A cada dia da semana uma novena é celebrada numa comunidade diferente. A última novena é celebrada com um grande leilão, no qual são ofertados vários produtos como galinha caipira, carneiro, garrote, cuja arrecadação é revertida para as despesas do santuário. O dia vinte e um é marcado por uma procissão, cujo cortejo parte da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores em direção ao santuário. Logo após há a realização de uma missa que encerra os festejos (Padre Tarcísio - Santuário do Lima - Patu/RN, 2009).

De acordo com padre Tarcísio, sessenta e nove anos, pároco da igreja de Nossa Senhora dos Impossíveis, o santuário pertence à Congregação dos Missionários da Sagrada Família, cuja sede fica em Roma. Essa congregação atua em várias localidades, e as pessoas da cidade de Patu/RN também ajudaram na construção do Santuário com o auxílio de mão-de-obra e através de doações em dinheiro.

1.6.3 Ofícios e modo de fazer: cantaria

Durante as pesquisas de campo realizadas na cidade de Patu/RN, no mês de março de 2009, encontrou-se dois informantes, cujas trajetórias de vida estão relacionadas com a construção da Igreja de Nossa Senhora dos Impossíveis.

O senhor Miguel Ezídio, setenta e oito anos, natural do sítio Patu de Fora, município de Patu/RN, casado, trabalhou como *cortador de pedra* para a construção do Santuário do Lima. Contou que a igreja foi construída quase que inteiramente em blocos de pedras, e que as pedras foi ele quem as cortou. Relembrou como iniciou seus trabalhos na construção da igreja.

Quando eu fui para o Lima, era tangendo jumento... carregando tijolo na estrada, lá pra cima. Porque o carro só chegava até o pé da serra. Era só uma vareda, que só jumento conseguia andar, sabe? Eu

trabalhei muito tempo carregando tijolo. Depois fui cortar pedra (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009).



Miguel Ezídio: cortador de pedra - Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Conversando com o senhor Miguel, soube-se da existência do senhor José Trajano. Ele é morador da cidade há quarenta e um anos, tem sessenta e seis anos de idade, é natural de Jaboatão dos Guararapes/PE e trabalhou na construção do templo, especificamente se utilizando do ofício da cantaria nas obras de acabamentos do Santuário do Lima. De acordo com as informações contidas no site da Universidade Federal do Ouro Preto (www.ufop.br):

A técnica de cantaria consiste em lavrar a rocha em formas geométricas ou figurativas para aplicação em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural. As construções mais antigas, com as limitações técnicas e ferramentas escassas, eram caracterizadas por estruturas irregulares em pedras soltas e de tamanhos desiguais, compondo uma arquitetura bastante rudimentar.

Em relação à origem da cantaria, as informações contidas no site acima, mostram que a arte de esculpir as pedras já acontecia na pré-história, quando o homem deixa de ser nômade, abandonando as cavernas e dando origem a uma organização social definida e com abrigos mais sólidos, enfatiza.

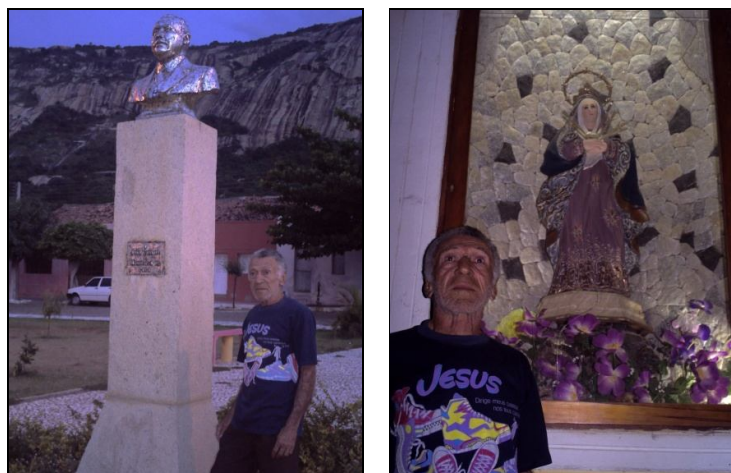
Questionado como se deu o aprendizado do ofício da cantaria, José Trajano atribuiu ao dom de esculpir e que desempenha o seu trabalho com prazer, pois não havia pessoas da família que desenvolvessem essa prática. Ele começou a trabalhar no ofício da cantaria aos quinze anos de idade, quando ainda morava em

Pernambuco. Veio para Patu/RN por intermédio do padre Henrique Spitz, idealizador do Santuário do Lima.

Na minha família não tinha ninguém que fizesse a cantaria. Quando eu fui morar em Jaboatão dos Guararapes/PE, então lá, tem muita gente que trabalha com isso. Aí, nesse dia, teve um intermediário, que era o contratante e gostava da nossa família, então me convidou: vamo trabalhar, vamo aprender? - Aí eu disse José: vamo. Aí, fiz, aprendi, fiquei gostando e tô fazendo até hoje (José Trajano - Patu/RN, 2009).

Enfatizou o senhor José Trajano que quando começou a trabalhar na obra do santuário, a estrutura já estava pronta. A sua tarefa foi esculpir algumas esculturas e os revestir com pedras os muros usando a técnica da cantaria. Após o término das obras, o padre o convidou a residir em Patu/RN, o que resultou na sua permanência até os dias de hoje.

Tão logo os trabalhos de cantaria da capela foram finalizados, o senhor José Trajano começou a prestar serviços de cantaria para outras instituições como a Prefeitura Municipal de Patu/RN. Pelas praças e momentos da cidade é possível encontrar obras esculpidas pelo mestre em cantaria. A maioria das obras por ele produzida encontra-se na capela do santuário, na fachada da casa paroquial, na Praça João Carlos e no interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores.



Obras em cantaria do mestre José Trajano na Praça João Carlos e no interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores - Patu/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

No Santuário do Lima algumas das peças mais significativas existentes no interior da capela também são de autoria do mestre José Trajano. São elas a base da mesa na qual o padre celebra as missas e a pia batismal.



Pia batismal esculpida pelo mestre José Trajano – Interior da capela do Santuário do Lima – Patu/RN.
Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Ainda abordando o acervo das obras de cantaria produzidas pelo mestre José Trajano, tem-se como exemplo, a fachada da Casa Paroquial, cujo formato é descrito por ele da seguinte forma:

A parede da casa paroquial não é esculpida, é rústica. Ela é toda ‘desprojetada’, desempenhada pra ser daquele jeito. Ela tem todo tipo de tamanho e largura pra dar irregularidade. Esse trabalho só dá beleza ficando irregular. Agora, a ‘grossura’ [espessura da pedra] tem que ser uma só (José Trajano - Patu/RN, 2009. Grifo meu).

Para realizar o ofício da cantaria, o senhor José Trajano utiliza algumas ferramentas que auxiliam no corte, na escarificação e na modelagem. Dentre elas estão o contêiner; o *escafilhador* que é uma ferramenta para desempenar a pedra e dar todo o acabamento bilateral do tamanho e da largura. E depois da pedra esculpida ele informou que usa uma ferramenta chamada *picola*, de fabricação artesanal que se assemelha a uma mareta. Esse equipamento serve para dar o acabamento liso na pedra.

Com relação à preocupação em repassar esse saber às outras pessoas, o mestre José Trajano afirmou que ninguém ainda se interessou em aprender o ofício da cantaria, mas que tem vontade de transmitir o que sabe aos outros. “Do meu trabalho ninguém quis. Eu fazia questão, de qualquer outra pessoa, amigo,



INTEGRA PESQUISA E CONSULTORIA

companheiro querer aprender, eu teria o maior prazer de ensinar. Porque como se diz, o sol nasceu pra todos” (José Trajano - Patu/RN, 2009).

1.7 Rodolfo Fernandes



Padroeiro São José – Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A história do povoado de São José dos Gatos está vinculada a Francisco Régis Filho, na época comerciante local e proprietário de terras que se destacavam pela grande quantidade de gatos do mato, também chamados de maracajás. O comerciante tinha costume de comprar couro de gato nos domingos de missa e de feira. Por causa dos primeiros moradores da localidade chamada Gatos serem devotos de São José, Francisco Régis mandou construir uma capela para o padroeiro. Foi então que surgiu da boca do povo a terra de São José dos Gatos.

Só no presente século é que a povoação passou a chamar-se Rodolfo Fernandes em homenagem ao filho da terra, Rodolfo Fernandes de Oliveira Martins, comerciante e industrial renomado, com forte atuação na indústria salineira em Macau e em Mossoró. Foi Presidente da Intendência Municipal de Mossoró, de 1926 a 1928 e organizou a emboscada que repeliu o ataque de Lampião e seu bando à terra de Santa Luzia.

Em dezembro de 1953, em virtude do crescimento econômico e populacional, o povoado de Rodolfo Fernandes, passou à categoria de distrito. Após nove anos como distrito, em nove de maio de 1962, pela Lei no 2.763, desmembrou-se de Portalegre e tornou-se município.

1.7.1 Celebrações: Festa do padroeiro São José

A principal festa religiosa do município de Rodolfo Fernandes/RN homenageia o santo popular mais venerado pela comunidade, São José. As comemorações religiosas e profanas em homenagem ao santo acontecem desde que a cidade era conhecida por São José dos Gatos, nome atribuído devido à existência de muitos *gatos do mato*. As celebrações ocorrem no período de dez a dezenove do mês de março de cada ano. Participam da festa pessoas da região e de outros estados, como o Ceará e Paraíba, que chega a um público de aproximadamente mil e trezentas pessoas. De acordo com a entrevistada Karla Filgueira, moradora da cidade, a festa acontece em torno da Igreja Matriz e reúne os moradores num momento de confraternização.

As festividades acontecem em frente ao patamar da igreja, onde é feito a montagem de uma grande barraca, com sorteios, vendas de lembranças religiosas, shows com artistas locais e comidas típicas (Karla Filgueira – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

O dia dezenove de março é considerado pelos sertanejos como uma data de significado ímpar, pois se chover ou, pelo menos apresentar indícios de chuvas, é um indicativo de que o ano será *bom de inverno*. Caso o sinal seja comprovado, é comum que os agricultores já iniciem a preparação da terra para ser semeada.



Anúncio da Festa de São José – Rodolfo Fernandes/RN. Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Parafraseando Durkheim (1996, p. 21) o traço distintivo do pensamento religioso são as crenças, os mitos, as lendas; são as representações que exprimem a natureza das coisas sagradas. O profano que, se relaciona diretamente com o sagrado, diz respeito às coisas mundanas. Tais categorias podem ser associadas às duas faces de uma mesma moeda. Pensando o contexto da festa de São José a partir dessas chaves epistemológicas tem-se que as etapas das festividades se dividem na *parte religiosa e na parte social ou profana*. A primeira é organizada pelos ministros da igreja e pelos voluntários. A festa religiosa é composta pela *peregrinação*, que inicia-se ainda no início do mês de fevereiro, estendendo-se até o dia dezanove de março. Em seguida, a partir do dia dez de março começam as *novenas de São José*.

A parte social (profana), como é denominada pela população local, embora esteja relacionada com o universo das crenças e dos mitos, é composta por festejos voltados a fortalecer às relações sociais que se estabelecem no mundo real. Nesse sentido, incluem-se as festividades noturnas animadas por bandas de forrós, bebidas e muita diversão. De acordo com a entrevistada Neide Nunes, os organizadores da parte religiosa são escolhidos pelo pároco local.

Ele investe algumas pessoas de determinadas incumbências. A programação religiosa é feita por uma comissão da igreja composta pelas beatas juntamente com o padre. A parte social por sua vez, fica ao encargo de outra comissão, responsável por barracas, bingos, sorteios, festas [noite do brega e a noite da 'barroca'], e shows com artistas locais (Neide Nunes – Rodolfo Fernandes/RN, 2009. Grifo meu).

Outro evento importante que contribui para a existência da festa é a arrecadação de fundos através dos tradicionais *leilões*. Trata-se de uma tradição na qual são leiloados pratos típicos como bolos, galinha caipira assada, biscoitos caseiros, frutas da época, geralmente ofertados pelos morados em prol do santo. Em alguns casos são oferecido ao santo, presentes como carneiros, porcos e garrotes para serem leiloados e revertidos em rendas para a igreja. Através dessa atividade, cujo objetivo é prover recursos em benefício da igreja, é possível mobilizar a população local em prol dos festejos do santo padroeiro. Além disso, são realizados bingos, sorteios de prêmios, e as vendas de comidas típicas e bebidas (churrasquinhos, galinha no pirão etc.). A festa se perpetua pela intensa participação

dos habitantes do município, podendo-se dizer que é uma tradição não apenas religiosa, mas também familiar.

O encerramento da festa é marcado por uma procissão em homenagem ao santo padroeiro. O cortejo segue por diversas ruas da cidade, acompanhado por benditos que são tirados e cantados pelos fiéis. Após a procissão, que ocorre no fim da tarde do dia dezenove, acontece a missa de encerramento.



Encenação do Auto de São José – Rodolfo Fernandes/RN. Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Ainda durante os festejos em homenagem ao santo é encenado, em frente à igreja matriz o Auto de São José. Trata-se de uma apresentação teatral a céu aberto que retrata a vida do santo. O evento acontece após a última novena. No pátio, em frente à igreja são colocadas cadeiras para que a população possa se acomodar e prestigiar o espetáculo. Os atores que encenam a peça são da própria comunidade.

1.7.2 Lugares: Covinhas das Meninas ou Peregrinas da Seca



Altar em homenagem às meninas, localizado no interior do santuário – Fazenda Sossego - Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O lugar denominado de *Covinhas das Meninas*, localizado no município de Rodolfo Fernandes/RN é repleto de significados mágico-religiosos. Sua origem remonta ao contexto do flagelo da seca, que obrigou os habitantes das regiões atingidas pelas constantes estiagens deixarem suas residências em busca de melhores condições de vida. A igreja das Covinhas está a 5 km de da cidade, distante 130 km de Mossoró e 400 km da capital Natal.

Contam os habitantes locais que nos idos de 1877 duas meninas irmãs morreram de fome e sede, quando acompanhavam os pais e outros vários retirantes na fuga de uma das maiores secas registradas na história dessa região. De acordo com o senhor Bento Honório, sessenta e um anos, guardião da igreja que construiu em homenagem às meninas, sua avó contava a seguinte história:

Sempre que perguntavam sobre um clarão que viam naquelas bandas do chão [onde hoje está localizada a igreja], numa época onde energia elétrica não existia. 'Que clarão é aquele acolá'? Ela dizia foi as meninas que foram enterradas lá (Bento Honório – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

No ano de 1953, o senhor Bento Honório, neto da senhora Cândida, de quem ouvia as histórias das meninas, comprou as terras da fazenda Sossego, onde teriam sido enterradas as meninas mortas de fome e sede. Nesse período, conta ele que

teve a primeira visão das meninas. Elas apareceram e ficaram paradas em sua frente.

No ano de 1980, o entrevistado teve um problema de saúde grave, tendo que ser hospitalizado na cidade de Mossoró/RN. De acordo com os relatos, os médicos não conseguiam diagnosticar a enfermidade e num determinado dia o paciente teve a segunda visão das meninas. Foi quando ele fez a promessa, que se caso viesse a ficar curador erguia uma capela em homenagem às *meninas das cavinhas*.



Igreja Covinhas das Meninas construída na década de 1980 – Fazenda Sossego - Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Nesse período, quando estava entre a vida e a morte, o entrevistado relatou outro episódio que viria a deixar até a junta médica sem explicação:

Lembro muito bem quando a mulher pediu a uma das meninas uma válvula para retirar o aparelho de soro que estava ligado no meu umbigo. Ainda hoje vejo a mão da menina entregando essa válvula. Retiraram toda a aparelhagem e fizeram o curativo. Quando o doutor chegou perguntou quem havia retirado o aparelho e feito o curativo. Respondi que tinha sido uma senhora de branco e duas meninas. Ele pensou que eu estava delirando, mas quando procurou saber na equipe como aquilo havia ocorrido, ninguém soube dar a resposta (Bento Honório – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

Após ser liberado para retorna à sua casa, o entrevistado tratou logo de construir um *cruzeiro* e afixou no suposto local da cova das meninas. Em seguida, com a ajuda dos moradores e devotos que visitavam o local conseguiu recursos para construir uma capela em homenagem às meninas.



Primeiro foi construído um *cruzeiro*, depois ergueu-se a igreja em homenagem às Covinhas das Meninas – Fazenda Sossego – Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Desde a década de 1987, no dia doze de outubro, data comemora-se o dia das crianças rezando uma missa campal, em frente à igreja em homenagem às Meninas das Covinhas. Esse dia é marcado por intensa movimentação de fiéis pagando promessas e agradecendo pelas graças alcançadas.

A missa do dia doze é campal, porque não cabe na igreja. Vem gente de Natal, Mossoró, Fortaleza, São Paulo. O tumulto é do lado de fora da igreja e onde eu tive a visão e acharam só as covas. As pessoas fazem doações (Bento Honório – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

Assim como acontecem nos centros de romarias populares existentes no nordeste brasileiro, os devotos costumam fazerem as promessas e depositarem os ex-votos (réplicas de partes dos corpos doentes, fotografias, entre outros) num local do santuário destinado para tal fim.



Ex votos confeccionados em madeira – Fazenda Sossego – Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

No interior da igreja é freqüente as pessoas deixarem bonecas, mamadeiras, chupetas, gravuras com imagens de crianças etc. A incidência de ofertas de mamadeiras contendo comida está relacionada ao fato das meninas terem morrido por causa da fome. É comum a realização de promessas¹³, cujo pagamento é efetuado com a distribuição de presentes para as crianças da comunidade.



Ofertas de mamadeiras e chupetas Igreja Covinhas das Meninas. Fazenda Sossego - Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

No interior da edificação foi construído um túmulo revestido com azulejo de cor azul, em homenagem às meninas. Nas laterais há uma cavidade onde é colocada água que adquire poderes sagrados para que os devotos possam levar para casa como *água benta*.



Túmulo (cova) das meninas no interior da igreja – Fazenda Sossego – Rodolfo Fernandes/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

¹³ STIEL (1996) define a promessa como um compromisso de curto prazo ou de uma dívida que pode ser paga, sustando o contrato. Já o voto tem a conotação de uma relação mais permanente que compromete o fiel por uma longa duração de tempo.

1.8 Umarizal



Vaqueiros puxando gado - Umarizal/RN¹⁴. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

No início do século XVIII, quando foi concedido ao padre Manoel Pinheiro Teixeira e a Joseph Ferreira, sesmarias de terras situadas entre as serras da Mãe d'Água e a do Catolé, às margens do riacho Umary, tinha início o povoamento.

Inicialmente a comunidade foi denominada de Gavião, em virtude de parte das terras pertencentes ao padre João de Paiva, ficarem na nascente do riacho Gavião. De acordo com Onofre Jr (2004), a cidade de Umarizal teria originado de uma pequena povoação às margens do “Riacho Gaviam”.

Em virtude da prosperidade econômica ali desenvolvida, o Senado da Câmara de Natal nomeou em março de 1741, uma autoridade judiciária, o juiz de Vintena Bonifácio Soares Guedes para atender às demandas da localidade.

No início do século XIX, no povoamento de Gavião já existiam muitas casas, grandes fazendas e uma abrangente atividade rural. A povoação continuou crescendo à margem do riacho Gavião, por onde passava uma estrada que servia de caminho para os comboios que saíam da Paraíba com destino a Mossoró. Em 1894, A localidade ganhou seu primeiro açude. No ano de 1902, o arrumado que continuava em progresso já tinha cemitério e a capela do Sagrado Coração de

¹⁴ Essa imagem é de vaqueiros de Patu/RN, mas como o bem cultural “vaquejada” está sendo abordado em Umarizal/RN, e que ambos fazem parte do mesmo projeto “Território do Sertão do Apodi”, optei por ilustrar com essa foto relatório de Umarizal.

Jesus. Por decisão da Intendência de Martins, em 1925, o nome do povoado foi mudado para Divinópolis. Em 1943, estava em fortalecimento econômico, e teve seu nome outra vez mudado, passando a se chamar Umarizal, numa referência à grande quantidade de umazeira existente na região, que consegue, mesmo em período de estiagem, molhar o solo debaixo de sua copa com gotejamento, sendo conhecida como a árvore que verte água.

No dia 27 de novembro de 1958, pela Lei nº 2.312, Umarizal desmembrou-se de Martins e tornou-se um novo município potiguar.

1.8.1 Celebrações: Vaquejada



Parque de vaquejada Helena Lúcia Park– Umarizal/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A vaquejada é uma celebração apreciada com grande ênfase pela população do Oeste Potiguar e do nordeste brasileiro de uma forma geral. Atualmente, a festa assume contextos ressignificados, ao contrário de décadas atrás quando Cascudo (1956) vai dizer que embora sempre tenha tido a conotação de diversão, a vaquejada é a festa mais tradicional no ciclo do gado nordestino. Para Cascudo (1956, p. 29), a vaquejada surgiu da prática do dia a dia dos vaqueiros.

Criado em comum nos campos indivisos, o gado, em junho, sendo o inverno cedo, era tocado para os grandes currais, escolhendo-se a fazenda maior e de mais espaçoso pátio. Dezenas e dezenas de vaqueiros passavam semanas reunindo a gadaria esparsa pelas serras e capoeirões, com episódios empolgantes de correrias vertiginosas.

Como se observa na descrição acima, a vaquejada é uma festa popular que provavelmente teve a sua origem impulsionada pela tradição do ciclo do gado e que coincide com o processo de colonização da região, onde a pecuária era o núcleo produtivo dos bens e serviços. Assim, o gado e o vaqueiro se tornaram os principais atores dessa “brincadeira”.



Seu Brancar (no centro), Pedro Lima (sentado do lado esquerdo) e Dedé (do lado direito, em pé) – Umarizal/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Em Umarizal, o precursor da vaquejada foi o senhor Antonio Duarte, casado, setenta anos de idade, conhecido por Brancar. De acordo com os seus depoimentos, o primeiro parque de vaquejada foi construído na localidade em 1973 por iniciativa dele. Conseqüentemente, recebeu o nome “Parque de Vaquejada Antonio Duarte” em sua homenagem. O senhor Brancar guarda lembranças da primeira vaquejada que organizou:

Na época, a vaquejada ainda era chamada pelos vaqueiros de *apartação*, e se desenrolava com apego aos valores mais tradicionais do homem interiorano. Ocorria pelo puro prazer de se fazer uma brincadeira com os amigos. Os prêmios da época eram uma fita no rabo do boi (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

Nota-se que o intuito maior da celebração era reunir os amigos em torno de uma diversão, o que se pode associar a uma brincadeira. A prova de que o evento era uma reunião entre amigos é o fato de sua residência servir de abrigo para as pessoas que vinham para a festa: “Nesse dia, na minha casa, dormiu mais de trinta pessoas de fora” (Brancar, Umarizal/RN, 2009). Para viabilizar a festa, seu Brancar

falou que envolvia os onze filhos, inclusive, a iluminação do primeiro evento foi feita pelo seu filho Dedé, que atualmente corre em vaquejada na posição de *esteireiro*.

O *esteireiro*, de acordo com os informantes, é a atividade mais difícil do vaqueiro. Consiste em pegar o boi, entregar pro *puxador* e fazer a carreira do boi. O *esteireiro* é a peça fundamental da vaquejada, é ele o encarregado de *tanger* o boi para perto do puxador no momento da disparada dos animais e pegar o rabo do boi e imediatamente passar para o colega. A função do puxador é apenas puxar o boi pelo rabo e derrubá-lo dentro da faixa apropriada. Na verdade, trata-se de uma dupla, onde o primeiro conduz o boi para não deixá-lo desviar do caminho, entregando ao *puxador* que o derruba na *faixa*¹⁵.

Com o passar dos anos, a cidade foi avançando, e o que era considerado “sítio” foi abarcado pela cidade, o que fez o parque de vaquejada ser transferido para o Sítio Várzea do Barro.

Bom, ficou a vaquejada aqui, o parque dentro da cidade, proibiram que o parque não podia ser dentro da cidade. Então-se nós combinamo, o menino tem um terreno acolá, Francisco de Brancar, como chamam. Então, ele resolveu levar o parque pra Várzea do Barro (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

Para contextualizar a época em que não havia ainda a comercialização em torno da vaquejada, o seu Brancar nos dá pistas para recompor tal cenário:

No tempo que eu aprendi era diferente de hoje. Vou contar, chamava de apartação, depois passou o nome pra vaquejada. Diziam: ‘vamo pra apartação na casa de fulano?’ Aí se reunia, aqueles vizinho, aqueles vaqueiro, e então-se, a gente encostava o animal. Pista não tinha, não era forrada com areia. Botava o animal, um do lado do outro e então-se, se fazia só aquela entrada de cavaleiros, encostados na cancela do morão e daí, se soltava aquela rês [boi]. Pois é, soltava aquele animal, você dava uma queda. Existia premiação só por prazer, que era um laço de fita no rabo dos animais. E a gente tinha um prazer com aquilo (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

No início foi uma brincadeira entre amigos, mas a partir do início dos anos de 1980, ocorreu uma profissionalização da “apartação”, que passou a ser chamada de

¹⁵ Trata-se de uma faixa de terra, no final do parque, sinalizada por uma linha de cal. Para o vaqueiro pontuar na disputa, o boi deve ser derrubado dentro da área delimitada.

“vaquejada”, tornando a celebração em um evento esportivo e competitivo, com a cobrança de inscrição e distribuição de prêmios em dinheiro ou bens. Até então, o público em geral era composto por vaqueiros que exerciam a profissão na lida com o gado nas fazendas da localidade, e nos momentos de lazer se reuniam para *derrubar boi*. Hoje, há uma inversão, quase um paradoxo. O evento tornou-se elitizado, não permitindo que os vaqueiros de profissão tenham oportunidade de participar da celebração.

Alguns motivos foram sinalizados pelos informantes Brancar, seu filho Dedé e Pedro Lima, dentre eles, os altos preços dos ingressos que são cobrados para participar da disputa, favorecendo apenas aqueles adeptos do esporte da vaquejada, como médicos, advogados, juízes e grandes fazendeiros. Pedro Lima, vinte e quatro anos, conhecido por Pedrinho, enumera algumas mudanças que ocorrem no cenário da vaquejada.

A vaquejada ficou muito bem estruturada e um padrão forte. Muito homem fluente no meio da vaquejada como juiz, político, deputado, empresário, né?. Antigamente você comprava um cavalo, num valor baixo. Hoje em dia, um cavalo é muito caro. Um cavalo pra ser barato, custa uns dez mil reais. Esse é barato, um cavalo de pobre, um popular, como se chama. Aí, cavalo varia de cem mil real a cinquenta mil, tudo isso (Pedrinho - Umarizal/RN, 2009).

Esclareceu o senhor Brancar que inicialmente o evento acontecia durante o dia, o que interferia no rendimento dos animais, tanto das rezes quanto dos cavalos. O sol forte, característica da região, maltratava os animais e os vaqueiros, fazendo com que o público não participasse ativamente. Com a mudança para o turno noturno, além de proporcionar mais conforto para os animais e os competidores, permitiu que fossem introduzidos na festa os shows com as bandas de forró. Então, ao mesmo tempo em que está ocorrendo a derrubada dos bois no parque, as bandas estão no palco animando a festa para o público dançar.

Primeiramente era de dia, depois passou a ser de noite. Porque à noite concorria vantagem pro gado, pros corredores, não ser no sol quente, né? À noite, pra todo mundo era melhor. Resolveu-se ser à noite. E, hoje em dia, todas as vaquejadas são à noite. Outra coisa vinha mais gente, por conta de ser a noite. De dia, tavam trabalhando (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

Além das mudanças acima mencionadas, outras de cunho mais estético podem ser observadas nos discursos do informante. Ao se tornar um esporte, a vaquejada reinventou alguns dos seus elementos tradicionais. Talvez a mais acentuada transformação tenha sido na vestimenta do vaqueiro. Atualmente, parecem mais “cowboys” americanos, do que vaqueiros nordestinos. Hoje o contexto das vaquejadas não permite pensar a figura de vaqueiros trajando gibões de couro, traje típico daqueles que arrebanhavam gado na caatinga. Seu Brancar se lembra do tempo em que usava a indumentária para correr nas vaquejadas. Embora ele cite algumas vestimentas que eram usadas pelos vaqueiros, ressaltou ser mais comum usá-las para arrebanhar *boi fujão na caatinga*.

Existia uma roupa feita com couro de bode. Tinha aquelas pessoas que fazia, o chamado *gibão* [vestidura antiga, que cobria os homens desde o pescoço até a cintura ou espécie de casaco curto que se vestia sobre a camisa; *perneira* [calça de couro ajustada ao corpo, usada pelos vaqueiros]; chapéu de couro; *luva*, tudo pra se proteger. Porque, quando se corre no mato, é muito arriscado uma ponta de pau pegar no couro (Brancar - Umarizal/RN, 2009. Grifo do meu).

Pensando as dinâmicas culturais a partir da ótica da “invenção das tradições” discutida por Hobsbawm e Ranger (1997), se percebe que o vaqueiro continua existindo no contexto das vaquejadas, conseqüentemente, no mundo rural. No entanto, o que mudou foi a forma do manuseio com o gado, impulsionada pela mercantilização do espetáculo da celebração, não mais fazendo parte das obrigações diárias (arrebanhar no cercado). Hoje, o vaqueiro profissional é aquele que disputa em vaquejada, que possui criação de cavalos quarto de milhas e que usa veículos do tipo Hilux para transportá-los.

O que se percebe também hoje em dia, é a inversão, os cavalos são as estrelas da competição. Recebem tratamentos especiais, que vão desde os cuidados com o pelagem, patas e dentes. Sem falar na ração balanceada que recebem. Tudo isso faz com que aqueles vaqueiros que não possuem condições financeiras não consigam manter uma animal com a manutenção tão elevada.



Cavalo repousando à sombra: Helena Lúcia Park – Umarizal/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo com o senhor Brancar, na organização das vaquejadas algumas etapas são essenciais, como a divulgação, preparação do parque e do evento.

Botava cartaz pelas cidades vizinhas, pra que os vaqueiro das vizinhança viesse participar na vaquejada e aí, a gente botava as pessoas pra ajudar, organizar. Aqui já se deve anunciar o valor das premiações, que fica ao encargo do organizador do evento. Antes de correr, já coloca nos cartaz, pra a premiação ser divulgada. A Preparação do parque, que pode demorar mais de um mês, dependendo do estado do mesmo. Requer trocas de estacas e morões, pinturas, deixar tudo bonito e arrumado. O evento, que dura três dias. No turno noturno acontece a derrubada do boi pelos vaqueiros, e a festa, embalada pelas bandas de forró (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

Além desses cuidados, um profissional imprescindível que deve ser contratado é o juiz. Ele estará atento a todos os detalhes e à contagem de pontos efetuados pelos vaqueiros.

Os vaqueiros têm que derrubar três bois em um espaço delimitado, chamado de linha de cal ou faixa, caso isso ocorra, os vaqueiros passam à final. Uma inscrição dar direito a três bois. Se você colocou os três bois na faixa, você fechou a inscrição. Aí, fez a pontuação e fica esperando na disputa. Quando vai pra disputa, se for classificado, aí vai correr. Põe a lista de cal, digamos isso aqui, 7, 8 metro de uma pra outra. Se ele [o boi] cair nesse espaço, o juiz faz 'valeu o boi! (Brancar - Umarizal/RN, 2009).

Embora o senhor Brancar não participe mais ativamente das vaquejadas, deixou seu legado para os filhos e admiradores que o reconhecem como sendo o precursor do esporte na localidade. “Merece menção o nome de seu Brancar, que iniciou a vaquejada do município. Nós começamos com ele, no parque que tinha aqui” (Pedrinho - Umarizal/RN, 2009).

Durante a pesquisa de campo, se constatou que o envolvimento dos pais dos entrevistados no trato com os animais, principalmente com cavalos, influenciou no gosto pela vaquejada. O senhor Brancar diz que o gosto do filho Dedé pela vaquejada é uma herança sua. Seguindo o mesmo raciocínio, Pedrinho atribui o interesse que possui pelo esporte da vaquejada ao pai dele.

Meu pai era vaqueiro. Seu nome era Caetano Alves Neto, da Paraíba, no Jericó. Aí essas coisa, a gente traz no sangue, nem que a gente num queira. Aí, eu num quis estudar e parti pra esse negócio de vaquejada. Fui tratar de cavalo. Quem me deu oportunidade foi um vaqueiro chamado Gilvan Felipe. Devo tudo a ele, que me ensinou. Comecei na idade de oito ano. Tratando de cavalo, né. Até hoje, eu vivo em função do cavalo, não faço outra coisa (Pedrinho - Umarizal/RN, 2009).

Durante esse contato, Pedrinho demonstrou e explicou o uso de todos os acessórios utilizados pelo cavalo e pelo vaqueiro durante as competições. No anexo da casa grande, ao lado do “Helena Lúcia Park”, há um anexo exclusivo para acomodar os acessórios usados pelos animais, como selas, arreios, peitorais, tornozeleiras etc.





Preparação do cavalo para correr na vaquejada: colocação das tornozeleiras, cela, arreios e peitoral – Umarizal/RN. Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Dentre os acessórios usados pelos vaqueiros ou por “aqueles que correm em vaquejadas”, um é fundamental para auxiliá-lo na derrubada do boi na faixa. Trata-se de um objeto chamado de luva, mas que fica presa ao pulso. Ela é confeccionada em couro do tipo camurça que fica presa ao braço por fivelas. Sobre a luva, há uma estrutura em madeira, que lembra um chifre. Serve para que o vaqueiro segure o rabo do boi, e tenha apoio para puxá-lo na faixa.



Pedrinho mostrando acessórios para vaqueiros: luvas - Umarizal/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Da atividade relatada a figura mais representativa é o vaqueiro. Este pode executar duas funções, a de *esteireiro* ou *puxador*. O primeiro executa a maioria das tarefas, como cuidar da saúde e alimentação dos cavalos, tanger os bois, e ainda participa do processo de derrubada, entregando o rabo do animal ao puxador. Este é responsável pelo momento de glória da celebração, a queda do boi, quando os vaqueiros gritam *valeu o boi!* Tais divisões de tarefas reproduzem as antigas hierarquias sociais atreladas à civilização do couro. Os esteireiros são em geral, vindos das camadas mais humildes, enquanto os puxadores são provenientes dos

filhos das famílias tradicionais da região, e que geralmente residem nas principais cidades do estado, como Natal e Mossoró.

1.8.2 Celebrações: Jornadas de são Gonçalo e santo Antonio

Desde o primeiro contato, em dezembro de 2008, quando realizou-se a pesquisa exploratória sobre o patrimônio cultural do Território do Sertão do Apodi, verificou-se que o senhor Raimundo Nonato da Silva, cinquenta anos, conhecido por Lolô, rezador e proprietário de um complexo mágico-religioso composto por uma capela em homenagem a santo Antonio dos Pobres, do centro espírita Casa de Caridade Mãe Zefinha e do museu Padrinho Cícero, sem dúvidas, foi um colaborador potencial para se entender a cultura local de Umarizal/RN. Antes de iniciar descrevendo as celebrações organizadas por seu Lolô, cabe contextualizar um pouco a sua trajetória.

Um breve release da trajetória de vida de seu Lolô nos permite compreender melhor as dinâmicas que se imprimem na diversidade religiosa que ele consegue elaborar. Pois, tanto há elementos de religião de matrizes africanas como católicas. Nos seus discursos percebeu-se que ele foi uma criança pobre, criada por duas tias: “Eu convivi com duas pretas dos Bacocos, duas irmãs, Vicência e Josefa, tudo preta. Elas pedia esmolas” (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009). Relatou ainda que, ao contrário das outras crianças, não teve infância, pois os únicos contatos eram com adultos, o que contribuiu para aprender os benditos, as histórias de trancoso, a dança do são de Benedito (o santo preto como costumava se referir) e as novenas de santo Antonio dos Pobres.

Relembrou que nas noites de lua a família costumava reunir-se juntamente com os vizinhos em torno do *murrão*, uma espécie de lampião movido a óleo de mamona que alumia enquanto as pessoas conversavam e reafirmavam os laços afetivos.

Lembro muito que quando era de noite se fazia um fogo no meio do terreiro. Chamava acender o *murrao*. Minha mãe dizia vá caçar *carrapato de carrapateira* [*Ricinus communis* L.]. A gente pegava o carrapato, depois pisava muito bem pisado. Depois, arranjava sebo de gado ou de carneiro [gordura animal], misturava com o carrapato

pisado, quando acabar pegava uma tira de mescla [tipo de tecido]. A gente pegava aquele sebo com o carrapato, enrolava naquela tira de pano e botava dentro de um caco de barro. Aí, tocava fogo. Ali, queimava a noite todinha. A gente ficava em torno daquele fogo escutando as histórias até a hora de entrar. Chegavam aqueles vizinhos que vinham fazer *boca de noite*. E eu não tinha mais com quem brincar, ficava escutando aquelas conversas. Aprendi marcha de oito rodas, *maria julha* se chamava a “chula” (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009. Grifo meu).

Quando ele se referia a esses tempos de convivência com as tias já falecidas, chamava de *as coisas da antiguidade que estão se perdendo*. Mesmo que agindo solitariamente na tentativa de preservar os fragmentos de memória da cultural local, seu Lolô tem orgulho de poder manter e mostrar para as pessoas modos de vidas de outrora que para ele não encontram mais espaço na atualidade. Ele possui a convicção de que está fazendo o seu papel que é a tentativa de garantir que as futuras gerações também possam conhecer as origens, conseqüentemente, construir suas identidades.

Aos dezoito anos de idade, seu Lolô foi trabalhar como cozinheiro, no bairro Alto do Louvor, em Mossoró/RN. O estabelecimento era um bordel, denominado por ele de *casa de currutela*. Só depois que fez uma viagem à cidade de Canindé/CE e que visitou um bordel chamado de Riso da Noite, decidiu abrir o seu próprio negócio em Umarizal/RN. Durante o período em que possuiu esse tipo de estabelecimento, que acabou nos anos de 1985, também realizava *trabalhos de cura* com a ajuda de guias espirituais, como o caboclo Jurandir e Catirina Liberata.

Essa minha profissão ninguém conhecia ainda... Eu fui e coloquei o Riso da Noite [casa de currutela] do mesmo jeito que eu vi no Canindé, antigamente. Nesse tempo, as coisas era muito difícil. Chica era cozinheira da casa de Dr. G., de Natal. Então, Chica [convive com ele até hoje], mulher de vida livre, nesse tempo se chamava *mulher solteira*. E, tinha que as meninas irem *fazer sala* pros homens. Nunca maltratei nenhuma (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009).

Outra referência sempre presente na fala de seu Lolô é a figura de Mãe Zefinha, de quem teria herdado o ofício de rezador e de parteiro. “Aqui, quero que seja a *Casa Mãe Zefinha*, em homenagem aquela velhinha que está na parede. Foi a melhor curadeira e parteira” (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009), se referindo à residência dele.



Parteira mãe Zefinha segurando uma criança – Umarizal/RN. Fonte: Acervo particular de Seu Lolô, 2009

Embora ele afirme que as primeiras experiências de fazer parto foram acompanhadas por mãe Zefinha, realizou um curso nos fins dos anos 1980, com enfermeiros em Tibau/RN, através do Projeto Rondon. Durante o curso aprendeu as técnicas de assepsia e aprimoramento para poder prestar atendimento às parturientes. Seu Lolô resumiu as técnicas usadas para realizar um parto:

Eu lavo as minhas mãos muito bem lavada, com álcool. Depois, vou com esse dedo aqui [anular], o dedo *purificador*, e coloco [na vagina]. Boto esse outro , e vou abrindo, cedendo. Aí eu vou abrindo e fazendo assim, circulando. A bolsa presente pronta pra estourar, aí você vai pegar um palitinho, abre a bolsa e estoura. Abre um pouquinho, vem a cabeça. Puxa e vem assim, feito como filhote de cabra e vaca, é a mesma coisa. Eu vou aqui com a mão, aqui por debaixo da cabecinha e vou ajeitando aqui e, essa outra (mão) vou fazendo, até chegar no menino. Se impancar [parar], eu vou com calma, volto um pouco pra deslocar e de novo, circular pra ver em que altura tá o colo dela, pra poder puxar a criança. Sei que nessa história, eu já peguei seis (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009. Grifo meu).

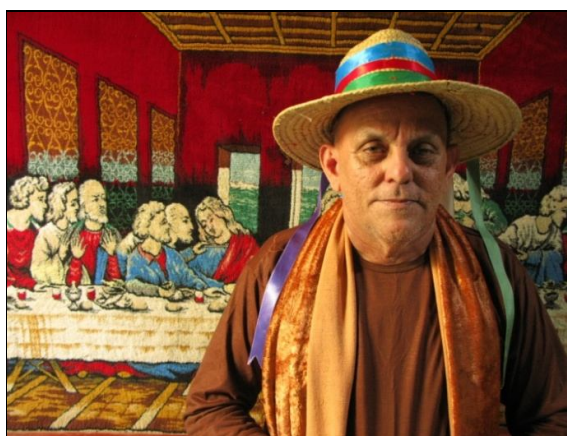
No intuito de demonstrar os procedimentos que ajudam a mulher no trabalho parto quando este apresenta complicações, seu Lolô, simulou os gestos que permitem colocar a criança na posição de nascer.



Seu Lolô demonstrando as técnicas que ajudam a parturiente dar à luz - Umarizal/RN.
Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo com ele, quando a criança não está na posição correta, que seria a cabeça coincidindo com o baixo ventre da mãe e as pernas posicionadas em direção ao estômago, não há como ocorrer o nascimento. Para tanto, é necessário que a parteira (o) experiente tenha conhecimento de técnicas que ajudem o bebê a encontrar o caminho de saída. O parteiro demonstrou que a primeira coisa a fazer é verificar onde está localizada a cabeça da criança no ventre da mãe. Depois, caso o bebê esteja *atravessado*, suspende a mulher, apoiando-a pelos quadris dando pequenos solavancos com o intuito de conduzir a criança para o local correto.

Não é necessário ter um olhar de etnógrafo para logo perceber que nos vários elementos existentes “complexo de seu Lolô¹⁶” estão conectados situações e objetos que dialogam com a sua trajetória pessoal.



Seu Lolô com adereços usados na dança de São Gonçalo - Umarizal/RN.
Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

¹⁶ Optou-se por usar o termo “complexo” para designar o contexto religioso construído pelo senhor Lolô.

Os elementos que compõem esse “complexo” dialogam bem próximo do que Araújo [2004 (1961)], em sua obra “Medicina Rústica” denominou de “catolicismo brasileiro ou folk”. Para exemplificar o contexto em estudo, optou-se por usar o termo “catolicismo popular”, o que não muda o seu sentido. Uma vez que se trata de práticas mágico-religiosas construídas pelo povo, a partir das necessidades que surgem no cotidiano, utilizando alguns elementos da Igreja Católica, como as orações do Pai-nosso e Ave-maria. Para Araújo [2004 (1961), p. 87], são práticas seguidas por pessoas menos esclarecidas que, nas suas práticas religiosas, revelam o sincretismo de fórmulas mágicas, medicina e religião. O complexo de seu Lolô dá conta ou pelos menos tenta construir explicações que mesclam ritos da religião católica e curas espirituais através da benzeção e de outros elementos mágicos, como velas, incensos, óleos e água benta.

No complexo, encontram-se elementos que contribuem para a preservação de um patrimônio cultural herdado da sua família e entes amigos. Verifica-se que os aspectos do patrimônio material (a igreja e o museu) e do patrimônio imaterial (os benditos, a dança de são Benedito e as comidas dos *bacocos* ensinadas por suas tias pretas) são ressaltados em suas mais diversas formas: rezas, danças e narrativas.

O museu Padrinho Cícero, parte desse contexto, preserva um acervo que pertenceu aos seus familiares, como a almofada com bilros para fazer renda, imagens sacras, bem como um acervo significativo com artefatos e fotografias referentes ao cangaço. Segundo seu Lolô, a maioria dos objetos pertenceu ao bando de Lampião, quando, no ano de 1927, passou pela região.



Parte do acervo do Museu Padrinho Cícero mantido por seu Lolô: almofada de bilros e artefatos do cangaço – Umarizal/RN. Fonte: Integra e Consultoria, 2009

Seu Lolô é devoto de são Gonçalo e de santo Antonio dos Pobres. Em 2002 construiu, com recursos próprios, uma capela, no bairro da COHAB, para homenagear esse último. As comemorações acontecem nos meses de junho de cada ano, num período de treze dias, que ele denomina de *trezenas*, no qual são celebradas novenas e o último dia de evento, que é o dia treze (destinado à santo Antonio), é comemorado com a parte religiosa que acontece no interior da igreja e, após, no pátio da igreja, é encenada a dança de são Gonçalo.



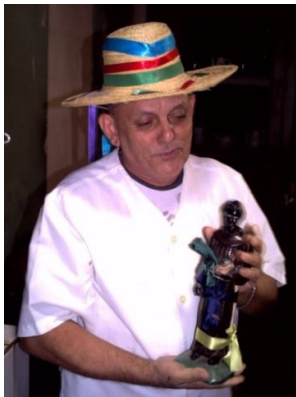
Igreja de santo Antonio dos Pobres e uma pequena descrição de uma tradição que está na família há três gerações – Complexo de seu Lolô - Umarizal/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Para a construção da capela, o senhor Lolô contou com a colaboração da população, principalmente, devotos de santo Antonio e daquela que reside no bairro da Cohab, onde está localizada a pequena edificação. Para conseguir arcar com a manutenção da capela, o proprietário conta com a colaboração mensal desses devotos, que pode ser em forma de dinheiro ou cestas básicas.

Para fazer parte da congregação, é só você dar o nome e freqüentar todos os treze dias. Ter um compromisso certo com o meu Santo Antonio Lisboa e o meu Santo Preto, de vim deixar a carência, um quilo de alimento. Todo dia treze de cada mês, você se destina a deixar uma doação. Tem uma senhora que manda de São Paulo, uma quantiazinha. Ela queria um negócio lá, do emprego dela, e deu certo. Ela se valeu e veio ajudar os carente. A avó desse menino, fez um tratamento nos rim, fez uma promessa, uma prece pra dar nove feiras (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009).

As doações são transformadas em alimentos, e doadas aos necessitados da cidade. “Essa capela, ta com sete anos, que eu levantei. Sozinho com Deus. Santo Antonio é o padroeiro e São Gonçalo, é meu santo Preto de coração” (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009). São Gonçalo o santo Preto, é lembrado por seu Lolô como um

patrimônio herdado da sua avó, Maria Francisca da Conceição, nascida no ano de 1901.



Seu Lolô expondo a imagem de São Gonçalo – Umarizal/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

A parte religiosa da celebração é composta por *trezena*. O que é diferente da novena. Enquanto a primeira é celebrada durante treze dias, a novena é celebrada durante nove dias. E mais, complementa seu Lolô: “na novena, você começa pelo sinal da Santa Cruz. Na trezena, nós começa assim, ‘Deus, meu império, Glória padre e espírito de santo/ se quiserem me prender. Vamos pra festa do meu Santo Preto’” (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009). Depois disso, a trezena segue semelhante a uma novena. Reza-se a ladainha, a oração da salve-rainha e as jaculatórias.

As festividades que acontecem durante os primeiros treze dias do mês de junho homenageiam os dois santos. No entanto, há um momento religioso que, acontece no interior da igreja e o outro, na qual se realiza a dança em homenagem ao santo Preto. “Eu juntei elas numa só, que é a jornada”, acrescentou seu Lolô.

Para realizar essa celebração, o proprietário recebeu contribuições de amigos e vizinhos, como refrigerantes, copos descartáveis e tecidos para montar o figurino para encenar a dança do santo Preto.

No ano passado eu tive ajuda de um filho de nosso doutor daqui, seu Guarati, pessoa muito boa. E doutor Édimo, advogado, que patrocinou os refrigerantes. E a menina, patrocinou os copinhos descartáveis. Mandou quatrocentos copinhos (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009).



Após os treze dias de celebração, acontece o encerramento da festa marcado por fogueira, comidas e apresentações teatrais. Além disso, acontece a procissão com o *pau de santo Antonio*. “A gente pega aquele pauzão de madeira e todos os devotos sai com ele na costa, cantando, fazendo a caminhada” (Seu Lolô, Umarizal/RN, 2009).

CAPÍTULO 2: AS NARRATIVAS DO CANGAÇO

2.1 A tentativa de Macilon

No ano de 1927, Lampião ameaçou invadir a cidade de Apodi/RN. O então prefeito municipal, o senhor Francisco Pinto, tentou unir forças na cidade para combater a invasão do bando. Neste período, o município de Apodi/RN era uma província, constituída por um pequeno número de casas e poucas ruas, de modo que não possuía uma população significativa para enfrentar o levante do bando de cangaceiros. Na tentativa de evitar que o bando saqueasse o vilarejo, algumas pessoas se prepararam para enfrentar a ira dos bandoleiros, destacando-se, dentre os moradores que o fizeram, o senhor José Manoel da Costa, agricultor, e o seu neto, o senhor Eduardo Targino. Eles ficaram entrincheirados na entrada da cidade, ao entardecer, tocaiando o bando de Lampião. Porém, o bando não invadiu a cidade, temendo uma emboscada, uma vez que o vilarejo só possuía uma saída, e não apresentava vantagens suficientes para tal investida. “Lampião não entrou na cidade, teve medo porque só tinha uma saída e ficou por fora, escondido nas Marrecas” (Antônio Manoel da Costa – Lajedo de Soledade/RN, 2009).



Antônio Manoel da Costa - Lajedo de Soledade, Apodi/RN. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Segundo Raul Fernandes (1982), em sua obra “A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró”, o cangaceiro Macilon era quem liderava parte do grupo de facínoras durante a passagem pelas terras do município de Apodi/RN, enquanto o capitão

Lampião seguia seu destino à Mossoró, com o restante do bando. Fernandes (1982, p.112-113), assim descreve:

Da fazenda Santana, desgarrou-se do grupo um troço de cabras chefiados por Macilon, para assaltar a cidade de Apodi [...] À frente de um punhado de praças e paisanos, postara-se a sua entrada. Por volta das sete horas da noite avistaram os salteadores e abriram fogo. Os bandidos acovardaram-se ante a reação. Retrocederam e foram juntar-se ao grosso dos companheiros em São Sebastião.

As histórias sobre o cangaço no município de Apodi/RN não apresentaram detalhes sobre a passagem do bando pela região. A memória coletiva corrente demonstrou relatos que foram repassados via transmissão oral entre poucas famílias, de modo que hoje, praticamente não há informações precisas sobre essa narrativa no município.

2.2 O cangaço e as botijas

Na cidade de Campo Grande/RN apenas dois informantes demonstraram ainda conhecer histórias que remetem à passagem do bando de Lampião pela região. Dentre eles, o senhor Eduardo Matias, noventa e dois anos, agricultor e aposentado e o Júnior Liberato, professor de geografia.

O primeiro declarou ter vivenciado a história de Lampião e do cangaço durante a sua infância, mas informou que não precisou sair de casa junto com a família porque residiam numa localidade que era trânsito de pessoas. Contou que o bando de Lampião passou nas proximidades de Campo Grande/RN quando estavam a caminho de Mossoró/RN.

Ele passou bem perto, mas não fez traficância. Não sei dizer os cantos que ele passou. Lampião não mexia com essa família Veras, pelo menos foi o que eu soube. Dizem que um companheiro dele [cangaceiro] tinha morado aqui. Aí, ele prometeu de não bulir com ninguém. O homem era do Ceará, mas esteve uns anos por aqui, eu o vi muito. Chegou fugido do Ceará, porque matou um sargento de polícia por lá. Quando chegou em Campo Grande/RN, pediu proteção a Seu Davi, mas ele que disse não ter suficiência de proteger. Então, ele disse que ia se juntar à força de Lampião. Sei que o cabra era derrubador de gado, corria em vaquejada, eu vi (Eduardo Matias - Campo Grande/RN, 2009. Grifo meu).

Continuou relatando sobre a história da invasão do bando de Lampião à cidade de Mossoró.

O bando passou em Caraúbas com os cabras e foram para Mossoró. Quando entrou na rua [Mossoró], já estavam esperando por ele [a polícia]. Atiraram lá da torre da igreja e balearam um dos cangaceiros dele e o *menino de ouro*, também cangaceiro. Aí, eles correram e foram embora. Mas, um dos que estavam baleados, procurou uma casa em busca de remédio pra poder ir embora, aí deram parte dele [denunciaram à polícia]. Os soldados chegaram lá e mataram. O *menino de ouro*, filho de Lampião, tinha doze anos. Foi embora com o povo pro Ceará, aí ele não resistia mais para viajar, aí eles acabaram de matar ele, enterraram e foram embora (Eduardo Matias - Campo Grande/RN, 2009. Grifo meu).



Eduardo Matias, narrativa do cangaço Campo Grande/RN.
Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

Com base no relato feito pelo senhor Eduardo Matias não foi possível identificar com precisão os locais, objetos e pessoas que vivenciaram fatos relacionados ao cangaço na cidade de Campo Grande. A partir das observações feitas com base no relato do colaborador, a cidade de Campo Grande/RN não apresenta memória significativa relativa ao cangaço e sobre a passagem de Lampião nas proximidades do município. Mesmo assim, Eduardo Matias foi citado por alguns moradores como uma pessoa conhecedora das histórias de cangaço e que rememora o passado histórico do município.

O segundo colaborador, Júnior Liberato, informou que tomou conhecimento das histórias do bando de Lampião por intermédio de seus avós.

Foi com meus dois avós, Manoel Liberato Filho, que faleceu aos 82 anos; e Manoel Nascimento de Almeida que conheci as histórias de Lampião. Eles nos contavam que chegavam a se esconderem em alguns serrotes próximos as suas residências. No caso do Manoel Liberato, proprietário da Faz Lagoa, aqui em Campo Grande, ele chegou a se esconder no Serrote das Cobras, à noite, temendo o ataque do grupo de Lampião (Júnior Liberato - Campo Grande/RN, 2009).

Com base no que seus familiares narraram, Júnior Liberato relatou algumas histórias do cangaço e principalmente do bando de Lampião, nos anos de 1925 e 1926.

Os assuntos são mais referentes quando ele [Lampião] estava nas proximidades de Mossoró, de Apodi e do próprio estado do Ceará

que fica aqui próximo. Nos momentos que o grupo se aproximava desses municípios, aqui em Campo Grande e nas cidades vizinhas, as pessoas saíam das suas casas para se protegerem durante a noite, temendo a possibilidade de invasão do bando (Júnior Liberato - Campo Grande/RN, 2009. Grifo meu).

Outro assunto que se pode fazer uma relação com o contexto de saques realizados pelos cangaceiros, são as histórias de botijas. As famílias mais abastadas que residiam nessa região costumavam guardar os seus numerários em baús, cuias, potes etc., e temendo que fossem assaltadas pelos cangaceiros, enterravam o dinheiro. Segundo Júnior Liberato existem nas últimas ruínas do município vestígios de botijas. “Nesse período, as famílias que tinham bens do tipo prata, patações de ouro, espécie de moeda da época, ou até mesmo jóias preciosas enterravam esses bens em algum lugar da casa para guardar”, afirmou Júnior Liberato.

O entrevistado informou não presenciar a retirada das botijas, mas disse que encontrou alguns lugares escavados, que indicavam os vestígios da presença dessas botijas.

Nós temos a notícia dos mais velhos, de pessoas que sonharam com as botijas e, principalmente de dez anos para cá, a gente tem ido visitar os locais dessas possíveis botijas e temos encontrados os buracos cavados. Recentemente em janeiro de 2005, nós encontramos os buracos escavados (Júnior Liberato - Campo Grande/RN, 2009).

O entrevistado falou sobre dois lugares onde teriam encontrado vestígios da existência das botijas em Campo Grande. Alguns sinais teriam sido encontrados nas ruínas da antiga fazenda Aleluia, datada de 1788 e que pertenceu ao primeiro Desembargador do Império, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, natural do município. Ele assumiu esse cargo em 1874, por sinal alto cargo da Corte Brasileira. Segundo o entrevistado, quando D. Pedro viajava para Portugal deixava o país sob o comando do filho ilustre de Campo Grande/RN.

Existem nas ruínas da casa quatro botijas, cujas marcas foram deixadas nas paredes da referida fazenda. “A marca mais recente de *botija arrancada* é de 2005, onde um casal se aproximou da casa velha da Aleluia (em ruínas) e logo que eles saíram ficou o buraco numa das entradas, enfatizou o informante.



Junior Liberato mostrando o local onde teria sido retirada uma botija: Casa da antiga fazenda Aleluia – Campo Grande/RN. Fonte: Henrique José, 2009

Há também vestígios de botijas na Casa de Pedra, no sítio Salgado. Essa casa pertenceu ao Tenente Aleixo, por volta de 1850, um dos maiores proprietários de terra dessa região, relatou Júnior Liberato.

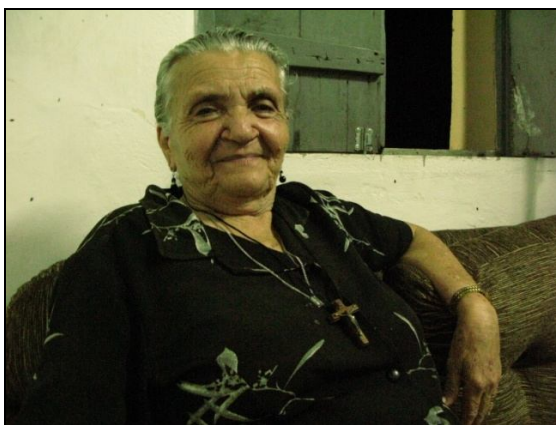
2.3 O seqüestro de Antonio Gurgel e a fazenda Santana

Felipe Guerra/RN talvez tenha sido um dos municípios da região do Alto Oeste Potiguar que mais se destacou por ainda manter na memória dos moradores histórias e narrativas relacionadas à passagem do bando de Lampião pelas proximidades. Para respaldar a pesquisa, contou-se com a colaboração da senhora Maria Gurgel, setenta e dois anos, viúva; o senhor Raimundo Francisco das Chagas, oitenta e cinco anos, casado; e o senhor Miguel Julião, noventa e sete anos, também viúvo.

Dona Maria Gurgel é professora aposentada, reside atualmente na Cidade Baixa, parte antiga do município de Felipe Guerra/RN, em um casarão que pertenceu ao senhor Tilon Gurgel, fundador da cidade, seu bisavô. Ela contou que seu tio Antonio Gurgel do Amaral, ex-prefeito de Natal, conhecido como Coronel Gurgel, foi capturado pelo bando de Lampião, nas proximidades da Fazenda Santana¹⁷, quando os cangaceiros seguiam para a cidade de Mossoró/RN, em meados do ano de 1927. Durante o sequestro, o senhor Antônio Gurgel teria feito uma promessa a Santo Antônio, jurando que se escapasse do bando com vida, ergueria na fazenda uma pequena igreja, conhecida como *capela*, em homenagem ao santo. Hoje a capela não existe, foi demolida. Restam apenas relatos e registros fotográficos sobre aquela construção.

Ele fez uma promessa, quando o bando pegou ele. Isso aí eu sei porque eu morei muito tempo no Brejo, ali pertinho, e ele ainda era vivo, era um velho muito conversador e dizia que quando foi pego, lembrou-se logo de fazer uma promessa para Santo Antônio, que se eles [o bando] soltassem ele, construía uma capela para o santo (Dona Maria Gurgel, Felipe Guerra/RN, 2009. Grifo meu).

¹⁷ A residência foi construída na década de 1910 do século passado, pelo fazendeiro Manoel Valentim e o bando de Lampião teria sido atraído pela fama da riqueza desse proprietário.



Maria Gurgel - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009



Capela de Santo Antônio no sítio Santana – Felipe Guerra/RN: objeto de uma promessa feita pelo Coronel Gurgel caso não fosse assassinado pelo bando de Lampião. Foi demolida na década de 1970. Fonte: Raul Fernandes, 1971

Uma das histórias contadas com muita emoção trata das constantes fugas em abrigos nas matas e serras da região, na tentativa de livrar-se dos ataques do bando de Lampião em Felipe Guerra/RN. Sabendo que os cangaceiros estavam próximos à Fazenda Santana, o seu avô reuniu a família para fugir e se refugiaram na Serra do Peixoto.

Ela ainda explicou como era o município de Felipe Guerra naquele período e que na fuga outras famílias acompanharam seus pais:

Cidade Alta que eu falo é a cidade mesmo, mas que naquele tempo num existia. Só tinha a casa de Lúcia, Bilina e a de João Chico. Aí, quando minha mãe passou mais meu pai na estrada, acompanharam. Foi todo mundo. Deixaram as casa aberta e tudo, e foram embora para o Peixoto, pra dentro da serra. Num tinha casa,

num tinha nada, era tudo mato. Aí, mamãe disse que chegaram lá, ficaram debaixo dos pés de árvore, e daí fincaram uns paus pra armar as redes para os meninos, pois os grandes num dormiam, ficavam vigiando (Dona Maria Gurgel - Felipe Guerra/RN, 2009).

Dona Maria Gurgel recordou que sua mãe relatava alguns momentos difíceis que passou durante o refúgio. Ela contou que quando seus pais chegaram na Serra do Peixoto, ao armarem o acampamento para a família, caiu uma forquilha em cima de sua irmã mais velha, deixando-a gravemente ferida. Disse ainda que seus pais passaram muito tempo no refúgio com a filha acidentada, *morre num morre*, mas não podiam ir atrás de socorro, temendo o encontro com o bando de cangaceiros. O local escolhido para o refúgio foi à sombra das oiticicas, uma árvore típica da região do Alto-oeste Potiguar, que possui copa larga, com galhos extensos e que se mantém verde durante as quatro estações do ano, servindo de abrigo para viajantes, tropeiros e animais do campo.

O episódio do bando de Lampião saqueando as famílias por onde passava, contribuiu para outras narrativas muito comuns na região – as histórias de botijas. Nessa época as pessoas de posse que viviam nas zonas rurais não usavam os bancos para guardarem suas moedas de ouro e jóias, geralmente, as guardavam em baús ou potes de barro e enterravam para evitarem de serem roubadas. Dona Maria contou algumas histórias de botija relacionadas à passagem do bando de Lampião. Algumas envolvendo membros da sua família, como por exemplo, a história do avô do seu marido, o senhor Tibúcio. “Dizem que o finado Tibúcio mandou enterrar dois baús com quatro latas cheias de prata, de ouro, de tudo” (Dona Maria Gurgel - Felipe Guerra/RN, 2009).

O senhor Raimundo Francisco, residente no sítio Santana, é outro colaborador que conhecia algumas histórias que ouviu de familiares. Relatou que durante sua infância, por várias vezes se refugiou com os pais, *mato adentro*, temendo o retorno do bando de Lampião ao sítio que havia se tornado referência, por ter sido o local que Antonio Gurgel teria sido seqüestrado por Lampião e seu bando.

Ele contou um pouco da história local, descrevendo como era o sítio Santana na década de 20 do século passado.

Aqui, na época, só tinha três casas: tinha essa casa aqui [a casa que aparece na foto abaixo], tinha uma casa velha que caiu aculá e tinha a casa que, devido a promessa de Lampião, venderam e fizeram uma igreja católica [se referindo a capela de Santo Antonio]. Quem fez essa promessa foram os familiares de Antônio Gurgel, que se ele escapasse do seqüestro fazia uma igreja aqui em Santana. Isso em 1927, que aconteceu o caso, e eles vieram construir a igreja em 1941 (Seu Raimundo Francisco, Sítio Santana – Felipe Guerra/RN, 2009. Grifo meu).

Narrou ainda que para a construção da capela, a comunidade de Felipe Guerra se mobilizou e realizou vários *leilões*¹⁸, com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da igreja de Santo Antônio, promessa feita pela família do senhor Antônio Gurgel. Ele recordou a imagem que se tinha de Lampião à época. “Lampião era assim uma pessoa, naquela vida dele, era assim um assombro grande e no mesmo instante, era assim como Luis Gonzaga, tinha uma fama grande espalhada aí por todo país” (Raimundo Francisco, sítio Santana - Felipe Guerra/RN, 2009).



Raimundo Francisco: Casa velha do sítio Santana – Felipe Guerra/RN.
Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

O senhor Miguel Julião¹⁹, noventa e sete anos de idade, morador do sítio Brejo, zona rural do município de Felipe Guerra/RN, relatou ter conhecido as histórias da passagem do bando de Lampião próximo às terras do sítio Santana, o que descreveu em detalhes: “Eu lembro bem. Foi no dia treze de junho de vinte e sete, passamo aqui o dia! Quando Lampião passou, isso na boca da noite, a gente

¹⁸ Geralmente, quando se comemora as festas de padroeiros costuma-se preparar bolos, bebidas e outros produtos para serem leiloados em prol de alguma obra da igreja. Nesse caso, os leilões tiveram como objetivo a construção da capela.

¹⁹ Em virtude da idade avançada, alguns detalhes como nomes de pessoas, o senhor Miguel Julião já não lembrava mais.

tava mais ou menos ali, naquela casa branca [apontou para a casa vizinha], que hoje é da minha filha”, relembrou ele.



Miguel Julião sentado em frente à sua casa - Felipe Guerra/RN.
Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Seu Miguel Julião ouviu do próprio Antônio Gurgel a história do seu seqüestro e descreveu o fato em detalhes.

Eles chegaram em Santana, aí eles se acamparam e todos ficaram preparados, na boquinha da noite. Sei que eles pegaram três da família Gurgel, o senhor. Fausto, o senhor. Zé Tibúcio, que era o mais velho, e o senhor. Antônio Gurgel, que vinha de Ceará-Mirim/RN (Miguel Julião, sítio Brejo - Felipe Guerra/RN, 2009).

O informante disse que o passa tempo preferido de Antonio Gurgel era fabricar gaiolas para pegar passarinho. E enquanto o ajudava nessa atividade, ouvia da vítima de Lampião, detalhes dos momentos que viveu sob o poder do *temeroso cangaceiro*, palavras do senhor Miguel Julião. O curioso nisso tudo, conta o informante, é que o bando tratava o prisioneiro (Antonio Gurgel) com muito respeito e atenção. Ainda de acordo com ele, o bando de Lampião pediu cerca de vinte e um mil contos de réis pelo resgate dos senhores Antônio Gurgel e Zé Tibúcio, através de um bilhete enviado à família Gurgel sob os cuidados do irmão, o senhor Fausto Gurgel. Essa informação também é descrita por Fernandes (1982) na obra “A marcha de Lampião: assalto a Mossoró”.

Continuou dizendo que o bando seguiu para a cidade de Mossoró com os prisioneiros, na tentativa de invadir caso o Prefeito Municipal na época, o senhor Rodolfo Fernandes, não enviasse ao bando o valor de quatrocentos contos de réis. “Quando chegaram em Mossoró, o prefeito mostrou ser duro e aguentou bem e não mandou o dinheiro. Aí, eles desceram a cavalo, a turma todinha com Lampião” (Miguel Julião, sítio Brejo - Felipe Guerra/RN, 2009).

De acordo com os entrevistados Dona Maria Gurgel, o senhor Raimundo Francisco e o senhor Miguel Julião, o caminho percorrido pelo bando de Lampião estaria localizado no meio da caatinga, em trilhas e/ou caminhos que existiam na região denominada *Sertão de Pedra*, que corresponde, atualmente, às terras pertencentes aos municípios de Caraúbas, Apodi e Felipe Guerra.

Dona Maria Gurgel ainda acrescentou que o senhor Antônio Gurgel e o senhor Fausto Gurgel (irmãos) foram abordados pelo bando de Lampião quando estavam no caminho da fazenda das Marrecas, propriedade do seu avô, o senhor José Tibúcio, localizada no município de Felipe Guerra. Ela contou que apenas o Antônio Gurgel foi raptado, e que o bando libertou o senhor Fausto para que ele solicitasse o valor do resgate do seqüestro ao Prefeito de Mossoró.

Segundo o senhor Raimundo Francisco, a *casa velha* do sítio Santana, pertencente ao senhor Manoel Valentim, localizada na zona rural do município de Felipe Guerra, seria um dos locais por onde o bando de lampião teria passado durante a viagem em direção a Mossoró/RN. Atualmente, a casa se encontra em ruínas.



Fachada da casa velha do sítio Santana - Felipe Guerra/RN.
Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009



Interior da casa velha do Sítio Santana: vistas do telhado e cômodos - Felipe Guerra/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Enfatizou seu Miguel Julião, que o bando de Lampião não entrou na cidade de Felipe Guerra e sim, passou pelas imediações, chegando a adentrar as terras da Fazenda Santana pertencentes ao senhor Tibúcio naquela época. Segundo informações da comunidade, a fazenda Santana não pertence à família Gurgel e a *casa velha* pertence, atualmente, à ONG Visão Mundial.

Ao saírem da fazenda Santana, Lampião e o bando levaram o fazendeiro Antônio Gurgel, também conhecido como Toinho Gurgel, e a esposa do prefeito da cidade de Luis Gomes/RN, a senhora Maria José, os quais foram levados para Mossoró e soltos dezoito dias depois, no estado do Ceará.

Durante a tentativa de invasão à cidade de Mossoró/RN, ocorreu a morte de dois cangaceiros do bando de Lampião, denominados Colchete e Jararaca.

Depois eles desceram, pegaram a estrada, aí iam pra Mossoró buscar o dinheiro. Não tinha dinheiro, mas tinha bala. Mossoró, naquele tempo, era uma lonjura só. Aí mandaram um portador pra receber o dinheiro do Prefeito, e ficaram nessa troca. Então começou tiro, tiro, haja bala! Morreram dois, Colchete e Jararaca (Miguel Julião, sítio Brejo - Felipe Guerra, 2009).

Com base nos dados coletados na pesquisa em Felipe Guerra/RN, foi possível verificar que os moradores daquela localidade, mais precisamente, os da Cidade Baixa, dos sítios vizinhos às propriedades da família Gurgel e moradores mais antigos têm conhecimento desta narrativa e recontam o fato, embora não saibam informar detalhes precisos dos momentos históricos. Em geral, pôde-se perceber que as narrativas em torno desse fato ainda existem no imaginário coletivo da população local.

2.4 A antiga estação ferroviária

Durante o contato realizado com Dona Elzira, oitenta e um anos de idade, agricultora, aposentada e moradora do sítio Bonito, contou-se com a colaboração de dois interlocutores, a dona Lolete Carlos e Eugênio Edevaldo, que juntos também contribuíram com as narrativas da passagem do bando de Lampião pelas proximidades da cidade de Governador de Dix-Sept Rosado. Ao longo do texto, outros colaboradores contribuíram com a pesquisa, relatando o que ouviram dos familiares a respeito do fato em questão. Foram os senhores Zuza, setenta e um anos, aposentado e Luiz Ferreira, noventa e oito anos, agricultor, também aposentado. Ambos residem no sítio Bonito, zona rural do município de Governador Dix-Sept Rosado.

A entrevistada dona Elzira informou que o bando de Lampião passou pela cidade um ano antes do seu nascimento. Ela ficou sabendo das histórias do cangaço por intermédio de seus pais e pelos vizinhos mais velhos, que aproveitavam qualquer reunião familiar para relembrar a passagem de Lampião pela localidade.



Elzira Carlos do Vale, Lolete Carlos e Eugenio Edevaldo: narrativa do cangaço - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Segundo ela, quando o bando de Lampião se aproximava os habitantes das cidades e dos sítios ficavam aterrorizados. De acordo com ela, o bando de Lampião chegou à comunidade de Ramadinha, uma localidade de Governador Dix-Sept

Rosado, no dia doze de junho de 1927. Na ocasião, os cangaceiros ao chegarem lá mataram um rapaz e saquearam algumas casas.

Nas comunidades mais afastadas, as pessoas se escondiam nas matas e nos *pés das serras*, principalmente durante a noite. No dia seguinte após perceberem que o perigo havia passado, as pessoas retornavam às suas residências. Ela informou ainda que os animais domésticos como os cachorros e gatos também eram conduzidos para os abrigos. Com um detalhe: o dono dos cachorros amordaçava a boca dos cães com uma espécie de mochila (saco de pano) para evitar que eles latassem, pois qualquer barulho poderia denunciar os refugiados ao bando que estava perambulando pelas redondezas.

Uma das casas saqueadas pelos cangaceiros pertencia ao senhor Filirmino Carlos de Souza, morador antigo daquela comunidade (hoje a casa pertence ao senhor Otávio Barros). Dona Elzira informou que seu Filirmino era agricultor e cultivava principalmente algodão e feijão. Naquela época, se costumava armazenar os produtos colhidos das lavouras nos alpendres das residências. Quando o bando de Lampião passou em frente à residência de propriedade desse senhor, atirou fogo no algodão que estava armazenado no alpendre. Na ocasião, as pessoas já haviam fugido, abandonando seus pertences.

Segundo Dona Elzira, os cangaceiros ainda estavam nas proximidades da casa do senhor Filirmino, quando ouviram o apito do trem e saíram em direção à cidade de Governador Dix-Sept Rosado para chegar à estação e embarcar no trem rumo à Mossoró/RN. A cidade ainda mantém conservado o Complexo da Antiga Estação Ferroviária: o prédio da estação, a casa do funcionário da REFESA (extinta Rede Ferroviária Federal) e alguns poucos trilhos.



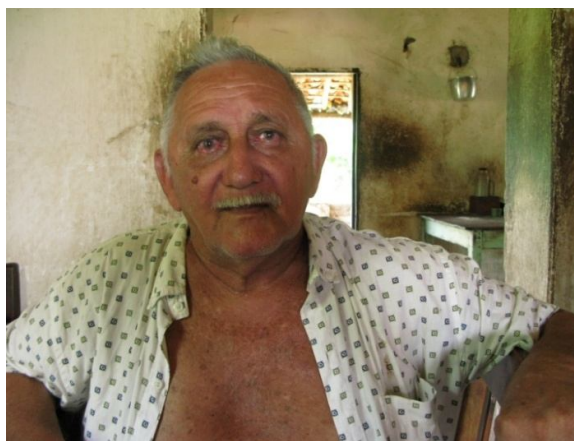
Complexo da Antiga Estação Ferroviária: o prédio da estação, a casa do funcionário da REFESA - Governador Dix-Sept Rosado. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2008

Complementou dona Lolete Carlos, filha de dona Elzira, que o bando não conseguiu embarcar nesse trem, e temendo represália por parte das autoridades de Mossoró, os cangaceiros cortaram a fiação das instalações do telegrafo para que a polícia não fosse avisada a respeito do plano de invasão à cidade. Informou ainda que Mossoró, naquele tempo, era uma cidade que já possuía um número considerado de policiais, e que Lampião, o *rei do cangaço*, não queria ser preso, então, com medo, saiu da estação e fugiu.

Eugênio Edevaldo complementou as informações a partir das histórias do cangaço e da passagem do bando de Lampião, contadas pela sua avó, Dona Elzira. Segundo ele, nessa data do dia doze de junho de mil novecentos e vinte e sete o bando passou a noite no Sítio Santana, e Lampião dormiu em baixo de dois pés de juazeiro. Antes de ir embora, o *rei do cangaço* deixou um rifle, algumas moedas e uma corda de laçar para o dono do lugar. Na manhã seguinte, dia treze de junho, o bando seguiu viagem, passando pelo Sítio Quixaba, onde seqüestrou o senhor Pedro José, que na época era o homem mais rico da região. O refém foi preso até Mossoró, onde tinha que arrumar dinheiro.

Dona Elzira disse que a mãe de Pedro José era uma senhora de idade avançada e quando os cangaceiros chegaram à sua residência para saquear, o seqüestrado já tinha colocado todo o dinheiro que possuía na rede onde ela estava deitada e falou: “façam tudo com a gente, mas não façam com essa senhora”. O senhor Pedro foi libertado ao chegar a Mossoró, mas não há registro se o resgate pedido pelos cangaceiros foi pago ou não.

José Pio Filho, conhecido por seu Zuza, acrescentou que o bando de Lampião colocou fogo na carga de um comboio na estrada perto do Sítio Carnaubinha. Naquele período era comum a existência de comitivas, que seguiam viagem por vários dias para entregar as mercadorias, que geralmente eram transportadas por meio de carroças ou burros. Essa comitiva que foi incendiada pelos cangaceiros vinha do sertão e estava levando algodão para ser vendido na cidade de Mossoró.



Seu Zuza: narrativa do cangaço - Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009

De acordo com ele, quando as pessoas da região do Oeste Potiguar ficaram sabendo do atentado contra o comboio, correram todas para se esconderem nas casas de taipa que havia na serra ou nas grutas e só voltaram quando tiveram certeza que os cangaceiros haviam ido embora. Relembrou que a sua família também fugiu, e que o pai dele contou que durante o dia eles retornavam com muito cuidado para colher o feijão e o milho que estava plantado.

Nessa época, de acordo com seu Zuza, a cidade de Dix-Sept Rosado era pouco habitada. Só existia a Igreja e algumas casas espalhadas, e as pessoas, quando souberam do bando, fugiram todas. Relatou que o bando, ao chegar à cidade, incendiou um caminhão, e logo depois atirou num carro que era dirigido por um rapaz, que levava um senhor doente (não faz referência aos nomes). Após sofrer o tiro, o rapaz correu para a estação de trem para avisar ao maquinista da intenção dos cangaceiros, que era embarcar em direção à Mossoró. Outro morador idoso (não tem referência do nome), que estava escondido dentro de uma residência

próxima à estação de trem da cidade, presenciou o momento em que os cangaceiros se aproximaram do trem, e ainda ouviu quando Lampião insultou o maquinista por não ter conseguido embarcar.

O senhor Luiz Ferreira, também morador da cidade, relatou que na época do acontecimento tinha dezessete anos de idade. Ele disse que o bando ao adentrar na cidade queimou um caminhão, e que o delegado (não cita o nome) ao saber do acontecido foi avisar às autoridades da cidade vizinha, Mossoró, que Lampião se aproximava.



Luiz Ferreira: narrativa do cangaço. Governador Dix-Sept Rosado/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2009.

Informou ainda que os cangaceiros ao chegarem a Mossoró foram recebidos à bala, e que a polícia teria matado um dos capangas de Lampião chamado de Jararaca e ferido um outro conhecido por *menino de ouro*, que era filho do rei do cangaço. Essa informação não se cruza com a história que está registrada no livro de Fernandes (1982), no qual ele cita que dois cangaceiros foram apreendidos em Mossoró, porém não diz se um deles era filho de Lampião.

O senhor Luiz Ferreira informou que o bando enviou, por meio de uma carta, ameaças contra o Pedro José (em poder de Lampião), mas não informou detalhes precisos sobre este fato. Mesmo tendo relatado as desordens que o bando realizou nessa época, o informante defendeu o *rei do cangaço* da seguinte forma: “seu Virgulino Lampião era um santo, porque nem sempre os capangas dele faziam o que ele queria. A *richa* toda começou porque mataram o pai de Lampião, pelo menos foi o que fiquei sabendo” (Luiz Ferreira - Governador Dix-Sept Rosado, 2009).

Com base nos relatos apresentados quanto à descrição dos possíveis locais percorridos por Lampião, foi possível especificar uma ordem cronológica da passagem do bando de Lampião em Governador Dix-Sept Rosado antes de seguir viagem em direção à Mossoró. No dia doze de junho de mil novecentos e vinte e sete, o bando chegou ao Sítio Ramadim. Ao sair de lá, foi em direção à Vila São Sebastião, como se chamava a cidade de Governador Dix-Sept Rosado na época. O bando pernitoou no dia doze no Sítio Santana, seguindo ao amanhecer para o Sítio Quixaba e logo após seguiu em direção a Mossoró. O bando ainda passou nas proximidades do Sítio Carnaubinha, onde queimou um comboio que transportava algodão.

Com base nas entrevistas realizadas em Governador de Dix-Sept Rosado foi possível perceber que a narrativa do cangaço, principalmente as histórias relacionadas ao bando de Lampião continuam presentes no imaginário coletivo da população, sobretudo entre as pessoas mais idosas.

Dona Lolete Carlos relatou que a narrativa do cangaço está presente no imaginário coletivo das pessoas, aparecendo principalmente nas festas juninas, com a organização de quadrilhas, e a caracterização das pessoas com as vestimentas típicas dos cangaceiros, lembrando a figura de Lampião e da Maria Bonita. Informou que quando completou oitenta anos da passagem de Lampião em direção a Mossoró, foi realizada uma cavalgada, que começou no Alto Oeste até chegar a Mossoró.

Contudo, na comunidade de Dix-Sept Rosado não há nenhuma festa expressiva que relembre o cangaço como acontece em Mossoró, que todo ano faz um espetáculo teatral denominado 'Chuva de Bala no país de Mossoró', o qual relembra a invasão da cidade pelo bando de Lampião.

2.5 O ataque à casa de Luiz Justino

Ao contrário das cidades vizinhas que tiveram suas rotinas abaladas pela passagem pelo bando de Lampião no ano de 1927, Paraú não recebeu essa visita. No entanto, oito anos mais tarde, em 1935 a tranquilidade do pacato povoado, pertencente ao município de Campo Grande, é perturbada pelos ataques do bando de cangaceiros, liderado por Manoel Procópio.

Mesmo não fazendo parte da horda de Lampião, pois já havia se passado quase dez anos da sua vinda ao interior do Rio Grande do Norte, o bando de Manoel Procópio agia de forma semelhante ao temido bando de outrora. A estratégia principal era atacar fazendeiros e comerciantes dos lugarejos e cidades. Foi o que ocorreu em Paraú, especificamente, quando o bando de cangaceiros, com sete integrantes, atacou a residência do senhor Luis Justino de Oliveira de Lima²⁰.

A seguir, a sua filha, dona Nerci, relatou em detalhes como ocorreu a desordem. Ela e a família passaram por momentos de terror.

Então, mamãe tava servindo o jantar, quando ela viu um homem entrando pelo corredor. Ela pensou que era brincadeira, aí disse: 'meu marido está doente, pare de fazer essa brincadeira'. Quando ela desconfiou que não era brincadeira, ela entra no quarto. Aqui, eles trancaram a porta com ela ali dentro do quarto. E quando trancaram a mãe, pegaram minha irmã mais velha, Rosália. Para que nós [todos ainda crianças] não gritassem, eles falavam pra minha irmã que iam serrar as pernas de mamãe. Minha irmã foi muito corajosa, me defendia, brigava com eles, meu pai *tava de cama* [doente] (Nerci - Paraú/RN, 2009. Grifo meu).

Enquanto os homens mantinham a família sob a ameaça constante de “serrar as pernas da mãe” e saqueavam a despensa e a bodega, a mãe de dona Nerci conseguiu fugir pelo *oitão* da casa e levar os filhos com ela. “Mamãe saiu pela porta que dava para o muro, né. Aí nós fugimos também. O povo fugiu também, abalou a cidade” (Nerci – Paraú/RN, 2009).

²⁰ De acordo com dona Nerci, o seu pai, nessa época, já estava doente, acamado. No ano seguinte, em 1936, ele faleceu.



Edificação saqueada pelo bando de Manoel Porpino – Paraú/RN. Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Depois do ocorrido, o pânico tomou conta dos moradores da pacata Paraú/RN, tal qual aconteceu nos municípios vizinhos, quando o bando de Lampião fez arruaças. Dona Maria Gurgel, residente em Felipe Guerra/RN contou que durante vários dias a população permaneceu refugiada nos *pés das serras*, temendo retornar às suas residências e serem surpreendidas pelos cangaceiros. “Nós passamos bem um mês, toda noite indo dormir fora de casa. Aí vem aquele movimento, político, carro cheio, soldado, soldado” (Nerci – Paraú/RN, 2009).



Ruínas da Fazenda Maxixi, saqueada pelo bando de Manoel Porpino e que pertenceu à senhora Maria Gondim, irmã de dona Nerci – Paraú/RN. Fonte: Ítegra Pesquisa e Consultoria, 2009

Após realizarem os saques e dispararem tiros contra as paredes da residência, os cangaceiros seguiram rumo ao sítio Maxixe, nas proximidades da cidade, onde residia a senhora Maria Hercília, conhecida por Maria Gondim, irmã de dona Nerci. “Mamãe, contava que eles chegaram lá na casa do Maxixe, pediram água e secaram o pote só de maldade. Mas num buliram, nem levaram nada” (Nerci – Paraú/RN, 2009).

Depois do acontecido, o que inicialmente era tido como temível, com o passar dos anos recebeu uma dose de humor. O senhor Paulo leitão, oitenta e três anos, esposo de dona Nerci, contou uma história engraçada que aconteceu com um morador da cidade.

Tinha um senhor aqui que carregou as economias que tinha num caixão, e se mandou... Aí, enganchou as pernas num graveto, num pau... pensou que fosse um cangaceiro e disse: ‘se for por esse dinheiro, toma aí!’ Jogou o dinheiro e foi embora. E outro que puxou a orelha do burro pensando que era o filho: ‘vem pra dentro’ (Pedro Leitão – Paraú/RN, 2009).

As próprias pessoas da comunidade no intuito de darem leveza ao acontecido constroem narrativas jocosas, talvez para dar um sentido de leveza a um fato que se demonstrou aterrorizante. As narrativas que apresentam esse tom de ‘graça’, contribuem para transmitir evento às outras pessoas.

2.6 Jesuíno Brilhante: o Cangaceiro Romântico

O contexto do cangaço em Patu/RN possui uma peculiaridade que o diferencia das demais narrativas existentes nos municípios vizinhos. Ao contrário de Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado e Mossoró que tiveram suas rotinas, no ano de 1927 do século passado, abaladas pelo cangaceiro Lampião. Em Patu/RN, localizado na mesma região do estado, há pouco registro oral, por parte da população local, sobre esse episódio. A não ser rumores de que o bando de cangaceiros passou pelos limites do município sem causar danos aos moradores. “Lampião passou aqui perto, em Boa Esperança, deu um fogo no velho lá e foi pra Mossoró foi onde ele perdeu” (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009). Mesmo assim, a cidade tinha um grupo preparado para defendê-la dos temerosos cangaceiros, como mostra a imagem abaixo.



Grupo pronto para defender Patu do bando de Lampião. Em cima, da esquerda para a direita, Joaquim Godeiro Sobrinho, Soldado Abdon, José Godeiro da Silva e João Caipora. Em baixo, da esquerda para a direita, soldado não identificado, José de Almeida, Almino Bento e João Inácio.
Fonte: Revista Roteiros de Patu

Consta na memória da população local, mais antiga, narrativas que remetem à figura emblemática de Jesuíno Alves de Melo, nascido no Patu, comarca de Martins/RN, na província de do Rio Grande do Norte, no ano de 1843. Era filho de João Alves de Melo, militante do Partido Liberal e Alexandrina Alves de Melo. Descrito por Brasil (1990), Jesuíno era visto como um homem pacato e centrado, sobretudo pela “serenidade e prudência com que resolvia todas as dificuldades de

sua vida” (BRASIL, 1990, p. 06). O pseudônimo “Brilhante” que passou a integrar o primeiro nome faz referências às qualidades pessoais da figura de Jesuíno.

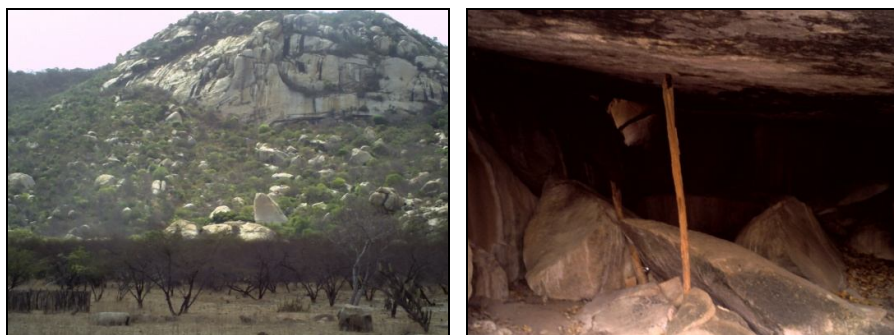
No ano de 1871, um acontecimento mudaria a vida de Jesuíno e de sua família. O assassinato de um ente familiar executado por Francisco, um dos integrantes da família Limão, natural de Catolé do Rocha/PB, faz com que Jesuíno prometa vingança pela morte bárbara. De acordo com Brasil (1990, p. 10), após o crime, Jesuíno teria alertado:

Jesuíno julgou oportuno cumprir o solene juramento que anos atrás fizera sobre o cadáver de seu sobrinho Francisco Alves Brasil, mandando avisar a Francisco Limão, o bárbaro assassino, **que se prevenisse que nos primeiros dias de abril iria matá-lo e em sua própria residência** (Grifo meu).

Após definir que sua rotina giraria em torno da fome de vingança, Jesuíno Brilhante passou a arrebanhar pessoas para juntar-se a ele em troca de proteção. Estava formado o bando de Jesuíno Brilhante. O senhor Miguel Ezídio, cujo pai teria conhecido Jesuíno Brilhante, contou que o cangaceiro oferecia proteção aos forasteiros em troca de trabalho no bando. Indagado se conhecia o local onde ele teria nascido, o informante disse:

Jesuíno é daqui do pé da serra. Eu matei muita caça nas terra. Logo quando eu comecei a caçar lá, na terra de Jesuíno, lá tem um olho d’agua grande, uma mangueira, que foi Jesuíno que plantou. Chama-se o Cajueiro. Num sei se ainda tem as forquilha, ele morava aqui, a família dele é toda daqui (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009).

A casa de Jesuíno Brilhante, no discurso do senhor Miguel é, na verdade, a Casa de Pedra. Local de difícil acesso, localizado no pé da serra, onde o cangaceiro se escondia. Atualmente, é um lugar de grande significado para a memória do município, trata-se de um patrimônio cultural com grande potencial turístico.



Casa de Pedra ou Casa de Jesuíno Brilhante – Patu/RN. Fonte: Íntegra Pesquisa e Consultoria, 2008

Assim como acontece em torno do mito de Lampião, no qual ele é amado por alguns e odiado por outros, com Jesuíno Brilhante ocorre algo semelhante.

Dizia que Jesuíno Brilhante protegia muito os pobres, ouvia papai contar. Sei que Jesuíno foi uma pessoa muito boa. Porque ele num fazia de ingratidão com ninguém. Quando um pobre pedia alguma coisa pra ele, num negava. Jesuíno tinha bom coração (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009).

O motivo principal que levou Jesuíno Brilhante a formar o seu bando de “cabras” e entrar para o cangaço, de acordo com o senhor Miguel Ezídio foi o roubo de uma cabra realizado por um integrante da família Limão. Esse fato não é mencionado por Antonio Brasil (1990). Nas palavras do informante, o acontecido teria sido assim:

Virou bandido, foi por causa de uma cabra. Tinha um tal de Preto Limão. Aí, esse Pedro Limão roubou uma cabra de Jesuíno. Ele era rapazinho novo, foi atrás da cabra e ele [dos Limão] num quis entregar. Começou a matar, do começo ao fim, até acabar tudo [família dos Limão] por causa da cabra. Vivia foragido, arranhou um monte de cabra [homens]. O primeiro que ele arranhou foi César Abrante, um cabra dele. Tinha um tal de Rouxinol, que trabalhava mais ele, que era daqui da região. Casa Branca era daqui também, era ferroviário, aí deixou a estrada pra ir ser cangaceiro. Naquele tempo era cangaceiro, num era pistoleiro. Papai disse que ele era bem pequenininho [se referindo a Casa Branca]. Aí foi preso em Apodi. Papai perguntou pra ele: ‘como é que um homem como você, que tem trabalho vai virar cangaceiro?’. Ele disse: Seu Casemiro [o pai do senhor Miguel Ezídio], eu ia buscar um feixe de lhame e me encontrei com seu Jesuíno’. Aí Jesuíno disse: ‘Isso é lá vida, tá carregando lhame, quer ir mais eu?’ (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009. Grifo meu).

Outro pseudônimo, pelo qual Jesuíno Brilhante costuma ser lembrado é o de *Cangaceiro Romântico*. Talvez, o fato que o senhor Miguel Ezídio descreverá a seguir tenha relação com esse apelido, pois além de ter fama de ajudar aos pobres da região, fazia justiça a favor das donzelas *ofendidas* pelos namorados:

Porque quando um rapaz *ofendia* [engravidava] uma moça, Jesuíno fazia o carnaval, dizia: 'olhe eu vou viajando quando eu voltar, eu quero ver você casado. Olhe, você case, se não eu vou atrás de você'. Um homem desse dizendo essas coisa, dava medo. Por isso que o povo gostava dele. Povo antigo gosta das coisa direito (Miguel Ezídio - Patu/RN, 2009).

Outro informante, José Sobrinho, conhecido por Zé Pequeno, sessenta e nove anos, aposentado, disse que Jesuíno Brilhante morreu aos trinta e cinco anos, no Riacho dos Porcos, no município de Brejo do Cruz. Atualmente é São José do Brejo da Cruz, no estado da Paraíba.

Hoje em Patu/RN é encenado no mês de setembro, durante as comemorações da festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores, o espetáculo teatral "O auto de Jesuíno Brilhante". Segundo Ricardo Veriano, ex Secretário Municipal de Cultura, esse evento cultural além de resgatar parte da história da cidade, é uma maneira de integrar a população à produção artística, já que todos os atores são da localidade e todos os elementos cênicos adquiridos e produzidos no Município. Atitudes com essas contribuem, fundamentalmente para que a população conheça o seu rico patrimônio cultural e a passe a entendê-lo com um bem de valor afetivo e simbólico.

2.7 São José dos Gatos e Lampião

A cidade de Rodolfo Fernandes/RN foi um dos itinerários por onde o bando de Lampião teria passado no seu destino a Mossoró/RN. O entrevistado Luzimar de Freitas, setenta e dois anos, nascido e criado no município relatou que o bando de Lampião passou pela cidade após ter atacado a cidade de Mossoró. “Acontece que Lampião fez uma interrogação para Macilon: Se dava pra atacar Mossoró com quarenta homens. Macilon disse que sim e seguiram para o ataque”, acrescentou o senhor Luzimar.

Ao chegarem em Mossoró/RN foram atacados com bala. “Saia bala até da torre da da igreja. E nesse balaral mataram o *menino de ouro* e balearam *Jararaca*” (Luzimar – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

Esses dois cangaceiros eram do bando de Lampião. Quando o *menino de ouro* foi morto, Lampião se voltou para Macilon e disse: “que conversa foi essa sua que dava para atacar com quarenta homens e agora tá saindo tiro até da torre da igreja? A partir desse momento, Lampião saiu em direção ao estado da Paraíba e Macilon rumou na direção à cidade de São José dos Gatos, hoje Rodolfo Fernandes.

Na fuga, o bando de Macilon passou pela antiga São José dos Gatos e atacou o comerciante era Francisco Régis. Como estava querendo dinheiro, um dos cangaceiros ameaçou matá-lo com um punhaú, caso não conseguisse dinheiro para eles. Então, disse o entrevistado que senhor se valeu das cinco chagas de Nosso Senhor. Nesse momento, Macilon havia dito: ‘pára aí! Não faça nada com ele! Ele já disse uma palavra que eu não posso fazer nada contra!’ Após o episódio, libertaram o prisioneiro e o bando seguiu em direção ao estado do Ceará.

Segundo as informações fornecidas pelo entrevistado, o bando de Lampião teria se dividido em dois grupos. Parte dele seguiu com Marcilon rumo à Paraíba e o outro seguiu com Lampião em direção ao Ceará. O bando liderado por Lampião encontrou um tenente chamado Machado, conseguindo suborná-lo. Disfarçado de soldado, o cangaceiro consegue prosseguir na fuga.

Assim como acontecia com a pequena população dos outros municípios aterrorizados pelas desordens causadas pelo bando de cangaceiros, em São José dos Gatos a população ficava com medo e dormia nas matas.

As histórias relatadas pelo entrevistado são frutos das narrativas orais que ouvia do seu pai.

Eu aprendi toda essa história com o meu pai. Ele era quem ficava contando quando eu era menino. Com o tempo eu fui aprendendo tudo que ele me contava. O nome do meu pai era Pedro Alfredo de Oliveira e o apelido dele era Pedro de Caima ou Pedro Caim (Luzimar – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

Ao longo da visita à cidade de Rodolfo Fernandes/RN, encontrou-se com algumas pessoas que guardavam em suas memórias, lembranças da passagem de Lampião pelo sertão do Apodi/RN. Inclusive, um senhor de nome Manoel Cavalcante de Menezes, oitenta anos, nascido do em nove de março de 1924, residente na cidade desde o seu nascimento, cantou uma composição de sua autoria, para Lampião.

O fuzil de Lampião é coberto com metal,
Olê mulher rendeira, Olê mulher rendá,
Chorou por mim não fica solução vou no bonar, nesse verso,
Sertanejo escrito por minha mão baseada na memória do cangaço,
Do sertão, pois escreve o destino do capitão Virgulino que se chama Lampião.

Cada pessoa no mundo tem de cumprir o seu destino,
Um é rico e sussegado,
Outro pobre peregrino,
Outro vive da arruaças igual o rei do cangaço, o capitão Virgulino.

As casistas se arrepende de ter feito a maldade entre toda a justiça, aflição e vaidade O mundo mais cruel,
Também tinha cangaceiro nesse solo nordestino,
O famoso Antônio Silvino,

Lampião subiu a serra com alpercata de algodão,
Tocou fogo na alpercata, deixou fogo e perde o chão.
Acorda Maria Bonita,
Acorda pra fazer café,
Café com biscoito,
Dançando na ponta do pé.

Após recolhermos essas informações com o senhor Manoel, encontrou-se o senhor José Barbosa Filho, oitenta e sete anos, redidente na rua Rua Mundinho Berça. Ele contou uma história sobre o bando de Lampião durante a passagem do cangaceiro pelas terras de Rodolfo Fernandes/RN. Nessa época o entrevistado era criança, mas vivenciou a fuga com seus pais no intuito de se esconderem dos

ataques da orda. Também relatou que o bando de cangaceiros levou um animal de propriedade de sua família. Além disso, falou sobre o sequestro de uma senhora chamada Maria José, esposa de José Lopes, conhecido como Zé Lopes, do município de Luiz Gomes, da Fazenda Aroeira.

Outro informante foi senhor Pinto Rego, oitenta anos, cearense, que reside na localidade desde os dezesete anos de idade. Na época, contou ele, não existia quase nada, não tinha ruas e só haviam poucas casas. Outra informação interessante fornecida pelo entrevistado foi que Lampião frentava a sua residência quando no Ceará. O que contribuiu para que ele até hoje lembre-se das características físicas do líder do cangaço.

O senhor José Barbosa Filho também morador da cidade informou que quando Lampião passou pelo município só haviam as casas do fazendeiro Chico Régis e uma estrada por onde passavam os cavalos.

Eu era criança e achava era bom, a gente ia dormir no mato, mas com muito medo de Lampião. As pessoas viram e disseram lá vem os cangaceiros... eles castigavam os velhos (José Barbosa – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

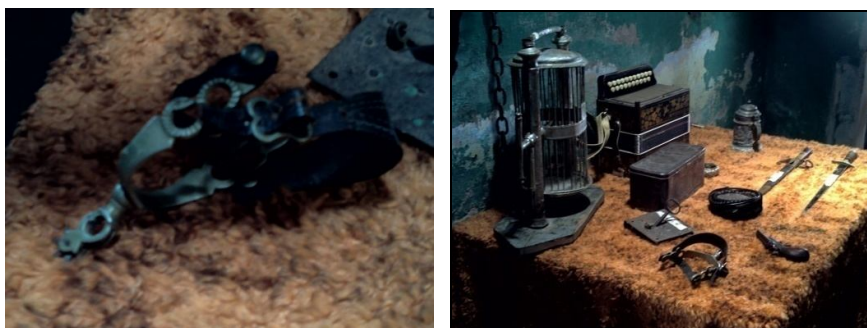
Ainda informou que durante o ataque ao comerciante Chico Regis, o bando de Marcilon carregou todo o dinheiro e ainda quebrou as garrafas de manteiga com raiva porque havia pouco dinheiro.

Após isso, seguiram para a residência de Cazuza Melo, fazendeiro da região. Nesse tempo o velho tinha muito dinheiro, mas ele disse que não tinha, então os cabras reviraram tudo e acharam a chave do baú onde estava o dinheiro. Depois foram para o Ceará (José Barbosa – Rodolfo Fernandes/RN, 2009).

De acordo com o senhor José Barbosa, Lampião não estava presente nesse momento, ele passou por Rodolfo Fernandes/RN antes de atacar Mossoró. Foi nessa passagem com destino à cidade que ele sequestrou a esposa de Zé Lopes, dona Maria José, no sítio Aroeira, município de Luis Gomes. Em Felipe Guerra/RN, o senhor Miguel Julião, contou também contou esse fato.

2.8 O Museu Padrinho Cícero e a memória do cangaço

Sobre os fragmentos de histórias relacionadas ao cangaço, contou-se com a colaboração do seu Lolô, admirador e colecionador de artefatos e que fazem alusão a tal momento da história. No museu Padrinho Cícero, o informante mantém preservados alguns objetos que, segundo ele, teriam pertencidos ao bando de Lampião, quando em direção à cidade de Mossoró/RN.



Objetos que teriam pertencido ao bando de Lampião: espora do cangaceiro Jararaca (à esquerda) e punhais e revólver utilizados pelo bando. Acervo do Museu Padrinho Cícero. Fonte: Integra Pesquisa e Consultoria, 2009

O entrevistado conseguiu narrar de uma forma cronológica a passagem de Lampião por alguns municípios da região do Alto Oeste Potiguar. Suas narrativas apontam que o bando de Lampião esteve em cinco locais: 1º) em Martins, onde seqüestrou o senhor Leite; 2º) no município de Antônio Martins; 3º) em Lucrécia (nas fazendas de Egídio Dias e do Major Pedro Arregalado); 4º) Caraúbas (Fazenda Oitica) e 5º) Mossoró, onde foi derrotado pelo prefeito Rodolfo Fernandes. Após ser derrotado, o bando segue em direção a Limoeiro do Norte.

Das histórias que contou, ele fez questão de enfatizar que nada presenciou, até porque na década de 1927 não era nascido, apenas ouvia seus familiares relatarem os fatos acontecidos.

Seu Leite não dava crença a religião, a nada no mundo. Era ateu. Então, foi a primeira pessoa que eles [bando de Lampião] tinham informação de que era uma pessoa rica. Pegaram e seqüestraram o rapaz. Em Antonio Martim carregaram outro casal, que eu não to lembrado bem o nome. Chegaram em Lucrécia num povoadozinho que tinha, era uma fazenda grande, de Egídio Dias, chamava de

Caboré, que ainda hoje tem. Aí, três homem armado de foice enfrentaram o batalhão. Esses três home, foram morto nessa luta, mas, ainda mataram os caba de Lampião. Os três home, que foram morto no Caboré daqui da nossa região foram Chico Canela, Sebastião e Bartolomeu. De Lucrécia, eles tiraram pra fazenda Jurema, fazenda de Pedro Arregalado. Era o mais rico da região (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009. Grifo meu).

Nas histórias contadas pelo informante não há registro de um acontecimento propriamente na cidade de Umarizal/RN, no entanto, como na época do episódio alguns municípios ainda não eram emancipados, tudo parecia ser um território apenas, sem fronteiras definidas. A exemplo do próprio município que pertencia à comarca de Martins/RN O que, muitas vezes, se percebe tratar-se de um mesmo contexto. Em Caraúbas/RN, seu Lolô relatou um caso ocorrido e, Caraúbas/RN, que envolveu uma portadora de deficiência e a fé.

Onde hoje é a casa do major Quincas Saldanha tinha uma casa velha antiga onde morava uma paralítica, uma pessoa manca. Os outros, quando viram a cabrueira de Lampião, correram. Ela não pôde correr. Tinha uma caeira velha de tijolo, [forno de olaria construído com os próprios tijolos que se vão cozer e ela começou a rezar o ofício de Nossa Senhora. E não deu tempo ela rezar o ofício, ela entrou numa boca de uma *caeira* e rezou 'Deus vos salve', e se salvou. Eles [os homens de Lampião] vieram, olharam numa das bocas da *caeira* e disseram: 'aqui num tem ninguém não', e deixaram de ver onde ela estava ajoelhada. Ela se livrou com o santo ofício de Nossa Senhora (Seu Lolô - Umarizal/RN, 2009. Grifo meu).

Considerações Finais

O instrumento de mapeamento da cultura permite fazer o registro das práticas culturais, elaboradas pelo povo a partir do seu cotidiano, sem a preocupação de mantê-las “congeladas”. Além de mostrar quem são os produtores da cultura local e como se estabelecem os processos de aprendizagens, transmissões e as redes de relações sociais.

Os municípios investigados na segunda fase da pesquisa possuem um potencial cultural e uma diversidade cultural latentes, o que significa dizer que existe um eminente potencial de práticas culturais elaboradas pelo povo. Embora exista essa heterogeneidade, algumas localidades se destacaram na produção e reprodução de suas práticas culturais em detrimento de outras.

No tocante aos bens culturais mapeados nos oito municípios escolhidos para compor o relatório final do Projeto do Sertão do Apodi, os mais recorrentes foram: os ofícios, as celebrações e as expressões. Dentre eles: o artesanato do Lajedo de Soledade, em Apodi; os ofícios de mestre de casa de taipa e bordados renascença, em Campo Grande; a gastronomia tradicional, o ofício de louceira e a importância da arquitetura da Cidade Baixa, em Felipe Guerra; os ofícios de coureiro e de rezadeira, em Governador Dix-Sept Rosado; o ofício da cerca de pedra, em Paraú; a celebração da malhação do Judas, a romaria do Santuário do Lima e o ofício da cantaria, em Patu; a celebração da Festa do padroeiro são José e o lugar de memória e devoção das Covinhas das Meninas, em Rodolfo Fernandes; e por último, a festa da vaquejada e a jornada de são Gonçalo e santo Antonio, em Umarizal.

Quanto às narrativas da memória do cangaço, todos os municípios, por estarem localizados próximos uns aos outros, apresentaram histórias que foram recorrentes. No entanto, conseguiu-se coletar histórias contadas pelos informantes, que ora foram vivenciadas por eles, ora que ouviram dos parentes.

Durante as pesquisas, não se percebeu o domínio das narrativas do cangaço por pessoas jovens, que residiam nos municípios escolhidos. Apenas os mais antigos moradores conheciam alguma história relacionada à passagem do bando de Lampião pela região. Isso preocupa, na medida em que se sabe, que a maioria dos informantes já está com idade avançada, e que conseqüentemente, irá levar essas

narrativas com eles quando falecerem. No entanto, ações voltadas para o resgate da memória do cangaço como essas empreendidas pelo SEBRAE/RN, têm um papel crucial, que é preservar para as futuras gerações, a importância cultural desse fato, além de registrar e divulgar. Sem falar, que a instituição já está possibilitando através de oficinas de capacitação, que a população local dos municípios escolhidos possam, através dos ícones, dos lugares e da linguagem da categoria do cangaço, encontrar formas de obterem melhor qualidade vida.

Sugiro ainda, que o SEBRAE/RN dê continuidade a esse trabalho em outras regiões, ou até mesmo aprofundá-lo na região em estudo. Pois, como teve-se que priorizar muitos detalhes nessa pesquisa para tornar operacionalizável os dados obtidos em campo, deixou-se uma infinidade de outras práticas culturais sem serem mapeadas. Infelizmente, na área dos estudos do patrimônio cultural, muitas vezes, o pesquisador faz o papel de “Deus”, fazendo umas escolhas em detrimento de outras.

Referências Bibliográficas

ABREU, Carol. Ofício de paneleira: conhecimento, reconhecimento e permanência. In: FALCÃO, Andréa (org.). **Registro de Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2008. [Série Encontros e Estudos 6].

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Medicina Rústica**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ASSUNÇÃO, Luiz. **Jatobá: ancestralidade negra e identidade**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009. Coleção Identidades e Territórios.

BORBA, Maria Auxiliadora B. **Saberes e fazeres do povo: resgate da Cultura Popular na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

BRASIL, Antonio. A vida e as aventuras de Jesuíno Brilhante: seus precedentes. In: **Coleção Mossoroense**, série B, n. 770, 1990.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. **Ser rezadeira: experiências e práticas culturais de participantes da Medicina popular**. Gov. Mangabeira/Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970). www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/st29/Alaize_dos_Santos_Conceição_29.pdf. Acesso em 20 de março de 2009

CASCUDO, Luís da Câmara. Vaquejada. In: **Tradições populares da pecuária nordestina**. Documentário da vida rural n. 9. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956, p. 29 – 38.

_____. Vaquejadas e apartações. In: **Vaqueiros e Cantadores**. Editora Tecnoprint: Rio de Janeiro, s/d. (Coleção Brasileira de Ouro).

_____. **Viajando o Sertão**. 3ª ed. Natal: Fundação José Augusto - CERN, 1984.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIÁRIO DE NATAL. Caderno Cidades. **Mestres de cercas de pedras faz 104 anos**. Natal. 13 de novembro de 2005.

DURKHEIM, Émile. Definição do fenômeno religioso e da religião. In: **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fonte, 2000, p. 03-32.

FERNANDES, Raul. **A marcha de Lampião**: assalto a Mossoró. Natal- RN: Ed. Universitária, 1982.

FONSECA, Maria Cecília L.. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de aplicação. Rio de Janeiro: IPHAN – DID, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIMARAENS, Dinah. A cidade: Centro Religioso do Nordeste. In: **Pequeno Atlas de Cultura Popular do Ceará** – Juazeiro do Norte. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 33-58.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996, p. 198-214.

LOYOLA, Maria Andréa. **Médicos e curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

MENDES, Andréia Regina. **Malhação do Judas**: rito e identidade. 152f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ONOFRE JR, Manoel. **Umarizal**: síntese histórica e biográfica. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

QUINTANA, Alberto M. **A Ciência da benzedura**: mau olhado, simpatias e uma pitada de Psicanálise. São Paulo: EDUSC, 1999.

SANTOS, Francimário Vito dos. **Rezadeiras**: prática e reconhecimento social. 2004. 92f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2004.

_____. **O ofício das rezadeiras**: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta. 197f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

_____. O ofício das rezadeiras com patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. In: **Revista CPC/USP**, São Paulo, n.8, p. 06-35, mai./out. 2009.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o Santuário do Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

TEDESCO, João Carlos; ROSSETTO, Valter. **Festas e saberes**: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

Endereço eletrônico:

http://www.lajedodesoledade.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=56. Acesso em 15 de maio de 2009.

www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de junho de 2009.

http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/informativo/2008/abril/Informativo_11_04.pdf. Acesso em 03 de julho de 2009.

<http://www.ufop.br/demin/cantaria/cantaria.php>. Acesso em 03 de julho de 2009.